Nº 1044
CPL

CONCORRÊNCIA – Nº 006/2026

Processo Administrativo Nº 02.02.00.345/2025 – SEFAZGO

A Prefeitura Municipal de Imperatriz – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA de na forma ELETRÔNICA, do tipo TÉCNICA E PREÇO, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

ÓRGÃO GERENCIADOR
Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Orçamentária

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

OBJETO
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços consistentes na realização de georreferenciamento urbano e atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) do Município de Imperatriz/MA, incluindo atualização do cadastro imobiliário municipal, mapeamento urbano por aerolevantamento fotogramétrico, perfilamento a laser (LiDAR) e mapeamento móvel 360°, bem como fornecimento de Sistemas, Suporte Técnico e Manutenção, conforme as normas técnicas vigentes, legislação aplicável e as necessidades identificadas pela Administração Pública Municipal.

VALOR TOTAL ESTIMADO
R$ 15.958.716,67 (quinze milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos)

PORTAL UTILIZADO: Portal de Compras – Licita Prefeitura Municipal de Imperatriz
ENDEREÇO DO PORTAL: https://www.licitaimperatrizma.com.br/
DATA: 15 de dezembro de 2026.
HORÁRIO: 09:00 (nove horas) (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)
E-MAIL: licitacao@imperatriz.ma.gov.br

AGENTE DE CONTRATAÇÃO
INGRIDY SOARES LEAL

AUTORIDADE COMPETENTE
RAFAEL SILVA LUCENA

Nº 1045 CPL

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	TÉCNICA E PREÇO (art. 36, Lei 14133/2021)
FORMA DE ADJUDICAÇÃO	GLOBAL
MODO DE DISPUTA	FECHADO (conforme art. 56, II)
INTERVALO ENTRE OS LANCES	NÃO SE APLICA
REGIME DE EXECUÇÃO	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
EXIGÊNCIA DE VISITA TÉCNICA	NÃO
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	SIM
EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA	SIM (1%)
EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE CONTRATO	SIM (5%)
PERMITE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	NÃO
HAVERÁ INVERSÃO A FASE DE HABILITAÇÃO?	NÃO
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	120 (cento e vinte) DIAS

DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	
Itens/Lotes destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP, cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)? (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)	NÃO
Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP? (Art. 48, III, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO
Prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido? (Art. 48, §3º, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO

Nº 1096 CPL

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços consistentes na realização de georreferenciamento urbano e atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) do Município de Imperatriz/MA, incluindo atualização do cadastro imobiliário municipal, mapeamento urbano por aerolevantamento fotogramétrico, perfilamento a laser (LiDAR) e mapeamento móvel 360°, bem como fornecimento de Sistemas, Suporte Técnico e Manutenção, conforme as normas técnicas vigentes, legislação aplicável e as necessidades identificadas pela Administração Pública Municipal., conforme as quantidades, especificações e condições descritas no Projeto Básico, anexo a este Edital.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na Plataforma da Concorrência e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

2. RECURSO ORÇAMENTÁRIO

2.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Imperatriz, conforme dotação orçamentária detalhada na Cláusula Oitava da Minuta do Contrato, parte integrante deste Edital

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste procedimento de contratação as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste procedimento de contratação, previamente credenciadas no sistema "LICITA IMPERATRIZ" através do site https://www.licitaimperatrizma.com.br/ .

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste certame deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura Municipal responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.1.4. Informações complementares sobre o credenciamento junto ao provedor do sistema deverão ser obtidas diretamente com o suporte técnico da plataforma indicada neste edital.

3.2. Conforme definido nos Critérios Gerais da Contratação, no preâmbulo deste edital, os itens ou lotes, conforme o critério de adjudicação, com valores até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), são

Nº 1047 CPL

de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do processo de contratação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.3. **Ficam impedidos de participar desta licitação:**

3.3.1. Aquele que não atenderem às condições deste edital;

3.3.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando a viabilidade técnica e operacional de execução integral do objeto por pessoa jurídica individualmente qualificada, bem como a interdependência técnica e operacional dos componentes do objeto.

3.3.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.5. Aquele que estejam em processo de dissolução, liquidação, falência ou concurso de credores;

3.3.5.1. Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.

3.3.6. Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de contratar com a administração pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.6.1. O impedimento de que trata o este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.3.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

Nº 1048 CPL

3.3.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.10. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.3.10.1. A vedação de que trata este estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do processo de contratação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3.13. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

3.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.5. A simples apresentação da proposta implica, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o agente de contratação de qualquer responsabilidade civil ou penal.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser apresentados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema "Licita Imperatriz" (https://www.licitaimperatrizma.com.br/), **até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital,** observadas as condições aqui previstas.

4.2. Esta licitação será processada na modalidade **Concorrência Pública Eletrônica**, do **tipo Técnica e Preço, sem etapa de lances**, nos termos dos arts. 17, §1º, e 36 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1. As licitantes deverão encaminhar suas **Propostas Técnicas** e **Propostas de Preços** de forma **simultânea e sigilosa**, até a data limite fixada neste Edital.

4.2.2. As propostas permanecerão **com acesso restrito até a data e horário de abertura da sessão pública eletrônica**, quando então serão disponibilizadas para análise pela Comissão de Contratação ou Agente de Contratação.

4.3. A **Proposta Técnica** deverá ser elaborada conforme os requisitos definidos neste Edital e no Projeto Básico, contendo:

4.3.1. descrição detalhada da metodologia de execução, cronograma técnico e justificativas;

4.3.2. equipe técnica envolvida, com comprovação de qualificação e experiência;

4.3.3. tecnologias e equipamentos a serem empregados;

4.3.4. relação de atestados e experiências anteriores pertinentes ao objeto.

Nº 1049 CPL

4.4. A **Proposta de Preços** deverá conter, no mínimo:

4.4.1. planilha de quantitativos e preços unitários e globais, compatíveis com o Projeto Básico;

4.4.2. valor total global proposto;

4.4.3. prazos de execução;

4.4.4. **prazo de validade da proposta, que será de 120 (cento e vinte) dias**, contados da data de abertura da sessão pública;

4.4.5. declaração expressa de que estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos, fretes, seguros, despesas trabalhistas e demais obrigações necessárias à perfeita execução contratual.

4.4.6. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para assinatura do contrato, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

4.5. As propostas deverão estar assinadas pelo representante legal da licitante, com a devida identificação, e acompanhadas de todos os anexos e declarações exigidos neste Edital.

4.6. A apresentação das propostas implica plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos e no Projeto Básico, bem como a declaração, pela licitante, de que:

4.6.1. cumpre integralmente os requisitos de habilitação;

4.6.2. tem pleno conhecimento das condições locais e técnicas para execução do objeto;

4.6.3. não possui empregados em condição análoga à escravidão e cumpre a legislação trabalhista e previdenciária;

4.6.4. cumpre as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados, conforme legislação vigente.

4.7. O **fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa** deverá declarar seu enquadramento legal no momento da apresentação da proposta, conforme o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de aplicação dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da referida Lei.

4.8. A falsidade de qualquer declaração sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

4.9. A **habilitação** das licitantes ocorrerá após o julgamento técnico e de preço, e será exigida **somente da licitante mais bem classificada**, na forma do art. 17, §2º, da Lei nº 14.133/2021, salvo se a Administração optar pela **análise prévia da habilitação**, hipótese que será expressamente comunicada no sistema.

4.10. As licitantes poderão, até o horário de encerramento para envio das propostas, **retirar ou substituir os documentos e propostas anteriormente inseridos no sistema eletrônico**.

4.11. A entrega das propostas e documentos, sem impugnação tempestiva deste Edital, implica aceitação integral e irretratável de todas as condições nele estabelecidas.

4.12. A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.13. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação e julgamento das propostas, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

Nº 1050 CPL

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a abertura da sessão pública.

4.15. O prazo de validade da proposta é aquele estabelecido no preâmbulo deste edital de licitação, contado da data de abertura da sessão pública.

4.15.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Termo de Contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumido.

4.15.2. Considerando que o presente certame se realiza na **modalidade Concorrência, do tipo Técnica e Preço**, que envolve a **análise detalhada da documentação técnica, avaliação de propostas especializadas e emissão de pareceres técnicos e jurídicos**, o **prazo de validade das propostas** foi fixado em **120 (cento e vinte) dias**, com fundamento no **art. 90, § 3º, da Lei nº 14.133/2021**, que admite expressamente a fixação do prazo pelo edital. Tal definição visa **assegurar tempo hábil** para a tramitação das etapas de julgamento técnico e financeiro, garantindo à Administração **segurança jurídica, isonomia entre os licitantes e adequada comparabilidade entre as propostas**, sem impor ônus excessivo à competitividade do certame.

4.16. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.17. A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública eletrônica, **na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital**, por meio da plataforma "Licita Imperatriz" (https://www.licitaimperatrizma.com.br/), observadas as normas deste instrumento convocatório e da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre a **Comissão de Contratação ou Agente de Contratação** e as licitantes ocorrerá exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, sendo vedadas comunicações externas à plataforma oficial.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública, sendo de sua exclusiva responsabilidade o ônus decorrente da perda de prazos, falhas de conexão, desconexões, inobservância de mensagens do sistema ou qualquer outro problema técnico que impeça a participação adequada.

5.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer ocorrência que possa comprometer o sigilo, a integridade ou a segurança de sua proposta e dos documentos de habilitação.

Nº 1051 CPL

5.5. Aberta a sessão pública do certame, as **Propostas Técnicas e as Propostas de Preços** serão disponibilizadas para acesso pela Comissão de Contratação ou Agente de Contratação e pelas demais licitantes, observando-se a sequência estabelecida neste Edital.

5.6. Após a abertura, as propostas tornar-se-ão **irretratáveis e imutáveis**, não sendo admitidas retificações ou substituições de quaisquer elementos das mesmas, salvo em situações expressamente previstas neste Edital ou por determinação da Comissão de Contratação ou Agente de Contratação.

5.7. Comissão de Contratação ou Agente de Contratação poderá suspender ou prorrogar a sessão pública por motivo justificado, comunicando o novo horário por meio do sistema eletrônico, com a devida publicidade.

5.8. Encerrada a sessão pública de abertura, será lavrada **ata circunstanciada eletrônica**, contendo as ocorrências e decisões adotadas, que será assinada digitalmente pela Comissão de Contratação ou Agente de Contratação e disponibilizada às licitantes.

6. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. O julgamento das propostas será realizado pela **Comissão de Contratação ou Agente de Contratação**, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, nos termos dos arts. 5º, 6º e 36 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. O procedimento de julgamento será do tipo **Técnica e Preço**, sendo as propostas avaliadas em duas etapas sucessivas:

6.2.1. **avaliação da proposta técnica;**

6.2.2. **avaliação da proposta de preço**, conforme critérios definidos neste Edital e no Projeto Básico.

6.3. A Proposta Técnica será avaliada de acordo com os critérios e parâmetros definidos no Quadro 1 – Critérios de Avaliação Técnica constante do Projeto Básico, cuja pontuação máxima totaliza 100 (cem) pontos, distribuídos da seguinte forma:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA			
ITEM	**CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO**	**DESCRIÇÃO**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
1	Atestados de Capacidade Técnica	Comprovação de experiência prévia em execução de serviços de Cadastro Técnico Multifinalitário, Levantamento Cadastral Imobiliário e Mapeamento Móvel 360º, conforme parâmetros definidos no Projeto Básico	40
2	Metodologia e Plano de Trabalho	Qualidade, clareza e aderência da metodologia proposta para execução dos serviços, elaboração da PGV e controle de qualidade dos dados geoespaciais, conforme parâmetros definidos no Projeto Básico	25
3	Qualificação da Equipe Técnica	Formação e experiência dos profissionais indicados para as áreas de cartografia, tecnologia da informação, avaliação imobiliária e operação LiDAR	20

Nº 1052 CPL

4	Capacidade Tecnológica e Operacional	Disponibilidade de aeronave, sensor LiDAR e plataforma SaaS próprios ou contratados	15
TOTAL			**100 pontos**

6.4. Os critérios de graduação, subitens de pontuação, parâmetros de avaliação e demais disposições metodológicas observarão integralmente o disposto no Quadro 1 do Projeto Básico, parte indissociável deste Edital.

6.5. A **Pontuação Técnica (PT)** de cada licitante corresponderá à soma dos pontos obtidos nos quatro critérios acima, observado o máximo de 100 (cem) pontos, conforme metodologia detalhada no Projeto Básico.

6.6. As **Propostas de Preço (PP)** serão classificadas segundo o **menor preço global ofertado**, atribuindo-se a maior pontuação (100 pontos) à proposta de menor valor. As demais propostas receberão pontuação proporcional, calculada pela fórmula:

$$PP = \left(\frac{Pm}{P}\right) \times 100$$

onde:

- Pm = menor preço global entre as propostas válidas;
- P = preço global da proposta avaliada.

6.7. A **Nota Final (NF)** de cada licitante será obtida pela média ponderada entre as notas técnica e de preço, observando-se os seguintes pesos:

- **70% (setenta por cento)** para a nota técnica (PT);
- **30% (trinta por cento)** para a nota de preço (PP).

$$NF = (PT \times 0{,}70) + (PP \times 0{,}30)$$

6.8. A classificação final das licitantes será feita pela **ordem decrescente das notas finais (NF)**.

6.9. Serão **desclassificadas** as propostas que:

6.9.1. não atendam aos requisitos deste Edital e do Projeto Básico;

6.9.2. contenham vícios insanáveis, erros de cálculo ou omissões relevantes;

6.9.3. apresentem preços manifestamente inexequíveis ou globalmente superiores ao orçamento estimado;

6.9.4. deixem de atender critérios técnicos mínimos exigidos;

6.9.5. identifiquem indevidamente a licitante em campos destinados ao anonimato durante a fase sigilosa.

6.10. A desclassificação será sempre fundamentada em parecer técnico e registrada no sistema eletrônico, com acesso público às razões de cada decisão.

6.11. Em caso de empate nas notas finais, será aplicado o disposto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, com prioridade sucessiva para:

6.11.1. maior nota técnica;

Nº 1053 CPL

6.11.2. microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;

6.11.3. sorteio público, em ato registrado em ata.

6.12. A Comissão de Contratação ou Agente de Contratação poderá solicitar parecer técnico especializado ou esclarecimentos às licitantes, sem que isso implique em qualquer alteração de proposta, conforme art. 60, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

7. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS

7.1. As Propostas Técnicas apresentadas serão analisadas por Equipe Técnica de Avaliação da Secretaria Municipal demandante, composta por 3 (três) servidores designados por Portaria e verificará o atendimento aos requisitos e critérios estabelecidos desclassificando aquelas que:

7.1.1. não atendam às exigências mínimas estabelecidas;

7.1.2. apresentem inconsistências, omissões ou vícios insanáveis;

7.1.3. não comprovem a experiência, capacidade técnica ou estrutura mínima exigida;

7.1.4. contenham informações que comprometam a imparcialidade do julgamento.

7.2. A Equipe poderá solicitar **esclarecimentos complementares** ou **documentos comprobatórios adicionais**, sem que isso implique alteração das condições originalmente propostas, conforme art. 64, §3º, da Lei nº 14.133/2021

7.3. Concluída a análise das propostas técnicas, será elaborada **planilha de pontuação técnica**, contendo as notas atribuídas a cada critério e a pontuação total de cada licitante, devidamente assinada pelos membros da Equipe Técnica de Avaliação.

7.4. As **Propostas de Preço** das licitantes que obtiverem a **pontuação técnica mínima exigida** serão então abertas e avaliadas, observando-se o disposto no item 6 deste Edital e no Projeto Básico.

7.5. O julgamento das Propostas de Preço seguirá o critério do **menor preço global**, atribuindo-se pontuação proporcional segundo a fórmula constante do item 6.5.

7.6. A **Nota Final (NF)** será calculada pela média ponderada entre as notas técnica (PT) e de preço (PP), aplicando-se os pesos definidos neste Edital.

7.7. As licitantes serão classificadas pela **ordem decrescente das notas finais**, sendo declarada vencedora a empresa que obtiver a **maior nota final**.

7.8. A Equipe lavrará **ata circunstanciada** com o resultado da análise, contendo as notas atribuídas, justificativas de desclassificação, eventuais empates e demais ocorrências relevantes, a ser assinada eletronicamente pelos membros da Equipe.

7.9. Em caso de empate na nota final, será observado o disposto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, aplicando-se, sucessivamente:

7.9.1. maior nota técnica;

7.9.2. preferência para microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme LC nº 123/2006;

7.9.3. sorteio público, registrado em ata.

7.10. A avaliação da proposta técnica observará os critérios e parâmetros definidos no Quadro 1 do Projeto Básico, aplicando-se as pontuações conforme os parâmetros ali estabelecidos.

7.11. A Equipe elaborará a planilha de pontuação técnica com base nesses critérios, consolidando as notas atribuídas a cada licitante e publicando o resultado da fase técnica antes da abertura das propostas de preço.

7.12. . **Critério de Desempate**

7.12.1. Em caso de empate na **nota final** entre duas ou mais licitantes, o desempate observará, sucessivamente, os critérios previstos no **art. 60 da Lei nº 14.133/2021**, nesta ordem:
a) realização de **disputa final** entre as licitantes empatadas, oportunidade em que poderão apresentar nova proposta técnica ou de preço em ato contínuo à classificação;
b) **avaliação do desempenho contratual prévio** das licitantes, conforme registros cadastrais da Administração;
c) **desenvolvimento de ações de equidade de gênero** no ambiente de trabalho;
d) **existência de programa de integridade** implantado pela empresa, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.12.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, às licitantes que:
a) estejam **estabelecidas no território do Estado do Maranhão**;
b) sejam **empresas brasileiras**;
c) **invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia nacional**;
d) comprovem **práticas de mitigação de emissão de gases de efeito estufa**, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.12.3. Se ainda persistir o empate após todos os critérios, o desempate ocorrerá por **sorteio público**, conforme o § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8. DOS CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE BENEFÍCIOS ÀS ME/EPPs

8.1. Será assegurado o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às **microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), microempreendedores individuais (MEI)** e **sociedades cooperativas** de que trata o art. 34 da Lei nº 11.488/2007, nos termos da **Lei Complementar nº 123/2006**, com as alterações da **Lei Complementar nº 147/2014**, observadas as condições previstas neste Edital.

8.2. O licitante que não declarar seu enquadramento como ME/EPP/MEI no campo próprio do sistema eletrônico **não fará jus** aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

8.3. Nos processos de julgamento **do tipo técnica e preço**, em que não há disputa por lances, será assegurado o direito de **empate ficto**, nos termos do art. 44, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006, aplicável **quando a microempresa ou empresa de pequeno porte obtiver nota final até 5% (cinco por cento) inferior** à nota da primeira colocada.

8.3.1. Nessa hipótese, será facultado à ME/EPP a **apresentação de nova proposta técnica e/ou comercial** no prazo de **2 (dois) dias úteis**, visando superar a pontuação da primeira colocada, observadas as condições do edital.

8.3.2. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não apresente nova proposta ou não supere a primeira colocada, o benefício passará, sucessivamente, às demais ME/EPP classificadas nas condições do art. 45 da LC nº 123/2006.

8.4. **Não havendo licitantes ME/EPP em condições de exercer o benefício, a adjudicação se dará em favor da melhor classificada no certame.**

8.5. O tratamento diferenciado **não se aplica** quando:

8.5.1. o objeto da contratação for **divisível** e houver possibilidade de participação exclusiva de ME/EPP, sem prejuízo ao conjunto;

8.5.2. o preço ofertado pela ME/EPP for **superior ao valor estimado** pela Administração;

8.5.3. a aplicação do benefício **não for vantajosa** para a Administração Pública.:

8.6. A participação de licitante que não se enquadra como ME/EPP/MEI em itens destinados a esse público configurará **fraude ao certame**, sujeitando o infrator às penalidades previstas neste Edital e na legislação aplicável.

9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Encerrada a fase de julgamento técnico e de preços, o **Agente de Contratação**, com o apoio da **Comissão de Contratação ou Agente de Contratação, poderá realizar negociação direta** com a licitante melhor classificada, visando à obtenção de **condições mais vantajosas para a Administração**, conforme previsto no **art. 71 da Lei nº 14.133/2021**.

9.2. A negociação poderá abranger **valores, prazos ou outras condições específicas** que não alterem a essência da proposta ou do objeto licitado, devendo ser **formalmente registrada nos autos do processo**.

9.3. A negociação será conduzida **preferencialmente por meio eletrônico (mensagem, videoconferência ou e-mail institucional)**, podendo, quando necessário, ser realizada de forma presencial, mediante convocação formal.

9.4. Caso a negociação não resulte em proposta mais vantajosa, ou se o licitante melhor classificado **não aceitar as condições negociadas**, a Administração poderá **convocar, sucessivamente, as demais licitantes classificadas**, observada a ordem de classificação, para fins de negociação.

9.5. Concluída a negociação, o **resultado deverá ser registrado em ata**, com indicação clara do(s) valor(es) ajustado(s) e das condições pactuadas, passando a integrar o processo licitatório e vinculando a futura contratação.

9.6. Após a negociação e sua formalização, o processo seguirá para a **fase de aceitação da proposta e habilitação da licitante vencedora**, conforme o disposto neste Edital.

9.7. É vedada qualquer negociação que implique **alteração das condições técnicas julgadas** ou que comprometa a **isonomia entre os licitantes**, sob pena de nulidade do ato e responsabilização administrativa.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a fase de negociação, o **Agente de Contratação** encaminhará o processo à **Comissão de Contratação ou Agente de Contratação**, que procederá ao **julgamento das propostas técnicas e de preços**, conforme os critérios estabelecidos neste Edital e seus anexos, com base no tipo **Técnica e Preço**, previsto no art. 36, inciso II, da **Lei nº 14.133/2021**:

Nº 1056 CPL

10.2. O julgamento observará os critérios e parâmetros definidos no Quadro 1 – Critérios de Avaliação Técnica constante do Projeto Básico (Anexo I deste Edital), sendo vedada qualquer modificação posterior que altere a isonomia entre os licitantes.

10.3. A **Comissão de Contratação ou Agente de Contratação** poderá promover **diligências** destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta (art. 64 da Lei nº 14.133/2021).

10.4. As propostas serão analisadas quanto à conformidade técnica e à adequação econômica ao objeto licitado, sendo **desclassificadas** aquelas que:

10.4.1. contenham vícios insanáveis ou omissões relevantes;

10.4.2. apresentem valores simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com o mercado;

10.4.3. contrariem as especificações do Projeto Básico;

10.4.4. revelem inexequibilidade não justificada;

10.4.5. apresentem irregularidades que comprometam a lisura do certame.

10.5. Considerar-se-á **inexequível** a proposta que não demonstre sua viabilidade mediante planilhas, memoriais ou documentação que comprove coerência dos custos de mercado com os preços propostos.

10.5.1. Antes da desclassificação, será concedido **prazo de 2 (dois) dias úteis** para manifestação e comprovação da exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

10.6. A Comissão poderá solicitar a **Planilha de Custos e Formação de Preços** do licitante melhor classificado, que deverá adequá-la ao valor global ofertado, sem majoração de preço.

10.7. O **resultado do julgamento técnico e do julgamento de preço** será consolidado em ata circunstanciada, com a respectiva **nota global ponderada**, resultante da média entre as notas técnica e de preço.

10.8. **Critérios de desempate:**

Serão aplicados, sucessivamente, os critérios previstos no **art. 60 da Lei nº 14.133/2021**, observando-se:

10.8.1. **disputa final (nova proposta em ato contínuo à classificação);**

10.8.2. **desempenho contratual prévio da licitante;**

10.8.3. **existência de programa de integridade;**

10.8.4. **sede local ou regional, nos termos do art. 60, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.**

10.9. **Consultas obrigatórias:**

Antes da fase de habilitação ou da adjudicação, serão consultados os seguintes cadastros, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021:

10.9.1. **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU;**

10.9.2. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, da CGU;

10.9.3. **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, da CGU;

10.9.4. **Cadastro de Fornecedores Impedidos (CFI)**, se houver base municipal;

10.9.5. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, conforme a Lei nº 12.440/2011.

10.10. A verificação será feita também em nome dos sócios majoritários, controladores ou administradores, a fim de prevenir **fraude, simulação ou substituição indevida de pessoa jurídica**, observando-se o art. 9º, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

Nº 1057 CPL

10.11. Constatada irregularidade que indique tentativa de fraude ou de burla às sanções aplicadas a empresa relacionada, o Agente de Contratação promoverá diligência e notificará a licitante para manifestação antes da eventual desclassificação.

10.12. **Inversão de fases:**

Nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a fase de **habilitação** poderá ser **anterior ou posterior ao julgamento**, conforme definido no preâmbulo deste Edital.

10.12.1. Caso o julgamento seja anterior à habilitação, apenas o licitante mais bem classificado será convocado para apresentar os documentos de habilitação;

10.12.2. Caso a habilitação seja anterior, todas as licitantes deverão apresentar a documentação exigida antes do julgamento técnico e de preços.

10.13. Concluído o julgamento, será elaborada **classificação final das licitantes**, em ordem decrescente da nota global. O resultado será **publicado no Portal da Transparência e no sítio eletrônico da Prefeitura**, abrindo-se o prazo recursal conforme art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

10.14. **Será desclassificada a proposta que:**

10.14.1. não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pela Comissão de Contratação ou Agente de Contratação;

10.14.2. contiver vícios insanáveis ou omissões que comprometam a análise da proposta;

10.14.3. não obedecer às especificações técnicas estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos;

10.14.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando solicitada pela Administração;

10.14.5. apresentar valor global ou unitário manifestamente inexequível ou excessivo, sem justificativa técnica ou mercadológica plausível;

10.14.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou de seus anexos, desde que insanável;

10.14.7. incorrer em irregularidades que comprometam a isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa ou o interesse público.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. A fase de habilitação tem por objetivo verificar a **capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira** das licitantes para a execução do objeto licitado, conforme previsto nos arts. **62 a 70 da Lei nº 14.133/2021**

11.2. O momento da habilitação observará o disposto no preâmbulo deste Edital, podendo ocorrer **antes ou depois do julgamento das propostas**, nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Serão exigidos os documentos de habilitação listados no **Projeto Básico** e detalhados neste Edital, abrangendo, conforme o caso:

11.3.1. **Habilitação jurídica** (atos constitutivos e registro comercial);

11.3.2. **Regularidade fiscal e trabalhista** (comprovação perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, FGTS e CNDT);

11.3.3. **Qualificação técnica** (atestados de capacidade técnica e registros profissionais compatíveis com o objeto);

Nº 1058 CPL

11.3.4. **Qualificação econômico-financeira** (balanço patrimonial e índices, quando aplicável);

11.3.5. **Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal** (proibição de trabalho infantil).

11.4. Os documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista** somente serão exigidos, em qualquer caso, do **licitante mais bem classificado**, após o julgamento das propostas, conforme art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

11.5. A Comissão de Contratação ou Agente de Contratação poderá **promover diligências** para esclarecer ou complementar os documentos apresentados, desde que não se altere a substância dos mesmos, conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, admitindo-se cópias simples quando verificável a autenticidade por meio eletrônico.

11.6.1. Em caso de dúvida quanto à integridade, poderá ser exigida a apresentação de originais ou cópias autenticadas, mediante convocação formal pela Comissão de Contratação ou Agente de Contratação.

11.7. Após a entrega dos documentos de habilitação, **não será permitida substituição ou inclusão de novos documentos**, salvo nas seguintes hipóteses:

11.7.1. **Complementação de informações** acerca dos documentos já apresentados, quando necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação;

11.7.2. **Atualização de documentos** cuja validade tenha expirado após a data de entrega;
(Art. 64, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021).

11.8. Não serão aceitos documentos de habilitação emitidos em nome de CNPJ ou CPF distintos, salvo nos casos legalmente permitidos,

11.9. Quando o licitante for **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; quando for **filial**, deverão estar em nome da filial, exceto aqueles emitidos exclusivamente em nome da matriz.

11.10. Na análise dos documentos, a Comissão de Contratação ou Agente de Contratação poderá **sanar erros formais** que não comprometam a validade jurídica ou o conteúdo material dos documentos, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os licitantes.

11.11. **O não atendimento às exigências de habilitação** acarretará a **inabilitação do licitante**, sendo facultada a convocação do próximo classificado, respeitada a ordem de classificação.

11.12. As **empresas estrangeiras** que não funcionem no País poderão atender às exigências de habilitação mediante apresentação de **documentos equivalentes**, com tradução livre.

11.12.1. O licitante estrangeiro vencedor deverá apresentar, para assinatura do contrato, **tradução juramentada e apostilamento ou consularização**, conforme o Decreto nº 8.660/2016.

11.13. **Tratamento favorecido às ME/EPPs:**
A existência de restrição fiscal ou trabalhista não impede que a licitante ME/EPP seja declarada vencedora, desde que atenda às demais exigências deste Edital, conforme arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

Nº 1059 CPL

11.13.1. Nesses casos, será concedido prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para regularização da situação fiscal e trabalhista.

11.14. O descumprimento do prazo de regularização implicará **inabilitação** da licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultada a convocação da licitante subsequente.

11.15. **Fraude e vinculação societária:**
Será inabilitado o licitante que mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente, agente público ou servidor envolvido no certame, bem como empresas coligadas ou controladas que concorram entre si, conforme art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

11.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.16. O resultado da habilitação será formalizado em ata e publicado, abrindo-se o prazo recursal conforme art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.17. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será **declarado vencedor** e convocado para assinatura do contrato, nos prazos legais.

12. DA AMOSTRA E DA PROVA DE CONCEITO

12.1. Não será exigida a apresentação de amostras físicas, sendo prevista a realização de Prova de Conceito para os produtos classificados como Sistema, nos termos do Projeto Básico.

12.2. As condições, critérios e procedimentos relativos à eventual realização de prova de conceito, demonstração técnica ou validação funcional da solução proposta observarão o disposto no Projeto Básico e, quando aplicável, estarão detalhados neste Edital.

13. DA VISITA TÉCNICA

13.1. As regras relacionadas a visita técnica são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Edital.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recursos referentes ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação e aos demais atos administrativos que possam influenciar o resultado do certame observará o disposto no **art. 165 da Lei nº 14.133/2021**.

14.2. Após a divulgação do resultado de cada fase, será aberto o prazo de **03 (três) dias úteis** para interposição de recurso, contado da data de intimação ou da lavratura da ata.

14.3. O recurso deverá ser protocolado **por meio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA [** https://www.licitaimperatrizma.com.br/ **]**, dirigido à **autoridade competente ou à Comissão de Contratação ou Agente de Contratação**, conforme o caso.

14.4. A licitante recorrente deverá apresentar, de forma clara e objetiva, as razões do recurso, devidamente fundamentadas, indicando os pontos de discordância e apresentando, quando cabível, provas ou documentos que sustentem suas alegações.

Nº 1060 CPL

14.5. As demais licitantes serão **intimadas do teor do recurso**, abrindo-se automaticamente o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação de **contrarrazões**, contados da intimação ou da divulgação oficial do recurso.

14.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido o ato ou decisão recorrida, a qual poderá, no prazo de **03 (três) dias úteis**, reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, **encaminhar o recurso à autoridade superior**, que deverá decidir em até **10 (dez) dias úteis** a contar do recebimento dos autos.

14.7. Os recursos **terão efeito suspensivo**, impedindo o prosseguimento do certame até decisão final da autoridade competente, nos termos do art. 165, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.8. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, preservando-se os demais atos válidos e eficazes.

14.9. Os recursos **interpostos fora do prazo legal** não serão conhecidos, e os atos praticados permanecerão válidos e eficazes.

14.10. Os autos do processo licitatório permanecerão com **vista franqueada aos interessados** no **Portal da Transparência** e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA, conforme endereço indicado no preâmbulo deste Edital.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. **155 da Lei nº 14.133/2021**, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida no certame ou não apresentar documento solicitado pela Comissão de Contratação ou Agente de Contratação;

15.1.2. não mantiver a proposta, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao resultado da negociação;

15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigido;

15.1.2.3. desistir de sua proposta após o encerramento da fase competitiva;

15.1.2.4. apresentar amostra ou proposta em desacordo com as especificações do Edital;

15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. apresentar **declaração ou documentação falsa** exigida para a licitação ou durante a execução contratual;

15.1.5. **fraudar o procedimento licitatório** ou **agir de forma a frustrar seu caráter competitivo**

15.1.6. **comportar-se de modo inidôneo**, cometer fraude de qualquer natureza, agir em conluio, ou induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.7. apresentar amostras falsificadas, adulteradas ou deterioradas;

15.1.8. **praticar atos ilícitos** com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou o regular andamento do contrato;

Nº 7061 CPL

15.1.9. **praticar ato lesivo à Administração Pública**, conforme o art. 5º da **Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**;

15.2. A Administração poderá aplicar, **garantida a prévia defesa**, as seguintes sanções, nos termos dos arts. **156 e 157 da Lei nº 14.133/2021**, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal:

15.2.1. **Advertência**;

15.2.2. **Multa**;

15.2.3. **Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública Municipal direta e indireta, por até 3 (três) anos;

15.2.4. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que sobrevenha reabilitação.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2. as peculiaridades do caso concreto

15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5. a implantação ou aperfeiçoamento de **programa de integridade**, conforme orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será fixada entre **0,5% (meio por cento) e 30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** a contar da notificação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos subitens 15.1.1 a 15.1.3, a multa poderá variar de **0,5% a 15%** do valor do contrato.

15.4.2. Para as infrações previstas nos subitens 15.1.4 a 15.1.9, a multa poderá variar de **15% a 30%** do valor do contrato.

15.5. As sanções de **advertência, multa, impedimento e inidoneidade** poderão ser aplicadas **cumulativamente**, de acordo com a gravidade da infração.

15.6. Será assegurado ao interessado o direito de **ampla defesa e contraditório**, com prazo de **15 (quinze) dias úteis** para apresentação de defesa, contados da notificação.

15.7. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada nas infrações previstas nos subitens 15.1.1 a 15.1.3, quando não se justificar penalidade mais grave, impedindo o responsável de contratar com o Município de Imperatriz/MA e suas entidades, por até **3 (três) anos**.

15.8. A sanção de **declaração de inidoneidade** será aplicada nas hipóteses dos subitens 15.1.4 a 15.1.9, bem como quando a gravidade dos fatos justificar penalidade superior, observando-se o prazo e as condições de reabilitação previstos no **art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021**.

15.9. A **recusa injustificada do adjudicatário** em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará **descumprimento total da obrigação assumida** e ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, inclusive a **perda da garantia de proposta**.

Nº 1062 CPL

15.10. A aplicação das sanções de **impedimento e inidoneidade** dependerá da instauração de **Processo Administrativo de Responsabilização (PAR)**, conduzido por comissão composta por, no mínimo, **2 (dois) servidores efetivos**, assegurada a defesa prévia do interessado.

15.11. Caberá **recurso** contra a aplicação das sanções de **advertência, multa e impedimento**, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da intimação, dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual poderá reconsiderar ou encaminhar o recurso à autoridade superior, que decidirá em até **20 (vinte) dias úteis**.

15.12. Caberá **pedido de reconsideração** contra a sanção de **declaração de inidoneidade**, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, decidido pela autoridade competente em até **20 (vinte) dias úteis**.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a essa Administração.

16. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

16.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá **solicitar esclarecimentos** ou **impugnar o presente Edital** até **03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública**, conforme disposto no **art. 164 da Lei nº 14.133/2021**.

16.2. As **impugnações** e **pedidos de esclarecimentos** deverão ser protocolados, preferencialmente, **por meio eletrônico** encaminhado ao endereço institucional constante do preâmbulo deste Edital, ou **entregues fisicamente** no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA, dentro do prazo fixado.

16.3. As impugnações deverão conter:

16.3.1. a **identificação completa** do impugnante, com nome, endereço, CNPJ ou CPF e e-mail para contato;

16.3.2. a **fundamentação jurídica e técnica** dos pontos impugnados;

16.3.3. a indicação clara e precisa dos itens do Edital objeto da impugnação.

16.4. A **autoridade competente** decidirá sobre a impugnação no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento, **limitado ao último dia útil anterior à data de abertura da sessão**.

16.5. Acolhida a impugnação, será **designada nova data para a realização da sessão pública**, exceto quando, de forma inequívoca, a alteração não afetar a formulação das propostas ou o julgamento das mesmas.

16.6. A **concessão de efeito suspensivo** à impugnação constitui **medida excepcional**, devendo ser **fundamentada** e registrada nos autos do processo licitatório pela autoridade competente.

16.7. Os **pedidos de esclarecimento** sobre o Edital deverão ser formulados até **03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública**, e serão respondidos pela Comissão de Contratação ou Agente de Contratação, com apoio da área técnica, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**.

16.8. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimento serão **divulgadas no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA** e **vincularão todos os licitantes e a Administração Pública**, passando a integrar o Edital para todos os fins de direito.

Nº 1063 CPL

16.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos **não suspendem automaticamente os prazos** do certame, salvo se reconhecida a necessidade pela autoridade competente, mediante decisão fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será lavrada **ata circunstanciada da sessão de abertura e julgamento**, que integrará o processo licitatório e será disponibilizada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA.

17.2. Compete à **Autoridade Competente** anular este procedimento licitatório por **ilegalidade**, de ofício ou mediante provocação de qualquer interessado, ou **revogá-lo por razões de interesse público**, devidamente motivadas, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

17.2.1. A anulação do procedimento de licitação induz à **extinção do contrato**, ressalvado o direito da CONTRATADA de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos suportados no cumprimento do ajuste.

17.2.2. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência da **revogação ou anulação** do procedimento licitatório, exceto nas hipóteses expressamente previstas em lei.

17.3. A **Comissão de Contratação ou Agente de Contratação** poderá solicitar **parecer técnico, jurídico ou contábil** de servidores do quadro da Prefeitura ou de profissionais especializados externos, quando necessário ao adequado julgamento ou decisão.

17.4. Na **contagem dos prazos** estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em **dias úteis de expediente** da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA.

17.5. A Comissão de Contratação ou Agente de Contratação ou a Autoridade Superior poderá **relevar omissões formais** que não comprometam a proposta ou a lisura do certame, bem como **promover diligências** destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente.

17.6. As normas que regem este certame serão interpretadas **em favor da ampliação da competitividade**, desde que não comprometam o interesse público, a segurança da contratação e a finalidade do procedimento.

17.7. Em caso de discrepância entre o **Edital** e seus **Anexos**, prevalecerá o texto do Edital.

17.8. Quando se tratar de **bens ou serviços divisíveis**, com **cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento)** do objeto para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), observar-se-á:

17.8.1. não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que mantenham o preço do primeiro colocado;

17.8.2. se a mesma empresa vencer a cota principal e a cota reservada, a contratação se dará pelo **menor preço ofertado**;

Nº 1064 CPL

17.8.3. nas licitações com entregas parceladas, será **priorizada a aquisição** dos produtos oriundos das cotas reservadas, salvo quando inadequados às quantidades ou condições do pedido, mediante justificativa.

17.9. Serão aceitos **documentos eletrônicos certificados pela ICP-Brasil**, nos termos da **Medida Provisória nº 2.200-2/2001**, os quais presumem-se verdadeiros quanto aos signatários.

17.10. Caso não haja expediente administrativo ou ocorra fato superveniente que impeça a realização da sessão de abertura, esta será automaticamente **transferida para o primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário, salvo comunicação formal em contrário da Comissão de Contratação ou Agente de Contratação.

17.11. Aplicam-se às **sociedades cooperativas** previstas no art. 34 da **Lei nº 11.488/2007** as mesmas disposições legais conferidas às **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**.

17.12. Os **casos omissos** serão resolvidos pela Comissão de Contratação ou Agente de Contratação, observando-se as disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

17.13. Fica eleito o **Foro da Comarca de Imperatriz/MA** para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Edital, **com exclusão de qualquer outro**, por mais privilegiado que seja.

17.14. Este Edital estará disponível no **sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA** (www.imperatriz.ma.gov.br), e, se for o caso, também poderá ser publicado no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, conforme art. 174 da Lei nº 14.133/2021.

17.15. Os licitantes ficam cientes das disposições da **Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**, especialmente quanto à responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à Administração Pública, inclusive nos casos de **conluio ou fraude à licitação**, sujeitos às penalidades cabíveis.

18. ANEXOS

Anexo I	Projeto Básico e seus anexos
Anexo II	Modelo de Proposta de Preços
Anexo III	Minuta do Termo de Contrato e seus anexos

Imperatriz/MA, 14 de outubro de 2026.

ASSINADO DIGITALMENTE
RAFAEL SILVA LUCENA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: https://serpro.gov.br/assinador-digital
Serpro

RAFAEL SILVA LUCENA
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Orçamentária

Nº 1005
CPL

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

<<PROJETO BÁSICO>>

Nº 1066 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls: 897 Ass. GABINETE

PROJETO BÁSICO

SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA LEI 14.133/2021.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Projeto Básico visa a contratação de empresa especializada para prestação de serviços consistentes na realização de georreferenciamento urbano e atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) do Município de Imperatriz/MA, incluindo atualização do cadastro imobiliário municipal, mapeamento urbano por aerolevantamento fotogramétrico, perfilamento a laser (LiDAR) e mapeamento móvel 360°, bem como fornecimento de Sistemas, Suporte Técnico e Manutenção, conforme as normas técnicas vigentes, legislação aplicável e as necessidades identificadas pela Administração Pública Municipal, conforme tabela, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto da presente contratação é caracterizado como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, nos termos do art. 6º, XXI, da Lei nº 14.133/2021, compreendendo atividades de elevada complexidade técnica, tais como levantamento geoespacial por aerofotogrametria e perfilamento LiDAR, atualização do cadastro imobiliário municipal, elaboração da Planta Genérica de Valores (PGV) e implantação de Sistema de Informações Geográficas (SIG). Em razão dessa natureza, a seleção do contratado adotará critério de julgamento por técnica e preço, conforme art. 44, §1º, da Lei nº 14.133/2021, observada a justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto da presente contratação não se enquadra como bem ou serviço de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, destinando-se exclusivamente ao atendimento do interesse público, com especificações técnicas adequadas, necessárias e proporcionais às finalidades administrativas pretendidas, sem características supérfluas ou excessivas.

2. DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA DOS SERVIÇOS E PRODUTOS

2.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ R$ 15.958.716,67 (quinze milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos.)** conforme custos unitários descritos na tabela abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	UNID.	QTD.	VALOR (R$)	
				UNIT.	TOTAL DA ETAPA
1	IMAGEAMENTO AÉREO				
1.1	COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA PARA OBTENÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS VERTICAIS COLORIDAS DA ÁREA URBANA, NA ESCALA DE 1:5.000.	Km^2	215	R$ 4.050,0000	R$ 870.750,00

Nº 1067 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls: 868 Ass. GABINETE

1.2	GERAÇÃO DE ORTOFOTOCARTAS DIGITAIS COLORIDAS DA ÁREA URBANA NA ESCALA 1:1.000 (GSD DE 5 CM OU MELHOR PRECISÃO).	Km²	215	R$ 2.083,3333	R$ 447.916,66
1.3	PERFILAMENTO A LASER AEROTRANSPORTADO DA ÁREA URBANA, PARA GERAÇÃO DE MDT, MDS E CURVAS-DE-NÍVEL A CADA 50 CM.	Km²	215	R$ 3.300,0000	R$ 709.500,00
2	**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**				
2.1	ADEQUAÇÃO E CONVERSÃO DA BASE DE DADOS EXISTENTE.	Hora	600	R$ 368,3333	R$ 220.999,98
2.2	SOLUÇÃO SAAS PARA GESTÃO TERRITORIAL E MONITORAMENTO DE ALTERAÇÕES URBANAS, COM HOSPEDAGEM EM NUVEM, SERVIÇO DE HELP-DESK, SUPORTE E MANUTENÇÃO.	Mês	12	R$ 135.000,0000	R$ 1.620.000,00
2.3	CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) PARA INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA TRIBUTÁRIO EXISTENTE NA PREFEITURA.	Hora	400	R$ 368,3333	R$ 147.333,32
2.4	MAPEAMENTO DOS FLUXOS DE PROCESSOS PARA IMPLANTAÇÃO NO SISTEMA DIGITAL DE APROVAÇÃO DE ALVARÁS E HABITE-SE.	Hora	400	R$ 368,3333	R$ 147.333,32
3	**LEVANTAMENTO CADASTRAL**				
3.1	EXECUÇÃO DE MAPEAMENTO MÓVEL 360º, CAPTURANDO IMAGENS FRONTAIS DE TODOS OS IMÓVEIS E LOGRADOUROS DA ÁREA URBANA, BEM COMO IDENTIFICAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, SINALIZAÇÃO VERTICAL, POSTEAMENTO E BURACOS EXISTENTES, UTILIZANDO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.	Km linear	1.350	R$ 1.251,6666	R$ 1.689.749,91
3.2	VETORIZAÇÃO, GEOCODIFICAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS **SEM** ALTERAÇÃO CADASTRAL	Unidade Imobiliária	150.000	R$ 25,9166	R$ 3.887.490,00
3.3	VETORIZAÇÃO, GEOCODIFICAÇÃO E CADASTRAMENTO DAS **NOVAS** UNIDADES IMOBILIÁRIAS OU IMÓVEIS **COM** AMPLIAÇÃO DE ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DETECTADA	Unidade Imobiliária	50.000	R$ 75,8333	R$ 3.791.665,00
3.4	CONFERÊNCIA DE TITULARIDADE	Lote/ Terreno	30.000	R$ 51,6666	R$ 1.549.998,00

Nº 1068 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls: 899 Ass. GABINETE

3.5	IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS PASSÍVEIS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL.	Serviço	1	R$ 66.666,6666	R$ 66.666,67
3.6	RELATÓRIO DE DISCREPÂNCIAS E GERAÇÃO DAS NOTIFICAÇÕES.	Serviço	1	R$ 31.666,6666	R$ 31.666,67
3.7	DISPONIBILIZAÇÃO DE CENTRAL DE ATENDIMENTO	Mês	2	R$ 82.416,6666	R$ 164.833,33
4	**PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV)**				
4.1	ELABORAÇÃO DA NOVA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV).	Serviço	1	R$ 509.666,6666	R$ 509.666,67
5	**CAPACITAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS**				
5.1	TREINAMENTO NO SISTEMA.	Hora	80	R$ 368,3333	R$ 29.466,66
5.2	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS (QUANDO SOLICITADO).	Hora	200	R$ 368,3333	R$ 73.666,66
VALOR TOTAL GERAL (R$)					**R$ 15.958.716,67**

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Prefeitura Municipal de Imperatriz enfrenta **grandes desafios na gestão e conservação das áreas urbanas e rurais**, decorrentes da **falta de informações georreferenciadas precisas e atualizadas** sobre a localização e delimitação de propriedades públicas e privadas.

Essa **carência informacional** gera entraves na formulação e execução de políticas públicas, prejudica a prestação de serviços essenciais e impacta diretamente a **qualidade de vida da população**, além de comprometer a **justiça fiscal** e a eficiência administrativa.

A ausência de dados confiáveis dificulta:

- O planejamento urbano e a definição de ações preventivas em situações de risco, como alagamentos e degradação ambiental;
- A fiscalização de ocupações irregulares e a manutenção adequada de espaços públicos;
- A **resolução de conflitos fundiários**, gerando **insegurança jurídica**;
- A atualização do **cadastro imobiliário municipal** e a arrecadação tributária, ocasionando distorções na cobrança de tributos.

Considerando a **extensão territorial do município**, atualmente composto por aproximadamente **297 bairros e setores urbanos**, destaca-se a necessidade de um levantamento geoespacial completo e integrado. Segue abaixo a relação nominal de bairros abrangidos pelo presente objeto: Novo Horizonte, Parque Cinco Estrelas, Santa Clara, Jardim América / Vila Macedo, Santa Inês, Jardim Imperador, Vila Nova, Parque Santa Lucia, Parque das Palmeiras, Jardim São Luís, Jardim Lopes, Vila Parati, Parque das Mangueiras, Vila Fiquene, Jardim América, Parque São Jose, Jardim Perola, Vila Machado, Bacuri, Asa Norte, Parque São Jose II, Bom Sucesso, Parque Planalto, Parque Anhanguera, Boca da Mata, União, Parque do Buriti, Parque Alvorada II, Jardim Lagoa, JK, Jardim São Francisco, Parque das Nações, Laranjeira, Chaparral, Vereda Tropical, Jardim Independência, Jardim Viana, Cinco Irmãos, Parque Amazonas, Brasil Novo, Três Poderes, Jardim Democrata, Ouro Verde, Juçara, Maranhão Novo, Redenção II, Sebastião Regis, Nova Vitória, Parque São Jose I, Jardim Plaza, Residencial Acapulco, Vila Esmeralda, Cidade Jardim Perola, Bom Jesus, Super Quadra 602,

Nº 1069 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. GABINETE
Fls 900
Ass.

Vilinha, Jardim Europa, Conj. Vitoria, São Jose do Egito, Parque Avenida, Alto da Boa Vista, Res Kubistchek, Vila Ypiranga, Eldorado, Parque Independência, Vila Macedo, Jardim Cinco Estrela, Zona Rural, Caema, Aeroporto, Morada do Sol, Conj. Nova Vitória II, Vila Santa Luzia, São Felix, Petrolina, Expansão Urbana, Conj. Habitar Brasil, Jardim Santo André, Imigrantes, Distrito Industrial, Camaçari, Recanto Estrela da Manhã, Leandra, Alto Bonito Sabiá, Lagoa Verde, Parque Buriti, Parque Aeroporto, Mutirão, Parque Alvorada, Pq. Lagoinha, Vila Cafeteira, Jd. das Oliveiras, Lagoinha Setor Industrial, Pomares Res Parque, Estrela da Manhã, Centro Novo, Vila Maria, Vila Planalto, Portão da Amazônia, Mata Verde, Loteamento Vale do Sol, Loteamento de Chácaras, Parque das Mansões, Jardim América II, Parque Sumaré, Beira Rio, Indefinido, Jardim Camboriú, Castro Alves, Pq. das Flores, Mini Chácara Bom Jesus, Vila Dom Pedro I, Condomínio Mansões Paris, Alto B do Triângulo, Cacauzinho, Vila Palmares, Chácara Santa Rosa, São Salvador, Vila Davi II, Parque de Exposição, Vale do Sol, Parque Santo Antônio, Vila João Castelo, Alto das Brisas, Vila Zenira, Jardim Veneza, Povoado Imbiral, João Paulo II, Residencial Califórnia, Bebedouro, Mini Chácara Santa Luci, Jardim Vitória, Rodoviário, Juçara, Setor Rodoviário, Jardim Sumaré, Nova Imperatriz, Santa Rita, Jardim Morada do Sol, Sol Nascente, Morada do Bosque, Parque do Bosque, Jardim Andrea, Anajas, Setor Aeroporto, Recanto Universitário, San Serafim, Vila Maderminas, Lagoinha, Vila Mariana, Mercadinho, Vila Lobão, Res Cinco Estrelas, Bom Jesus, Parque Ouro Verde, Santo Antônio, Jardim Tropical, Jardim Planalto, Parque Sanharol, Vila Redenção, Califórnia, Parque das Estrelas, Coco Grande, Entroncamento, Jardim Oriental, Imperador, Menino Jesus de Prag, Vila Negreiros, Parque Internacional, Lírios do Campo, Nova Vila, Parque Vitória, Parque Bandeirantes, Santo Amaro, Loteamento Jardim Primavera, Res. Park Imperial, Parque Ayrton Senna, Super Quadra Brasil, Independência, Parque Tocantins, Sol Nascente II, Sítio Eng. Velho, Vila JK, Parque São Jose III, Jardim São Pedro, Coquelândia, Setor Industrial, Vila de Fátima, Vila Vitória, Parque da Lagoa, Verona 2ª Etapa, Cidade Jardim, Colina Park, Centro, Recanto Estrela da Manhã, Vila Independente, Povoado Bacaba, Parque Alvorada I, Itamar Guara, Maranhão do Sul, Residencial Verona, Residencial Canto da Serra, Parque São Jose II.

Este **volume territorial e a diversidade de áreas** reforçam a necessidade de uma **solução integrada**, composta por:

- **Aerolevantamento fotogramétrico** e **perfilamento a laser (LiDAR)** para mapeamento preciso do território;
- **Mapeamento móvel 360°** para detalhamento de vias, imóveis e infraestrutura urbana;
- **Atualização completa do cadastro imobiliário municipal**;
- **Elaboração de uma Planta Genérica de Valores (PGV)** atualizada, garantindo justiça fiscal;
- **Implantação de um Sistema de Informações Geográficas (SIG)**, que permita:
- Consolidação e gerenciamento de todos os dados coletados;
- Integração com a base tributária e urbanística do município;
- Disponibilização de informações em ambiente seguro, acessível e transparente.

A presença do **SIG** garante que os dados produzidos durante o georreferenciamento **não se limitem a registros estáticos**, mas sejam utilizados de forma contínua para:

- **Tomada de decisão estratégica**;
- Planejamento urbano e territorial;
- Identificação de áreas de risco e prevenção de desastres;
- Acompanhamento da expansão urbana;
- Gestão eficiente dos recursos municipais.

Nº 1070 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. GABINETE
Fls 901
Ass.

Sem essa solução completa, o município enfrenta uma **lacuna crítica** que compromete o desenvolvimento sustentável, a eficiência administrativa e a modernização da gestão pública.

Assim, a contratação proposta não se resume a uma atualização tecnológica, mas constitui **medida essencial e urgente para a promoção do interesse público**, garantindo:

- Maior transparência e precisão nos dados;
- Aumento da arrecadação através da correção de distorções cadastrais;
- Planejamento urbano mais eficiente e justo;
- Segurança jurídica para a população e para a Administração Pública.

Com essa estrutura, Imperatriz avança rumo a uma gestão territorial **moderna, integrada e sustentável**, beneficiando toda a população e fortalecendo a confiança da sociedade nas ações governamentais.

Fundamentação Legal

3.2. A Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Orçamentária – SEFAZGO identificou a **necessidade urgente de elaboração de uma nova Planta Genérica de Valores (PGV)**, instrumento fundamental para que a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) seja **justa, equilibrada e compatível com a realidade imobiliária de Imperatriz**.

A ausência de informações técnicas atualizadas sobre imóveis e áreas do município resulta em **ineficiência na arrecadação e distorções tributárias**, pois:

Imóveis em situações semelhantes são tributados de forma desigual;

Áreas subavaliadas ou não cadastradas deixam de ser tributadas adequadamente;

Contribuintes que declaram corretamente seus imóveis acabam arcando com uma carga tributária desproporcional;

A Administração carece de base confiável para planejamento urbano e para ações de fiscalização.

Esse cenário provoca **injustiça fiscal**, perda significativa de receitas e limita a capacidade do município em financiar serviços públicos essenciais. Atualmente, Imperatriz **não dispõe de nenhum estudo técnico estruturado**, como um georreferenciamento completo, que permita conhecer detalhadamente sua base imobiliária e territorial.

Para sanar essas deficiências, torna-se imprescindível realizar um **levantamento geoespacial moderno e preciso**, aliado à consequente atualização da **Planta Genérica de Valores**, garantindo que a **base de cálculo do IPTU reflita fielmente as características e valores reais dos imóveis**, assegurando **equidade na tributação** e transparência na cobrança.

Além disso, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0819354-85.2024.8.10.0000, declarou a inconstitucionalidade de diversos dispositivos da Lei Complementar nº 005/2022. Tal decisão impõe a necessidade de imediata adequação da legislação municipal, de modo a possibilitar o cálculo de um IPTU justo e compatível com a realidade local. Para tanto, torna-se imprescindível a realização de um georreferenciamento preciso, aliado à consequente atualização da Planta Genérica de Valores, assegurando que a base de cálculo do imposto reflita com fidelidade as características e valores imobiliários efetivos do município.

Essa decisão impõe a **necessidade imediata de adequação da legislação municipal**, de modo a permitir o cálculo de um IPTU justo e compatível com a realidade local. Para tanto, **é indispensável a realização de um georreferenciamento completo**, aliado à elaboração de uma **nova PGV**, que fornecerá os dados técnicos necessários para:

Nº 9071 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. GABINETE
Fls 902
Ass.

Corretas atualizações cadastrais e tributárias;
Segurança jurídica nos lançamentos e cobranças;
Atendimento à determinação judicial do TJMA.

A presente contratação está juridicamente fundamentada na **Lei nº 14.133/2021**, especialmente:

Art. 5º e Art. 11, que estabelecem os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, planejamento e busca da proposta mais vantajosa para o interesse público;

Art. 12, que trata do planejamento das contratações públicas por meio do Plano Anual de Contratações (PAC);

Art. 18, § 1º, que dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração do Documento de Formalização da Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Projeto Básico;

Art. 6º, inciso XXV, que define o **Projeto Básico** como o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o serviço a ser licitado, assegurando viabilidade técnica, execução e orçamentação precisas;

Art. 28, inciso II, que estabelece a **Concorrência** como modalidade adequada para obras, serviços e compras de grande vulto, inclusive serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;

Art. 33, inciso IV, e **Art. 36, § 1º**, que dispõem sobre o **critério de julgamento por Técnica e Preço**, aplicável quando a qualidade técnica for fator relevante para a obtenção do resultado mais vantajoso à Administração.

Assim, a presente contratação observa o princípio do planejamento, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, visando à execução de **serviço técnico especializado de natureza intelectual** — o levantamento geoespacial e a elaboração da **Planta Genérica de Valores (PGV)** — imprescindível para promover **justiça fiscal, modernizar a gestão territorial** e **atender à determinação judicial** que impõe a revisão da base de cálculo do IPTU.

Dessa forma, a contratação proposta atende plenamente aos princípios constitucionais e legais, garantindo que o Município de Imperatriz disponha de **instrumentos técnicos e jurídicos para promover justiça fiscal, modernizar a gestão territorial e atender à determinação judicial**, assegurando eficiência, economicidade e transparência na administração pública.

4. DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

4.1. A O Município de Imperatriz/MA adota o Plano Anual de Contratações (PCA), nos termos do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, como instrumento de planejamento das aquisições públicas.

A presente demanda, contudo, **não consta originalmente no PCA vigente**, em razão de tratar-se de **necessidade superveniente** identificada pela Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Orçamentária (SEFAZGO), a partir de análises técnicas que evidenciaram deficiências estruturais e inconsistências nos dados cadastrais, urbanísticos e tributários do Município. Essas falhas impactam negativamente a arrecadação, a justiça fiscal, o planejamento urbano e a gestão eficiente do território municipal.

Diante desse cenário, a contratação mostra-se **necessária e urgente**, visando à consolidação de uma base de dados geoespacial padronizada, integrada ao cadastro imobiliário, como ferramenta estratégica de apoio à gestão tributária e urbanística.

Assim, justifica-se o regular prosseguimento da contratação, **com posterior registro complementar no sistema do PCA**, garantindo a conformidade normativa e a ciência da unidade responsável pelo planejamento institucional

Nº 1072 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. GABINETE
Fls 903
Ass.

5. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO E SOLUÇÃO TÉCNICA ADOTADA

5.1. A descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto encontra-se pormenorizada em tópico específicos abaixo:

5.1.1. **AEROFOTOGRAMETRIA**

5.1.1.1. **COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA PARA OBTENÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS VERTICAIS COLORIDAS DA ÁREA URBANA, NA ESCALA DE 1:5.000.**

5.1.1.1.1. Nesta etapa, deverá ser solicitada ao Ministério da Defesa a autorização para realização do aerolevantamento.

5.1.1.1.2. Toda a infraestrutura necessária, incluindo aeronave e equipes, deverá ser mobilizada para o desenvolvimento dos trabalhos.

5.1.1.1.3. A Execução da Cobertura Aerofotogramétrica e Perfilamento a Laser deverá considerar as seguintes características técnicas:

5.1.1.1.3.1. A cobertura aerofotogramétrica da área urbana do Município deve apresentar um GSD (Ground Sample Distance) de 5 cm ou melhor (equivalente à escala 1:5.000);

5.1.1.1.3.2. O perfilamento a laser deve ter uma densidade mínima de 4 pontos por metro quadrado (4 pontos/m²).

5.1.1.1.3.3. A Aeronave utilizada na etapa de Cobertura Aerofotogramétrica deverá atender aos seguintes critérios técnicos:

5.1.1.1.3.4. Estar devidamente adaptada e homologada para a execução da cobertura aerofotogramétrica, com características de estabilidade, sustentação, teto de serviço, autonomia de voo e equipamentos de orientação e navegação compatíveis com as exigências do voo;

5.1.1.1.3.5. Possuir piloto automático;

5.1.1.1.3.6. Estar equipada com sistema GPS para orientação da aeronave de acordo com o plano de voo;

5.1.1.1.3.7. Contar com câmera aerofotogramétrica digital e todos os acessórios especificados neste Projeto Básico;

5.1.1.1.3.8. Contar com planejamento de voo em meio digital;

5.1.1.1.3.9. Possuir sistema inercial (IMU) e GPS integrados à câmera e à aeronave para registro de dados de altitude;

5.1.1.1.3.10. Estar equipada com antena GPS e IMU integrados à câmera para voo apoiado;

5.1.1.1.3.11. Possuir sistema de gerenciamento, registro e armazenamento dos dados do voo;

5.1.1.1.3.12. Contar com sistema de gerenciamento de voo (FMS).

5.1.1.1.4. A Câmera Aerofotogramétrica Digital deverá atender aos seguintes critérios técnicos:

5.1.1.1.4.1. Resolução geométrica mínima de 100 MP (Megapixel) e resolução espectral que cubra a faixa do visível;

5.1.1.1.4.2. Possuir dispositivos eletrônicos para gerenciamento e controle da câmera, garantindo a conformidade da cobertura aérea;

5.1.1.1.4.3. Ser dotada de dispositivo para correção do arrasto da imagem, tipo FMC (Forward Motion Compensation), mecânico ou digital;

Nº 1073 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. GABINETE
Fls 904
Ass.

5.1.1.1.4.4. Possuir GPS e sistema inercial integrados, aptos para voo apoiado.

5.1.1.1.5. O Perfilamento a Laser Aerotransportado deverá atender aos seguintes critérios:

5.1.1.1.5.1. Se utilizar tecnologia full-waveform.

5.1.1.1.6. Deverá fazer parte da etapa de Cobertura Aerofotogramétrica, o Plano de Voo, que obrigatoriamente deverá garantir as seguintes características:

5.1.1.1.6.1. Planejamento organizado com a definição das faixas de voo e dos modelos, utilizando coordenadas UTM, fusos e hemisfério Sul, indicando os pontos de início e término de cada faixa (SIRGAS2000), além das coordenadas geográficas nas extremidades, especificamente no canto superior direito e no canto inferior esquerdo;

5.1.1.1.6.2. GSD das imagens;

5.1.1.1.6.3. Quantitativo de faixas de voo;

5.1.1.1.6.4. Identificação das faixas de voo;

5.1.1.1.6.5. Quantitativo de fotografias;

5.1.1.1.6.6. Altitude do voo;

5.1.1.1.6.7. Altura do voo (máxima e mínima);

5.1.1.1.6.8. Aeroporto base das operações aéreas;

5.1.1.1.6.9. Delimitação da área de interesse com a representação das faixas e fotos sobrepostos a este;

5.1.1.1.6.10. Arquivos digitais gráficos georreferenciados em formato DWG e KML;

5.1.1.1.6.11. Em cada faixa, em seus extremos, os pontos principais das duas primeiras e das duas últimas exposições deverão encontrar-se fora dos limites fixados para a área de trabalho.

5.1.1.1.7. A Execução do Voo para a área urbana deverá atender aos seguintes critérios:

5.1.1.1.7.1. A resolução espacial mínima será de 8 cm;

5.1.1.1.7.2. As fotografias devem ser capturadas em horários que garantam a melhor cobertura possível;

5.1.1.1.7.3. O imageamento deve ocorrer em dia(s) com condições atmosféricas favoráveis, como céu limpo e sem brumas. Fotografias com superexposição ou subexposição não serão aceitas;

5.1.1.1.7.4. A sobreposição longitudinal entre fotografias aéreas consecutivas deverá ser, no mínimo, de 70%;

5.1.1.1.7.5. A sobreposição lateral entre as faixas de voo contíguas deve ser de, no mínimo, 40%;

5.1.1.1.7.6. Caso haja interrupção em uma faixa de voo, a retomada deverá garantir uma superposição de, no mínimo, dois modelos fotogramétricos;

5.1.1.1.7.7. Nos extremos de cada faixa, os pontos principais das duas primeiras e das duas últimas exposições devem estar localizados fora dos limites definidos para a área de trabalho;

Nº 7074 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 905 Ass. GABINETE

5.1.1.1.7.8. Será permitida uma variação de até ± 5% na escala do voo em comparação com a escala planejada;

5.1.1.1.7.9. A cobertura aérea deverá ser realizada em condições apropriadas (lentes, luz, filtros e tempo de exposição entre outros) que evitem os efeitos de vinhete (vignette).

5.1.1.1.8. Quanto ao Processamento das Imagens, a empresa licitante deverá garantir que:

5.1.1.1.8.1. O processamento das imagens coloridas deverá ser realizado em um setor especializado em processamento digital;

5.1.1.1.8.2. Este processo deve ser feito utilizando equipamentos e softwares adequados, de acordo com as necessidades do produto a ser gerado;

5.1.1.1.8.3. As imagens "nativas" do sistema precisam ser processadas com sua resolução radiométrica original;

5.1.1.1.8.4. Após o processamento, as imagens devem ser exportadas para o formato TIFF (Tagged Image File Format), sem taxa de compressão;

5.1.1.1.8.5. A exportação deve manter uma resolução radiométrica de 8 bits (256 níveis de cinza) por banda RGB. É essencial que não haja degradação da qualidade durante esse processo.

5.1.1.1.8.6. Deve ser criado um Foto-índice colorido, com as imagens aéreas reamostradas para a resolução adequada, montadas em faixas com sobreposições e enquadradas por coordenadas geográficas, utilizando cruzetas nos quatro cantos.

5.1.1.1.9. O Foto-índice deverá atender às seguintes exigências:

5.1.1.1.9.1. Possuir o nome do contratante e do executante;

5.1.1.1.9.2. Apresentar a escala do foto-índice e a escala de voo;

5.1.1.1.9.3. Indicação do norte geográfico;

5.1.1.1.9.4. Conter o número de faixas e fotos que o compõem;

5.1.1.1.9.5. Apresentar o mapa de localização da área de interesse.

5.1.2. **GERAÇÃO DE ORTOFOTOCARTAS DIGITAIS COLORIDAS DA ÁREA URBANA NA ESCALA 1:1.000 (GSD DE 5 CM).**

5.1.2.1. Deverão ser geradas ortofotos digitais com GSD de 5 cm ou superior, assegurando a alta precisão espacial e adequação para análises detalhadas de uso e ocupação do solo.

5.1.2.2. A ortoprojeção será realizada utilizando as imagens digitais, o Modelo Digital de Terreno (MDT), os dados de aerotriangulação e os parâmetros de calibração da câmera, garantindo a correta posição geográfica e a precisão métrica das ortofotos.

5.1.2.3. As ortofotos serão recortadas de acordo com as folhas do Sistema Cartográfico Convencional e preparadas para plotagem, facilitando sua integração com outros dados geoespaciais. Nos casos em que uma ortofoto for composta por múltiplas imagens, será realizada a mosaicagem das ortoimagens, assegurando perfeita coincidência geométrica e colorimétrica, proporcionando uma transição suave entre as imagens.

5.1.2.4. A ortorretificação será complementada com ajuste radiométrico das imagens, com o objetivo de eliminar variações de luminosidade entre imagens adjacentes e uniformizar o contraste e a tonalidade, garantindo um produto final

Nº 1075 CPL
SECMUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 906 Ass. GABINETE

visualmente consistente, sem perda de informações cruciais para a interpretação.

5.1.2.5. As ortofotos deverão ser entregues em formato digital, preferencialmente em TIFF (Tagged Image File Format), sem compressão, para garantir a integridade das informações.

5.1.3. **PERFILAMENTO A LASER AEROTRANSPORTADO PARA GERAÇÃO DO MDS, MDT E CURVAS DE NÍVEL EQUIDISTANTES VERTICALMENTE DE 50 CM (CINQUENTA CENTÍMETROS).**

5.1.3.1. O Perfilamento a Laser será realizado conforme o Plano de Voo previamente aprovado pela Prefeitura, e deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

5.1.3.1.1. Densidade mínima de 4 (quatro) pontos por metro quadrado na nuvem de pontos gerada;

5.1.3.1.2. Altura de voo ajustada para garantir a precisão e exatidão necessárias ao atendimento do objeto deste Projeto;

5.1.3.1.3. Largura das faixas de perfilamento (varredura) definida de acordo com as necessidades do voo;

5.1.3.1.4. Velocidade de voo compatível com os requisitos técnicos para a aquisição de dados precisos;

5.1.3.1.5. Ângulo de abertura (swathwidth) do sistema de varredura, que deverá ser adequado ao tipo de levantamento;

5.1.3.1.6. Superposição lateral mínima de 20% entre as faixas de voo, para garantir a continuidade dos dados;

5.1.3.1.7. Número total de faixas de voo planejadas, conforme o escopo do levantamento;

5.1.3.1.8. Frequência de varredura (scan), especificada para garantir a qualidade e consistência dos dados coletados;

5.1.3.1.9. Espaçamento dos pontos nas direções X e Y, conforme a resolução necessária para o levantamento;

5.1.3.1.10. Apresentação gráfica das linhas de voo planejadas, facilitando a visualização e execução do perfilamento.

5.1.3.2. Os resultados da execução da cobertura aérea, com a finalidade do Perfilamento a Laser não deverá divergir em até 5% do apresentado no planejamento, não sendo admissível apresentar valores inferiores que sejam prejudiciais ao atendimento do objeto deste Termo;

5.1.3.3. Geração de planilha comparativa dos dados de voo planejados com os dados adquiridos.

5.1.3.4. Para o Modelo Digital de Superfície - MDS gerado a partir do Perfilamento a Laser, a Prefeitura exige que sejam contemplados os seguintes parâmetros:

5.1.3.4.1. Apresentar todos os pontos coletados na etapa de perfilamento a laser;

5.1.3.4.2. Apresentar precisão compatível com a escala das ortofotos 1:1.000.

5.1.3.5. Para o Modelo Digital de Terreno – MDT gerado a partir do Perfilamento a Laser, a Prefeitura exige que sejam contemplados os seguintes parâmetros:

5.1.3.5.1. Garantir que sejam considerados somente pontos no nível do solo;

5.1.3.5.2. Deverá ser composto por malha de pontos irregular e triangular (TIN).

5.1.3.6. O Modelo Digital de Terreno – MDT, deverá ainda embasar a geração das Curvas de Nível, que deverá considerar as seguintes exigências:

5.1.3.6.1. Apresentar equidistância vertical de 0,5 (zero vírgula cinco) metros para a área de mapeamento na escala 1:1.000;

Nº 7076 CPL
SECMUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 902 Ass. GABINETE

5.1.3.6.2. As curvas de nível deverão ser representadas com traçado contínuo, sem interrupções, compondo um nível de informação específico. Os valores altimétricos deverão ser incorporados como atributos das curvas;

5.1.3.6.3. A edição das curvas de nível deverá ser realizada de forma a eliminar o excesso de pontos e resíduos, garantindo uma representação precisa e sem informações desnecessárias;

5.1.3.6.4. Deverão ser gerados pontos cotados em regiões planas, para garantir a correta definição da altitude nessas áreas.

5.2. **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (150.000 unidades imobiliárias)**

5.2.1. **ADEQUAÇÃO E CONVERSÃO DA BASE DE DADOS EXISTENTE.**

5.2.1.1. Contratada será responsável pela conversão/migração e aproveitamento de todos os dados da Base de Dados em uso, com a devida disponibilização dos mesmos pelo Município.

5.2.1.2. Durante o processo de conversão, não poderá haver perda de informação. Qualquer problema identificado deverá ser prontamente reportado à equipe técnica da Prefeitura para análise.

5.2.1.3. Após a conversão, a Prefeitura realizará testes de validação dos dados migrados como condição essencial para a liquidação e pagamento dos serviços, ficando reservada a possibilidade de aplicação de penalidades caso erros ou incorreções sejam identificados posteriormente.

5.2.1.4. A Contratada deverá disponibilizar os dados convertidos em ambiente de homologação para que a Prefeitura possa validar a integridade dos dados antes de sua inserção no ambiente de produção.

5.2.1.5. A conversão e compatibilização da Base de Dados geográfica atual para a nova estrutura de dados do Sistema previsto deverá ser realizada de forma a garantir a integridade e funcionalidade do sistema implantado.

5.2.1.6. Todos os dados carregados no Sistema, bem como os dados gerados e armazenados pelos usuários da Prefeitura durante a vigência do contrato, serão de propriedade exclusiva da Prefeitura, sendo que a Contratada deverá fornecer cópia integral do banco de dados sempre que solicitado.

5.2.1.7. Deverá ser realizada a Consolidação das Informações visando a compatibilização das informações existentes (quando aplicáveis) relacionadas ao Plano Diretor e dados Socioeconômicos, para uso nos diversos setores da administração municipal.

5.2.1.8. As informações do Plano Diretor Municipal deverão ser tratadas conforme as seguintes especificações:

5.2.1.8.1. Realização de rotinas de fechamento topológico e geocodificação, transformando os Zoneamentos em polígonos fechados, armazenando-os na Base de Dados Espacial.

5.2.1.8.2. Conversão e adequação da Legislação do Plano Diretor para um formato de banco de dados, viabilizando a geração de consultas e a manutenção desses dados, além do perfeito funcionamento das ferramentas do Sistema aplicáveis à gestão do Plano Diretor Municipal.

5.2.1.9. As informações Socioeconômicas deverão ser representadas e armazenadas na Base de Dados Espacial, sendo representadas pelos elementos definidos a seguir:

Nº 1077 CPL

SECMUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 608 Ass. GABINETE

5.2.1.9.1. Regionais de Saúde.
5.2.1.9.2. Áreas de Saúde.
5.2.1.9.3. Microáreas de Saúde.
5.2.1.9.4. Unidades de Saúde.
5.2.1.9.5. Unidades de Ensino.

5.2.1.10. Deverá ainda, a Contratada, representar e armazenar os Setores Censitários do IBGE na Base de Dados Espacial.

5.2.1.11. Para a finalidade de representação dos Setores Censitários, a licitante deverá considerar a versão mais atual do Censo, representando os atributos divulgados pelo órgão responsável.

5.2.2. **SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) PARA GESTÃO TERRITORIAL E MONITORAMENTO DE ALTERAÇÕES URBANAS (SAAS), COM HOSPEDAGEM EM NUVEM, SERVIÇO DE HELP-DESK, SUPORTE E MANUTENÇÃO.**

5.2.2.1. O licenciamento da solução deverá abranger um Sistema de Informações Geográfica e seus módulos, sendo totalmente online (100% Web), sem limitações quanto ao número de acessos ou usuários.

5.2.2.2. A solução deverá se demonstrar compatível no mínimo com as versões mais recentes dos navegadores de internet Google Chrome, Firefox e Windows Edge.

5.2.2.3. Considerando se tratar do fornecimento da locação mensal da licença de uso, com suporte e manutenção contínuos, fica estabelecida a proibição de subcontratação desta etapa.

5.2.2.4. O Sistema deve possuir hospedagem, backup e disponibilização em nuvem, com alta disponibilidade (24x7), garantindo acesso contínuo e seguro, além de recursos de recuperação rápida em caso de falhas ou incidentes.

5.2.2.5. A infraestrutura em nuvem deve garantir escalabilidade automática, permitindo que o Sistema se adapte de forma dinâmica ao aumento ou diminuição de demanda, sem comprometer o desempenho ou a integridade dos dados.

5.2.2.6. O Sistema em nuvem deverá ser suportado por um ambiente redundante, com múltiplas zonas de disponibilidade, garantindo a continuidade dos serviços e a integridade dos dados mesmo em caso de falhas de hardware ou de rede.

5.2.2.7. O provedor de nuvem deverá disponibilizar funcionalidades de automação para backup e restauração de dados, além de garantir a integridade dos backups com auditorias periódicas, de modo a permitir a recuperação de dados de forma ágil e eficiente em casos de falha ou perda de dados.

5.2.2.8. A **Contratada** deverá ainda, atender às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), garantindo a adequada proteção das informações cadastrais no sistema. Para tanto, deverá apresentar, juntamente com sua proposta comercial, os seguintes documentos:

5.2.2.8.1. Política de Privacidade;
5.2.2.8.2. Política de Segurança da Informação;
5.2.2.8.3. Plano de Análise de Riscos;
5.2.2.8.4. Relatório de Impacto;
5.2.2.8.5. Plano de Continuidade de Negócios;
5.2.2.8.6. Plano de Gestão de Incidentes;
5.2.2.8.7. Programa de Governança e Privacidade de Dados;
5.2.2.8.8. Indicação do DPO (Data Protection Officer).

Nº 1078 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 909 Ass.

5.2.3. **CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E FUNCIONALIDADES DA SOLUÇÃO (PROVA DE CONCEITO)**

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS				
ITEM	DESCRIÇÃO	RELEVÂNCIA	ATENDE	
			S	N
1.	Suportar os navegadores Microsoft Edge, Mozilla Firefox, Google Chrome e Safai e não necessitar da instalação prévia de plug-ins, applets ou activeX nas estações cliente para seu funcionamento	Obrigatória		
2.	Apresentar interface gráfica de todas as funcionalidades no idioma português Brasil, e para o ambiente de acesso público, que será disponibilizado através do site da Prefeitura, no mínimo nos idiomas português Brasil, inglês e espanhol	Obrigatória		
3.	Sistema responsivo, apresentando compatibilidade com dispositivos móveis (smartphone) para no mínimo as Funcionalidades em ambiente cidadão, de acesso público que será disponibilizado através do site da Prefeitura	Obrigatória		
4.	Apresentar Interoperabilidade da Base dos Dados devendo utilizar padrões do Open Geospatial Consortium (OGC), no mínimo Web Map Services (WMS) e Web Feature Service (WFS), bem como a possibilidade de carregamento/ vinculação de fontes externas como OpenStreetMap, entre outros, pelo usuário	Obrigatória		
5.	A Solução deve apresentar Mapa de Navegação e funcionalidades que possuem interação cartográfica (Consulta de Dados, Análise Espacial, Tematização, Navegação no Mapa Georreferenciado) tanto para uso em duas dimensões (2D) quanto em três dimensões (3D)	Obrigatória		
6.	Manter a Base de Dados de Pessoas (Cadastro Individual e Condições de Saúde) e Famílias atualizadas através de consumo destes dados (ETL, por exemplo) na Base de Dados E-SUS AB, devendo ser realizado através de rotina automatizada diária	Obrigatória		
7.	O Sistema deverá operar 100% em navegador de internet	Obrigatória		

FUNCIONALIDADES PARA O SISTEMA EM AMBIENTE INTRANET (ACESSO RESTRITO)					
ITEM	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	RELEVÂNCIA	ATENDE	
				S	N
1.	Consulta de Dados	Criação de expressões de consulta pelo usuário, selecionando a Camada/ Layer, o item de cadastro, operador e valor de	Obrigatória		

Nº 7079 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 910 Ass. GABINETE

		interesse, e que permita o cruzamento de duas ou mais Camadas			
2.	Consulta de Dados	Possibilidade de destacar no Mapa de Navegação as entidades espaciais resultantes da expressão de consulta	Obrigatória		
3.	Consulta de Dados	Possibilidade de imprimir os dados resultantes da expressão de consulta, nos formatos PDF, XLSX e CSV.	Desejável		
4.	Consulta de Dados	Delimitar área de expressão de consulta através de Atributos (Distrito, Setor, Bairro e Logradouro), e ainda através de área definida pelo usuário como Polígono e Retângulo	Obrigatória		
5.	Consulta de Dados	Localizar imóvel através de Endereço, selecionando o nome do Logradouro e número do imóvel	Obrigatória		
6.	Consulta de Dados	Localizar imóvel através de Inscrição Imobiliária, selecionando o Distrito, Setor, Quadra e Lote	Obrigatória		
7.	Consulta de Dados	Localizar Edifício por nome de Edifício	Obrigatória		
8.	Consulta de Dados	Localizar Lotes por Loteamento (destacar todos os Lotes do Loteamento), podendo filtrar por Quadra do Loteamento (destacar somente os Lotes da Quadra selecionada) e Lote de Loteamento	Obrigatória		
9.	Consulta de Dados	Localizar Quadra através do número da Quadra, selecionando o Distrito, Setor e Quadra	Obrigatória		
10.	Consulta de Dados	Localizar Distrito através do nome do Distrito	Desejável		
11.	Consulta de Dados	Localizar Setor através do nome do Setor, selecionando o Distrito a qual o mesmo pertence	Desejável		
12.	Consulta de Dados	Localizar Bairro através do nome do Bairro	Obrigatória		
13.	Consulta de Dados	Localizar imóveis de Contribuinte através de Nome ou parte do Nome ou CPF/CNPJ	Obrigatória		

Nº 1080 CPL

SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 911 Ass. GABINETE

14.	Consulta de Dados	Possibilidade de destacar no Mapa de Navegação os imóveis constantes na lista de Imóveis de determinado Contribuinte	Obrigatória		
15.	Consulta de Dados	Possibilidade de imprimir a lista dos imóveis resultantes da consulta de um determinado contribuinte, nos formatos PDF, XLSX e CSV.	Desejável		
16.	Consulta de Dados	Visualização de dados das Pessoas/ Contribuintes	Obrigatória		
17.	Consulta de Dados	Visualização de dados dos Domicílios e composição familiar	Obrigatória		
18.	Consulta de Dados	Geração de Mapa de Calor (Heat Maps) e Tematização, utilizando dados oriundos da Base de Dados E-SUS AB, para as Unidades Básicas de Saúde, considerando Gestantes acima de 40 anos	Obrigatória		
19.	Consulta de Dados	Geração de Mapa de Calor (Heat Maps) e Tematização, utilizando dados oriundos da Base de Dados E-SUS AB, para as Unidades Básicas de Saúde, considerando Gestantes abaixo de 18 anos	Desejável		
20.	Consulta de Dados	Geração de Mapa de Calor (Heat Maps) e Tematização, utilizando dados oriundos da Base de Dados E-SUS AB, para as Unidades Básicas de Saúde, considerando Crianças menores de 2 anos de idade com perímetro cefálico fora da faixa ideal	Desejável		
21.	Consulta de Dados	Geração de Mapa de Calor (Heat Maps) e Tematização, utilizando dados oriundos da Base de Dados E-SUS AB, para as Unidades Básicas de Saúde, considerando hipertensos sem diagnóstico (apenas auto-referido)	Obrigatória		
22.	Consulta de Dados	Geração de Mapa de Calor (Heat Maps) e Tematização, utilizando dados oriundos da Base de Dados E-SUS AB, para as Unidades Básicas de Saúde,	Obrigatória		

Nº 7081 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 912 Ass. GABINETE

		considerando diabéticos sem diagnóstico (apenas auto-referido)			
23.	Consulta de Dados	Geração de Mapa de Calor (Heat Maps) e Tematização, utilizando dados oriundos da Base de Dados E-SUS AB, para as Unidades Básicas de Saúde, considerando idosos com 03 ou mais condições crônicas de saúde.	Obrigatória		
24.	Consulta de Dados	Geração de Mapa de Calor (Heat Maps) e Tematização, utilizando dados oriundos da Base de Dados E-SUS AB, para as Unidades Básicas de Saúde, considerando idosos acamados, domiciliados e/ou dificuldade motora.	Obrigatória		
25.	Consulta de Dados	Geração de Mapa de Calor (Heat Maps) e Tematização, utilizando dados oriundos da Base de Dados E-SUS AB, para as Unidades Básicas de Saúde, considerando diabéticos sem diagnóstico (apenas auto-referido)	Obrigatória		
26.	Consulta de Dados	Visualização de dados de determinado imóvel apontado pelo usuário, deve conter pelo menos o endereço, contribuinte, testada principal de secundárias caso existir, os atributos cadastrais, bem como a imagem frontal do mesmo	Obrigatória		
27.	Consulta de Dados	Possibilidade de imprimir os dados cadastrais de determinado imóvel apontado pelo usuário, podendo selecionar todas as unidades existentes, permitindo gerar em um documento único ou arquivo compactado contendo todos os documentos individualizados	Desejável		
28.	Consulta de Dados	Visualização do histórico de alterações cartográficas (demonstrando o Croqui do mesmo antes e atual após alteração) e de atributos de imóvel selecionado pelo usuário	Obrigatória		

Nº 1082 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 913 Ass. GABINETE

29.	Consulta de Dados	Geração e visualização de Memorial Descritivo de imóvel, apresentando Croqui com os lotes confrontantes, contribuintes confrontantes e coordenadas dos vértices	Obrigatória		
30.	Consulta de Dados	Visualização e impressão de dados de determinada Planta de Quadra apontada pelo usuário, gerada a partir da Base de Dados e refletindo a situação atual da mesma, apresentando a Planta Cartográfica da mesma contendo os Lotes, Edificações, Logradouros, Área dos Lotes (texto), Testadas (texto), Área Construída de cada unidade (texto), Tipo de Edificação de cada unidade (texto), escala gráfica, escala numérica, data de emissão, legenda e indicador de norte magnético	Obrigatória		
31.	Consulta de Dados	Visualização de dados dos logradouros, inclusive com as imagens das Seções	Obrigatória		
32.	Consulta de Dados	Visualizar dados de Zoneamento	Desejável		
33.	Consulta de Dados	Realizar Consulta de Viabilidade para Parcelamento/ Desmembramento	Obrigatória		
34.	Consulta de Dados	Realizar Consulta de Viabilidade para Funcionamento, permitindo ao usuário a seleção dos usos/ atividades de interesse	Obrigatória		
35.	Consulta de Dados	Possibilidade de selecionar dois ou mais Lotes adjacentes, para geração da Consulta de Viabilidade, listando na mesma, as informações de todos os Lotes selecionados, bem como demonstrando a área total resultante, área total construída resultante, e testadas resultantes, tudo de acordo com a seleção do usuário	Obrigatória		
36.	Consulta de Dados	Geração e visualização nas Consultas de Viabilidade, imagem do imóvel, croqui de localização, metragens/áreas, parâmetros do zoneamento, usos permitidos ou permissíveis e código de autenticação	Obrigatória		

Nº 1083 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 94 Ass. GABINETE

37.	Consulta de Dados	Possibilitar a localização de uma determinada rede de água, esgoto ou pluvial.	Obrigatória		
38.	Consulta de Dados	Possibilitar a localização de uma determinada ligação de água ou esgoto.	Obrigatória		
39.	Consulta de Dados	Possibilitar a localização de equipamentos vinculados às redes de água, esgoto, pluvial, incluindo os reservatórios	Obrigatória		
40.	Consulta de Dados	Permitir a exibição de identificação dos elementos que compõem as redes de água e esgoto por meio de toponímias configuráveis	Desejável		
41.	Consulta de Dados	Possibilitar a identificação das ligações de água e esgoto permitindo a exibição dos atributos da ligação, identificação da rede e do referido imóvel	Desejável		
42.	Consulta de Dados	Possibilitar a identificação das redes de água e esgoto, exibindo os atributos da referida rede e listando imóveis conectados a esta	Obrigatória		
43.	Consulta de Dados	Vincular pessoas/alunos a determinada turma.	Obrigatória		
44.	Consulta de Dados	Visualizar no mapa de navegação todos os alunos de determinada unidade de ensino.	Obrigatória		
45.	Consulta de Dados	Visualizar no mapa de navegação todos os alunos de determinada turma de uma unidade de ensino.	Obrigatória		
46.	Análise Espacial	Realizar cálculo de medidas lineares e áreas (inclusive com opção de precisão (snap))	Obrigatória		
47.	Análise Espacial	Possibilidade de o usuário selecionar entidade espacial no Mapa de Navegação, ou através de ponto ou linha ou polígono desenhado(s) pelo usuário, para origem da análise de entorno (Buffer) pretendida	Obrigatória		
48.	Análise Espacial	Geração de Mapa de Calor (Heat Maps) para qualquer camada que possuir um ou mais itens de Cadastro	Obrigatória		

Nº 1084 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. GABINETE
Fls 915
Ass.

49.	Atendimento ao Contribuinte	Cadastrar Requerimento de Contribuinte acerca de divergências de Cadastro, possibilitando selecionar os itens de Cadastro apontados como divergentes	Obrigatória		
50.	Atendimento ao Contribuinte	Apresentar estatísticas para cada item de Cadastro (item de BCI) constante nos Requerimentos abertos	Desejável		
51.	Atendimento ao Contribuinte	Apresentar consulta de Requerimentos por data inicial e data final definidas pelo usuário	Obrigatória		
52.	Impressão/ Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A4 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica, escala numérica, data de emissão, legenda e indicador de norte magnético	Obrigatória		
53.	Impressão/ Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A3 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica, escala numérica, data de emissão, legenda e indicador de norte magnético	Obrigatória		
54.	Impressão/ Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A2 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica, escala numérica, data de emissão, legenda e indicador de norte magnético	Obrigatória		
55.	Impressão/ Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A1 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica, escala numérica, data de emissão, legenda e indicador de norte magnético	Obrigatória		
56.	Impressão/ Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A0 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica, escala numérica, data de emissão, legenda e indicador de norte magnético	Desejável		

Nº 1085 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 916 Ass. GABINETE

57.	Impressão/ Exportação de Dados	Exportação de camada selecionada pelo usuário para o formato SHP, DXF e KML	Obrigatória		
58.	Impressão/ Exportação de Dados	Os relatórios gerados deverão apresentar a opção de exportação para PDF e XLS (ou XLSX ou CSV)	Obrigatória		
59.	Impressão/ Exportação de Dados	Reimprimir Consultas de Viabilidade realizadas, requerimentos de atendimento, através de Código de Autenticação	Obrigatória		
60.	Manutenção de Certidões	Possibilitar, através do sistema, a criação e o gerenciamento dos layouts de certidões de imóveis	Obrigatória		
61.	Manutenção de Certidões	Na criação de novos layouts de certidão, apresentar um modelo base inicial sugerido automaticamente pelo sistema, podendo este ser editado pelo usuário.	Obrigatória		
62.	Manutenção de Certidões	Permitir que seja adicionado e configurado o cabeçalho da certidão. Podendo o usuário realizar a edição do texto que será exibido no mesmo bem como definir a apresentação ou não do brasão do município.	Obrigatória		
63.	Manutenção de Certidões	Permitir que seja adicionado e configurado o rodapé da certidão.	Desejável		
64.	Manutenção de Certidões	Podendo o usuário definir quais informações devem ou não ser apresentadas. Como por exemplo, se exibe paginação, se repete ou não em todas as páginas, e se exibe a data da geração da certidão.	Desejável		
65.	Manutenção de Certidões	Permitir que seja adicionado e configurado uma área reservada para títulos e que o seu conteúdo seja editável.	Desejável		
66.	Manutenção de Certidões	Permitir que seja adicionado e configurado uma área reservada para observações.	Desejável		
67.	Manutenção de Certidões	Permitir que seja adicionada e configurada uma ou mais assinaturas e	Desejável		

Nº 1086 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 917 Mat. GABINETE

		que seu conteúdo seja editável no layout da certidão.			
68.	Manutenção de Certidões	Permitir que seja adicionado uma área contendo os atributos (itens de cadastro) da entidade à qual foi gerada a certidão (por exemplo, Imóvel). Permitir ao usuário ativar quais são os itens de cadastro dessa entidade que estarão visíveis na certidão e a sua ordem de apresentação	Obrigatória		
69.	Manutenção de Certidões	Possibilitar definir se os layouts de certidões existentes estarão disponíveis ao público ou não	Obrigatória		
70.	Manutenção de Certidões	Possibilitar definir se os layouts de certidões existentes estão ativos e qual dos layouts de determinada certidão deve ser utilizado como o padrão do sistema	Obrigatória		
71.	Certidão de Confrontação	Geração e visualização de Memorial Descritivo de imóvel, apresentando Croqui com os lotes confrontantes, contribuintes confrontantes, coordenadas dos vértices, limites do quarteirão/quadra e o texto descritivo.	Obrigatória		
72.	Certidão de Confrontação	Possibilitar a pré-visualização do croqui de confrontantes para que o usuário possa gerenciar os lotes que devem ser considerados no Memorial Descritivo antes da geração do documento.	Obrigatória		
73.	Certidão de Confrontação	Na lista de confrontantes da Certidão de confrontantes, o sistema deve identificar de maneira automática a posição e a direção no qual se encontram cada um de seus confrontantes, possibilitando o ajuste da posição e direção pelo usuário antes da geração do documento.	Obrigatória		
74.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos de Valores únicos de forma dinâmica (gerado no momento da requisição do usuário)	Obrigatória		

Nº 1087 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 918 Ass. GABINETE

75.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos de Intervalo de Classes de forma dinâmica (gerado no momento da requisição do usuário)	Obrigatória		
76.	Tematização	Definição de cores para tematização por Valores únicos	Desejável		
77.	Tematização	Definição de cores para tematização por Intervalo de Classes	Desejável		
78.	Tematização	Definição do número de intervalos para tematização por Intervalo de Classes	Desejável		
79.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos para qualquer camada que possuir um ou mais itens de Cadastro	Obrigatória		
80.	Estatísticas	Geração de dados estatísticos para qualquer camada que possuir um ou mais itens de Cadastro	Obrigatória		
81.	Estatísticas	Possibilidade de delimitar área de interesse através de Distrito ou Setor ou Bairro	Desejável		
82.	Estatísticas	Apresentar informações do item de Cadastro selecionado, apresentando quantitativo, percentual e gráfico (coluna ou pizza)	Obrigatória		
83.	Estatísticas	Ao gerar estatísticas do item de Cadastro, possibilitar ao usuário também visualizar os gráficos diretamente o mapa de navegação (exemplo: no centro de cada Bairro) de acordo com a delimitação selecionada (Distrito ou Setor ou Bairro), permitindo assim, uma visão especializada do item de interesse	Obrigatória		
84.	Numeração Predial	Permitir selecionar no mapa o logradouro para iniciar o processo de numeração predial, indicando o ponto de partida do mesmo	Obrigatória		
85.	Numeração Predial	Sistema deve identificar automaticamente no mapa as parcelas (terrenos/lotes) envolvidas no processo de numeração com base no logradouro selecionado e identificar automaticamente no mapa as parcelas	Obrigatória		

Nº 7088 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. GABINETE
Fls 919
Ass.

		que receberão números pares ou ímpares (exibindo estas em cores diferentes) e as que não receberão números prediais			
86.	Numeração Predial	Permitir informar os números iniciais para o lado par e lado ímpar	Obrigatória		
87.	Numeração Predial	Sistema deve gerar a numeração predial para os cadastros (edificação) que estão com sua testada principal comparada com a do logradouro selecionado inicialmente	Desejável		
88.	Numeração Predial	Permitir salvar a numeração predial definida para permitir posteriormente executar processo de comparação entre o número atual do cadastro	Obrigatória		
89.	Numeração Predial	Exibir no mapa as parcelas que possuem divergências de numeração com base no número atual e o gerado pelo processo de numeração predial	Obrigatória		
90.	Camadas/ Layers	Possibilitar ao usuário a criação de novas camadas através de ferramenta do sistema	Obrigatória		
91.	Camadas/ Layers	Deve ser possível configurar o tipo de geometria que a camada possui, Ponto, Linha ou Polígono e este tipo configurado deve refletir nas ferramentas do sistema de acordo com o tipo selecionado.	Obrigatória		
92.	Camadas/ Layers	Deve poder configurar um estilo padrão de visualização desta camada. Cor e espessura da borda para linha. Cor para ponto. Cor, espessura da linha, preenchimento e opacidade para polígono.	Obrigatória		
93.	Camadas/ Layers	Possibilitar o cadastro de novas Classificações de Camada, assim possibilitando a organização visual das distintas camadas no mapa de acordo com o seu interesse, por exemplo,	Desejável		

Nº 1089 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 920 Ass. GABINETE

		camadas de Infraestrutura, Cadastro, Divisão Administrativa, entre outras.			
94.	Camadas/ Layers	Possibilitar que a nova camada possua o controle e configuração de permissibilidade para todas as suas ferramentas e itens de cadastro, sendo possível assim, definir quais grupos de usuário terão acesso em determinadas ferramentas da camada e também a determinados itens de cadastro, possibilitando ainda configurar se os itens de cadastro são apenas para visualização ou também para edição.	Obrigatória		
95.	Edição	Possibilidade de carregar apenas uma Planta de Quadra definida pelo usuário (Distrito-Setor-Quadra) para realização das operações de Edição Cartográfica	Obrigatória		
96.	Edição	Possibilidade de carregar camadas existentes como referência para auxílio nas operações de Edição Cartográfica, como por exemplo carregar a camada Quadra para auxiliar no ajuste de vértices do Lote	Obrigatória		
97.	Edição	Possuir ferramenta que possibilite a importação de arquivos do tipo .dwg, .dxf, .kml, e .shp possibilitando criar camada de referência com dados externos para auxilio nas operações de Edição	Obrigatória		
98.	Edição	Possibilidade de salvar camada de referência com dados externos ao usuário para uso posterior	Obrigatória		
99.	Edição	Ao acessar o Sistema, as camadas de referência com dados externos vinculadas ao usuário devem ser carregadas automaticamente	Obrigatória		

Nº 7090 CPL
SECMUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 921 Ass. GABINETE

100.	Edição	Possibilitar de compartilhada com outros usuários do Sistema, uma camada de referência com dados externos salva, sendo permitido definir o nível de acesso à camada para cada um destes usuários como somente leitura ou edição	Obrigatória		
101.	Edição	Possuir ferramenta de precisão (snap) a final de linha/ polilinha (endpoint)	Obrigatória		
102.	Edição	Possuir ferramenta de precisão (snap) a interseção com outra linha/ polilinha (intersection)	Obrigatória		
103.	Edição	Possuir ferramenta de precisão (snap) a outra geometria mais próxima (nearest)	Obrigatória		
104.	Edição	Possuir ferramenta de precisão (snap) a centro de linha/ polilinha (center)	Obrigatória		
105.	Edição	Possuir ferramenta de precisão ortogonal, possibilitando a movimentação do cursor para as direções horizontal ou vertical em 90º	Obrigatória		
106.	Edição	Possuir ferramenta de precisão polar, possibilitando a movimentação do cursor para direções determinadas de 90º, 45º, 15º ou 10º por exemplo	Obrigatória		
107.	Edição	Possuir ferramenta para incluir e geocodificar Distrito, bem como preenchimento de suas informações cadastrais, dentro de um procedimento de wizard/etapas de início ao fim em procedimento unificado	Desejável		
108.	Edição	Possuir ferramenta para modificar a geometria de Distrito, bem como modificar suas informações cadastrais, dentro de um procedimento de wizard/etapas de início ao fim em procedimento unificado	Desejável		
109.	Edição	Possuir ferramenta para incluir e geocodificar Setor, bem como preenchimento de suas informações cadastrais, dentro de um procedimento de wizard/etapas de início ao fim em procedimento unificado	Desejável		

Nº 1091 CPL

SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 922 Ass. GABINETE

110.	Edição	Possuir ferramenta para modificar a geometria de Setor, bem como modificar suas informações cadastrais, dentro de um procedimento de wizard/etapas de início ao fim em procedimento unificado	Desejável		
111.	Edição	Possuir ferramenta para incluir e geocodificar Bairro, bem como preenchimento de suas informações cadastrais, dentro de um procedimento de wizard/etapas de início ao fim em procedimento unificado	Desejável		
112.	Edição	Possuir ferramenta para modificar a geometria de Bairro, bem como modificar suas informações cadastrais, dentro de um procedimento de wizard/etapas de início ao fim em procedimento unificado	Desejável		
113.	Edição	Possuir ferramenta para incluir e geocodificar Quadra, bem como preenchimento de suas informações cadastrais, dentro de um procedimento de wizard/etapas de início ao fim em procedimento unificado	Obrigatória		
114.	Edição	Possuir ferramenta para modificar a geometria de Quadra, bem como modificar suas informações cadastrais, dentro de um procedimento de wizard/etapas de início ao fim em procedimento unificado	Obrigatória		
115.	Edição	Possuir ferramenta para incluir e geocodificar Seção/Trecho de Logradouro, bem como preenchimento de suas informações cadastrais e imagens, dentro de um procedimento de wizard/etapas de início ao fim em procedimento unificado	Obrigatória		
116.	Edição	Possuir ferramenta para modificar a geometria de Seção/ Trecho de Logradouro, bem como modificar suas informações cadastrais e imagens, dentro de um procedimento de wizard/etapas	Obrigatória		

Nº 1092 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. GABINETE
Fls 923
Ass.

		de início ao fim em procedimento unificado			
117.	Edição	Possuir ferramenta para incluir e geocodificar Lote, bem como preenchimento de suas informações cadastrais e imagens, dentro de um procedimento de wizard/etapas de início ao fim em procedimento unificado	Obrigatória		
118.	Edição	Possuir ferramenta para modificar a geometria de Lote, bem como modificar suas informações cadastrais e imagens, dentro de um procedimento de wizard/etapas de início ao fim em procedimento unificado	Obrigatória		
119.	Edição	Possuir ferramenta para incluir e geocodificar Edificação/Unidade, bem como preenchimento de suas informações cadastrais, dentro de um procedimento de wizard/etapas de início ao fim em procedimento unificado	Obrigatória		
120.	Edição	Possuir ferramenta para modificar a geometria de Edificação/ Unidade, bem como modificar suas informações cadastrais e imagens, dentro de um procedimento de wizard/etapas de início ao fim em procedimento unificado	Obrigatória		
121.	Edição	Possuir ferramenta para realizar a exclusão de Distrito, Setor, Bairro, Quadra, Seção/Trecho de Logradouro, Lote e Edificação/Unidade	Obrigatória		
122.	Edição	Possuir ferramentas para desenho de geometria do tipo polilinha, informando medida e ângulo	Obrigatória		
123.	Edição	Possuir ferramentas para desenho de geometria do tipo polilinha a mão livre	Obrigatória		
124.	Edição	Possuir ferramentas para desenho de geometria do tipo retângulo, informando medida dos lados	Obrigatória		

Nº 1093 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 928 Ass. GABINETE

125.	Edição	Possuir ferramentas para desenho de geometria do tipo retângulo a mão livre	Obrigatória		
126.	Edição	Possuir ferramentas para desenho de geometria do tipo arco, informando ponto inicial, comprimento e ângulo	Obrigatória		
127.	Edição	Possuir ferramentas para desenho de geometria do tipo arco a mão livre	Obrigatória		
128.	Edição	Possuir ferramentas para desenho de geometria do tipo linha, informando medida e ângulo	Obrigatória		
129.	Edição	Possuir ferramentas para desenho de geometria do tipo linha a mão livre	Obrigatória		
130.	Edição	Possuir ferramentas para desenho de geometria do tipo círculo, informando ponto central e o raio	Obrigatória		
131.	Edição	Possuir ferramentas para desenho de geometria do tipo círculo a mão livre	Obrigatória		
132.	Edição	Possuir ferramentas para desenho de geometria do tipo ponto	Obrigatória		
133.	Edição	Possuir ferramenta de geração automática de polígono através de clique interno do conjunto de geometrias que formarão o mesmo (boundary)	Obrigatória		
134.	Edição	Possuir ferramenta para mover uma geometria	Obrigatória		
135.	Edição	Possuir ferramentas para rotacionar uma geometria a mão livre a partir de um ponto base	Desejável		
136.	Edição	Possuir ferramenta para rotacionar uma geometria a partir de um ponto base, informando o ângulo para rotação	Obrigatória		
137.	Edição	Possuir ferramenta para rotacionar uma geometria a partir de um ângulo de referência	Obrigatória		
138.	Edição	Incluir e geocodificar Zoneamento (salvando no Banco de Dados a geometria, Código do Zoneamento, área do zoneamento, cor do zoneamento (conforme Mapa aprovado em Lei))	Obrigatória		

Nº 1094 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. GABINETE
Fls 925
Ass.

139.	Edição	Possuir ferramenta para incluir e geocodificar Unidades de Ensino, bem como as salas de aula, vagas disponíveis por sala e turno	Obrigatória		
140.	Edição	O Sistema deve oferecer opção de realizar a atualização da Base de Dados de Pessoas (Cadastro Individual e Condições de Saúde) e Famílias através de consumo destes dados (ETL, por exemplo) na Base de Dados E-SUS AB, através de rotina acionada no momento de solicitação de Usuário do Sistema.	Obrigatória		
141.	Edição	O Sistema deve realizar tentativa de geocodificação automática através do endereço constante na Base de Dados de Imóveis em relação ao endereço extraído da Base de Dados E-SUS AB, sempre que identificar uma nova Pessoa/ família	Obrigatória		
142.	Edição	As Pessoas/ Famílias onde a geocodificação automática não for concretizada, o Sistema deve apresentar listagem destas para geocodificação manual das mesmas no Mapa de Navegação	Obrigatória		
143.	Edição	Incluir e geocodificar Área de Saúde (salvando no Banco de Dados no mínimo a geometria, Código do Região de Saúde + Código da Área de Saúde)	Obrigatória		
144.	Edição	Incluir e geocodificar Microárea de Saúde (salvando no Banco de Dados no mínimo a geometria, Código do Região de Saúde + Código da Área de Saúde + Código da Microárea)	Obrigatória		
145.	Edição	Incluir e geocodificar Unidade de Saúde (salvando no Banco de Dados no mínimo a geometria, Código e Tipo de Unidade)	Obrigatória		
146.	Edição	Realizar Desmembramentos (todos os procedimentos de cadastro envolvidos no desmembramento devem estar presentes e atualizados ao fim do processo, como atualização da área do	Obrigatória		

Nº 7095 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. GABINETE
Fls 926
Ass.

		Lote, Testada, Área Total Construída, Total de unidades)			
147.	Edição	Realizar Unificação de Lote (atualizar geometria, área construída, área total construída, número de unidades no Lote, Ocupação do Lote (Baldio ou Construído) e Situação na Quadra (meio de quadra, esquina ou encravado), testada (s))	Obrigatória		
148.	Edição	Realizar Recodificação de Quadra (todos os procedimentos de cadastro envolvidos na recodificação devem estar presentes e atualizados ao fim do processo)	Obrigatória		
149.	Edição	Realizar Recodificação de Lote (todos os procedimentos de cadastro envolvidos na recodificação devem estar presentes e atualizados ao fim do processo)	Obrigatória		
150.	Edição	Realizar Recodificação de Edificação/Unidade (todos os procedimentos de cadastro envolvidos na recodificação devem estar presentes e atualizados ao fim do processo)	Desejável		
151.	Edição	Realizar Recodificação de Seção/ Trecho de Logradouro (todos os procedimentos de cadastro envolvidos na recodificação devem estar presentes e atualizados ao fim do processo)	Desejável		
152.	Edição	Possibilitar o cadastro gráfico e edição das redes de água, sendo possível a atribuição das características da rede no momento do cadastro, indicando diâmetro, sentido de fluxo e o tipo de material da rede	Obrigatória		
153.	Edição	Possibilitar o cadastro gráfico e edição das redes de esgoto, sendo possível a atribuição das características da rede no momento do cadastro, indicando diâmetro, sentido de fluxo e o tipo de material da rede	Obrigatória		

Nº 1096 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 927 Ass. GABINETE

154.	Edição	Possibilitar o cadastro gráfico e edição das redes de drenagem pluvial, sendo possível a atribuição das características da rede no momento do cadastro	Desejável		
155.	Edição	Permitir a criação e edição das ligações de água permitindo a vinculação à rede específica	Obrigatória		
156.	Edição	Permitir a criação e edição das ligações de esgoto permitindo a vinculação à rede específica	Obrigatória		
157.	Edição	Possibilitar o cadastro e edição das características de redes de água e esgoto (tipo de material, diâmetro, etc.) para vinculação durante a criação da rede.	Desejável		
158.	Edição	Oferecer a possibilidade de cadastro, edição e vinculação dos equipamentos relativos às redes de água, esgoto e pluvial	Desejável		
159.	Edição	Fornecer a opção de criação, edição e vinculação dos Hidrômetros aos imóveis.	Obrigatória		
160.	Edição	Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Parâmetros de Zoneamento	Obrigatória		
161.	Edição	Incluir/ Excluir/ Alterar Usos (atividades) de Zoneamento	Obrigatória		
162.	Edição	Incluir/ Excluir/ Alterar Sub usos (subatividades) de Zoneamento	Obrigatória		
163.	Edição	Vincular ou desvincular um ou mais Sub usos (subatividades) a determinado Zoneamento selecionado pelo usuário	Obrigatória		
164.	Edição	Possibilidade de definir estudos de impacto (vizinhança ou trânsito ou outro criado pelo usuário) a determinado Sub uso (subatividade) em determinado Zoneamento selecionado pelo usuário	Obrigatória		
165.	Edição	Replicar uma ou mais unidades imobiliárias (demonstrar na criação de um Edifício com 10 (dez) andares	Obrigatória		
166.	Edição	Vincular imagem de documentos (CPF, RG, CNH, etc) a determinado imóvel	Desejável		

Nº 1097 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 928 Ass. GABINETE

167.	Edição	Incluir, excluir, alterar itens de cadastro, ou seja, customizar campos de dados, definindo o nome do campo e o tipo de entrada de dados (numérico, texto, seleção, multiseleção, multiseleção com quantitativo) vinculando o mesmo a sua respectiva Camada (Layer)	Obrigatória		
168.	Edição	Os itens criados deverão estar disponíveis/ visíveis nas funcionalidades de Identificação/ Edição de Atributos da Camada, Mapa Temático, Criação de expressões de consultas, Mapa de Calor e Estatísticas	Obrigatória		
169.	Navegação Mapa Georreferenciado	Aproximar (Zoom in)	Obrigatória		
170.	Navegação Mapa Georreferenciado	Afastar (Zoom out)	Obrigatória		
171.	Navegação Mapa Georreferenciado	Arrasto (Pan)	Obrigatória		
172.	Navegação Mapa Georreferenciado	Visão Geral (Zoom extensão)	Desejável		
173.	Navegação Mapa Georreferenciado	Visão anterior	Desejável		
174.	Navegação Mapa Georreferenciado	Uso de scroll do mouse para Aproximar e Afastar	Desejável		
175.	Navegação Mapa Georreferenciado	Uso de botão do mouse para alterar navegação de 2D para 3D e vice-versa do Mapa de Navegação	Obrigatória		
176.	Navegação Imagens 360º	Destacar no mapa de navegação a localização da imagem 360º visualizada	Obrigatória		
177.	Navegação Imagens 360º	Apresentar setas de navegação sobre a imagem, inclusive setas de sentido (direita e esquerda) em cruzamentos de Logradouros	Obrigatória		
178.	Navegação Imagens 360º	Aproximar Imagem (Zoom in)	Desejável		
179.	Navegação Imagens 360º	Afastar Imagem (Zoom out)	Desejável		
180.	Navegação Imagens 360º	Uso de scroll do mouse para Aproximar e Afastar	Desejável		

Nº 1098 CPL
SEC. MUN. FAZ. GEST. ORÇAMEN.
Fls 929
Ass.
GABINETE

181.	Navegação Imagens 360º	Visão 360º navegando com o mouse	Obrigatória		
182.	Navegação Imagens 360º	Possibilidade de visualização das imagens em modo vídeo (navegação contínua sem interferência do usuário)	Obrigatória		
183.	Navegação Imagens 360º	Possibilidade de alternar a visualização das coletas, permitindo a seleção por diferentes meses/anos.	Obrigatória		
184.	Manutenção de Usuários	Incluir, Alterar e Excluir Perfil de Usuário	Obrigatória		
185.	Manutenção de Usuários	Incluir, Alterar e Excluir Usuários	Obrigatória		
186.	Manutenção de Usuários	Vincular Usuário (s) a determinado Perfil	Obrigatória		
187.	Manutenção de Usuários	Configuração da utilização/ visualização de Camadas em determinado Perfil	Obrigatória		
188.	Manutenção de Usuários	Possibilitar, para cada usuário, de maneira distinta, a criação de Estilo de Camadas, atribuindo nome ao Estilo, e configurando estilo de apresentação, tamanho, cor e transparência para os polígonos, linhas e pontos que integram as camadas disponíveis no Sistema de Informações Geográficas	Obrigatória		
189.	Manutenção de Usuários	Permitir que o usuário crie e salve quantos Estilos de Camadas achar necessário, definindo o Estilo padrão na existência de dois ou mais Estilos criados	Obrigatória		
190.	Manutenção de Usuários	Possibilitar que o Estilo de Camadas criado e salvo, possa ser disponibilizado para utilização de outros usuários do Sistema	Obrigatória		
191.	Manutenção de Usuários	Sempre que o usuário acessar o sistema, sua configuração de Estilo de Camada padrão deve ser carregado de maneira automática no Mapa de Navegação	Obrigatória		
192.	Manutenção de Usuários	Possibilitar ao usuário copiar um Estilo de Camadas existente, realizando suas alterações caso necessário, e vinculando o mesmo ao seu Perfil de usuário	Obrigatória		

Nº 2099 CPL
S. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 930 Ass. GABINETE

193.	Manutenção de Usuários	Possibilitar ao usuário com Perfil habilitado para tanto, definir um Estilo de Camadas para visualização dos usuários públicos através do site das Prefeituras	Obrigatória		
194.	Manutenção de Usuários	Configuração da utilização/ visualização de Funcionalidades em determinado Perfil	Obrigatória		
195.	Manutenção de Usuários	Configuração da utilização/ visualização de Itens de Cadastro em determinado Perfil	Obrigatória		
196.	Manutenção de Usuários	Apresentar ferramenta de auditoria, permitindo visualizar as alterações/cadastros realizadas por determinado usuário, tipo de operação realizada (inclusão, alteração ou exclusão), bem como a data e hora da operação	Obrigatória		

FUNCIONALIDADES PARA O SISTEMA EM AMBIENTE INTERNET, PARA ACESSO AO PÚBLICO ATRAVÉS DO SITE DA PREFEITURA					
ITEM	**CATEGORIA**	**DESCRIÇÃO**	**RELEVÂNCIA**	**ATENDE**	
				S	**N**
1.	Consulta de Dados	Localizar imóvel através de Endereço, selecionando o nome do Logradouro e número do imóvel	Obrigatória		
2.	Consulta de Dados	Localizar imóvel através de Inscrição Imobiliária, selecionando o Distrito, Setor, Quadra e Lote	Obrigatória		
3.	Consulta de Dados	Localizar Edifício por nome de Edifício	Desejável		
4.	Consulta de Dados	Localizar Lotes por Loteamento (destacar todos os Lotes do Loteamento), podendo filtrar por Quadra do Loteamento (destacar somente os Lotes da Quadra selecionada) e Lote de Loteamento	Obrigatória		
5.	Consulta de Dados	Localizar Quadra através do número da Quadra, selecionando o Distrito, Setor e Quadra	Obrigatória		
6.	Consulta de Dados	Localizar Distrito através do nome do Distrito	Desejável		

Nº 1100 CPL
SECMUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 931 Ass. GABINETE

7.	Consulta de Dados	Localizar Setor através do nome do Setor, selecionando o Distrito a qual o mesmo pertence	Desejável		
8.	Consulta de Dados	Localizar Bairro através do nome do Bairro	Obrigatória		
9.	Consulta de Dados	Visualização de dados de determinado imóvel apontado pelo usuário, deve conter pelo menos o endereço, testada principal de secundárias caso existir, os atributos cadastrais, bem como a imagem frontal do mesmo	Obrigatória		
10.	Consulta de Dados	Visualização de dados dos logradouros, inclusive com as imagens das Seções	Obrigatória		
11.	Consulta de Dados	Visualizar dados de Zoneamento	Desejável		
12.	Consulta de Dados	Realizar Consulta de Viabilidade para Parcelamento/ Desmembramento	Obrigatória		
13.	Consulta de Dados	Realizar Consulta de Viabilidade para Funcionamento, permitindo ao usuário a seleção dos usos/ atividades de interesse	Obrigatória		
14.	Consulta de Dados	Possibilidade de selecionar dois ou mais Lotes adjacentes, para geração da Consulta de Viabilidade, listando na mesma, as informações de todos os Lotes selecionados, bem como demonstrando a área total resultante, área total construída resultante, e testadas resultantes, tudo de acordo com a seleção do usuário	Obrigatória		
15.	Consulta de Dados	Geração e visualização nas Consultas de Viabilidade, imagem do imóvel, croqui de localização, metragens/áreas, parâmetros do zoneamento, usos permitidos ou permissíveis e código de autenticação	Obrigatória		
16.	Consulta de Dados	Possibilitar a localização de uma determinada rede de água, esgoto ou pluvial.	Obrigatória		
17.	Consulta de Dados	Possibilitar a localização de uma determinada ligação de água ou esgoto.	Obrigatória		

Nº 1101 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 932 Ass. GABINETE

18.	Análise Espacial	Realizar cálculo de medidas lineares e áreas (inclusive com opção de precisão (snap))	Obrigatória		
19.	Impressão/ Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A4 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica, escala numérica, data de emissão, legenda e indicador de norte magnético	Obrigatória		
20.	Impressão/ Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A3 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica, escala numérica, data de emissão, legenda e indicador de norte magnético	Obrigatória		
21.	Impressão/ Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A2 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica, escala numérica, data de emissão, legenda e indicador de norte magnético	Obrigatória		
22.	Impressão/ Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A1 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica, escala numérica, data de emissão, legenda e indicador de norte magnético	Obrigatória		
23.	Impressão/ Exportação de Dados	Geração de arquivo de impressão (PDF) do Mapa de Navegação em formato A0 (Retrato e Paisagem), contendo no mínimo escala gráfica, escala numérica, data de emissão, legenda e indicador de norte magnético	Desejável		
24.	Impressão/ Exportação de Dados	Reimprimir Consultas de Viabilidade realizadas, requerimentos de atendimento, através de Código de Autenticação	Obrigatória		
25.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos de Valores únicos de forma dinâmica (gerado no momento da requisição do usuário)	Obrigatória		

Nº 1102 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. GABINETE Fls 933 Ass.

26.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos de Intervalo de Classes de forma dinâmica (gerado no momento da requisição do usuário)	Obrigatória		
27.	Tematização	Definição de cores para tematização por Valores únicos	Desejável		
28.	Tematização	Definição de cores para tematização por Intervalo de Classes	Desejável		
29.	Tematização	Definição do número de intervalos para tematização por Intervalo de Classes	Desejável		
30.	Tematização	Geração de Mapas Temáticos para qualquer camada que possuir um ou mais itens de Cadastro	Obrigatória		
31.	Navegação Mapa Georreferenciado	Aproximar (Zoom in)	Obrigatória		
32.	Navegação Mapa Georreferenciado	Afastar (Zoom out)	Obrigatória		
33.	Navegação Mapa Georreferenciado	Arrasto (Pan)	Obrigatória		
34.	Navegação Mapa Georreferenciado	Visão Geral (Zoom extensão)	Desejável		
35.	Navegação Mapa Georreferenciado	Visão anterior	Desejável		
36.	Navegação Mapa Georreferenciado	Uso de scroll do mouse para Aproximar e Afastar	Desejável		
37.	Navegação Mapa Georreferenciado	Uso de botão do mouse para alterar navegação de 2D para 3D e vice-versa do Mapa de Navegação	Obrigatória		
38.	Navegação Imagens 360º	Destacar no mapa de navegação a localização da imagem 360º visualizada	Obrigatória		
39.	Navegação Imagens 360º	Apresentar setas de navegação sobre a imagem, inclusive setas de sentido (direita e esquerda) em cruzamentos de Logradouros	Obrigatória		
40.	Navegação Imagens 360º	Aproximar Imagem (Zoom in)	Desejável		
41.	Navegação Imagens 360º	Afastar Imagem (Zoom out)	Desejável		
42.	Navegação Imagens 360º	Uso de scroll do mouse para Aproximar e Afastar	Desejável		

Nº 1103 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 934 Ass. GABINETE

43.	Navegação Imagens 360º	Visão 360º navegando com o mouse	Obrigatória		
44.	Navegação Imagens 360º	Possibilidade de visualização das imagens em modo vídeo (navegação contínua sem interferência do usuário)	Obrigatória		
45.	Navegação Imagens 360º	Possibilidade de alternar a visualização das coletas, permitindo a seleção por diferentes meses/anos.	Obrigatória		

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES PARA O MÓDULO DE APROVAÇÃO DIGITAL DE PROJETOS				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**RELEVÂNCIA**	**ATENDE**	
			S	**N**
1.	Permitir a protocolização, análise e aprovação de projetos pelo contribuinte ou pelo(s) responsável(eis) técnico(s) em nome do contribuinte.	Obrigatória		
2.	Possibilitar que os dados sejam preenchidos utilizando como chave a inscrição imobiliária, validada no Banco de Dados no sistema de geoprocessamento. (Caso a licitante não possua integração com Sistema similar, poderá criar uma Base de Dados para simulação na Prova de Conceito)	Obrigatória		
3.	Ao ser dada entrada em um novo processo essa entrada deverá ser identificada por um número de protocolo. Quando todos os pré-requisitos para andamento do processo estabelecidos forem cumpridos, o sistema deverá gerar um número de processo. Este número deverá ser único e agregar todos os protocolos relativos ao processo.	Obrigatória		
4.	Possibilitar ao contribuinte que, ao selecionar opção de abrir um novo processo, seja possível classificar seu projeto em algumas opções existentes (Residência Unifamiliar, Residência Multifamiliar, Comercial, Misto, etc.) e o sistema deverá adequar as exigências de documentação, quadro de áreas e fluxo do processo automaticamente.	Obrigatória		
5.	Todos os subprocessos agregados ao processo principal deverão ter uma numeração inteligente que seja composto do número do processo principal mais a identificação do tipo do subprocesso e a respectiva versão do documento.	Obrigatória		
6.	Permitir ao contribuinte verificar o status de seus protocolos antigos, dar andamento em um dos seus processos atuais ou de abrir um novo processo.	Obrigatória		

Nº 1104 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 935 Ass. GABINETE

7.	Deve possibilitar que o processo siga para a visão do analista apenas após o cumprimento dos pré-requisitos para a análise estabelecidos pela Prefeitura.	Obrigatória		
8.	Permitir que o contribuinte, no momento da entrada da documentação, possa adicionar subprocessos concomitantemente, como: Retificação e unificação de área, hidrossanitário etc.	Obrigatória		
9.	Deverá converter os arquivos de imagens referentes aos documentos de cada tipo de processo para o formato .PDF	Desejável		
10.	Todos os documentos anexados em formato PDF devem receber marca d'água com Brasão da Prefeitura, bem como informações acerca do usuário, data e hora do upload do arquivo, tudo de forma automática.	Obrigatória		
11.	Ao inserir o quadro de áreas para aprovação o sistema deverá exigir uma prancha por tipo de pavimento, montando automaticamente o quadro de áreas do projeto a ser analisado com o seu respectivo corte esquemático.	Obrigatória		
12.	Ter painel de análise de projetos dedicado com abas de ferramentas que tenham, no mínimo, os seguintes itens: Documentos disponíveis, validação de documentos, ficha de análise, dados do projeto analisado.	Obrigatória		
13.	O sistema deverá trazer automaticamente os dados de zoneamento e do plano diretor do sistema de geoprocessamento, informando ao analista os índices de recuo, taxa de ocupação, índice K, mínimos e máximos permitidos de ocupação para a(s) inscrição(ões) imobiliária(s) informada(s), fazendo a comparação com os números informados e apontando incorreções.	Obrigatória		
14.	Permitir ao analista da Entidade, incluir sub processos ao processo principal, dependendo da necessidade de cada caso (exemplo, incluir um Estudo de Impacto de Vizinhança) apenas apertando um botão que gerará o subprocesso automaticamente com todas as suas etapas.	Obrigatória		
15.	Possibilitar troca de informações entre o analista da Entidade e o contribuinte por iniciativa de ambos, sem que o contribuinte saiba quem é o analista responsável, mantendo histórico inalterável das etapas e anexos.	Obrigatória		
16.	Possibilitar a visualização de listagens de projetos em andamento, em análise, finalizados, aguardando o contribuinte etc.	Obrigatória		
17.	Deve permitir a parametrização de prazos para cada etapa dos processos, indicado em dias ou em horas.	Obrigatória		

Nº 7705 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
Fls 936
Ass.
GABINETE

18.	Deve permitir que cada uma das linhas da caixa de processos contenha indicador estilo "farol" com cores verde para processos em dia, amarelo para processos próximos de sua data de vencimento e vermelho para processos em atraso, baseados nos prazos informados na parametrização das etapas.	Obrigatória		
19.	Deve permitir finalização automática dos processos e/ou alertas para usuários e servidores informando que seu prazo está acabando.	Desejável		
20.	Apresentar API para integração ao Sistema de Gestão da Prefeitura, para emissão de taxas, possibilitando a emissão de boletos (obtidos via integração com o Sistema de Gestão) e verificação de seu pagamento.	Desejável		
21.	Deverá apresentar a fórmula de cálculo de todas as taxas do sistema com base nos valores informados da área informada.	Obrigatória		
22.	O fluxo do processo deverá ser pré-determinado para cada tipo de processo. Ao ser concluída qualquer etapa, o sistema deverá passar para a etapa subsequente sem que o usuário precise direcionar para quem ou para qual setor deverá o processo ser encaminhado.	Obrigatória		
23.	Deve permitir ao analista apenas visualizar o processo a ser analisado ou iniciar a análise efetivamente.	Desejável		
24.	Deve permitir que o analista responsável pelo processo na Entidade possa fazer download de qualquer anexo, e a visualização sem download de todos os documentos dentro do painel de análise, obrigatoriamente dos seguintes tipos de arquivo: PDF, JPG, TIFF, DWG, porém, não poderá excluí-los, alterá-los ou substituí-los. Não será aceito como visualização dentro do software soluções que abram abas extras no navegador.	Obrigatória		
25.	Deve possibilitar que caso seja identificada alguma irregularidade no projeto, o analista responsável pelo processo na Entidade possa a registrar no sistema, em campo pré-definido através de check-list "ok" ou "Pendência".	Desejável		
26.	Deve permitir que ao marcar o flag "Pendência" na tela de consulta do processo, abra caixa de texto para indicação da(s) pendência(s).	Desejável		
27.	Deve possibilitar que, automaticamente, o processo retorne ao analista quando o contribuinte corrigir os itens pontuados e anexar novos arquivos, adentrando em fila específica de reanálise	Obrigatória		

Nº 7706 CPL
SEMUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 937 Ass. GABINETE

28.	Deve fazer a gestão segmentada das pendências no projeto, possibilitando que o contribuinte envie apenas a prancha que necessite de correções, sem alterar as pranchas já alteradas.	Obrigatória		
29.	Deverá fazer a gestão da quantidade análises a fim de gerar cobrança extra, a cada grupo de análises definidas pela prefeitura, automaticamente.	Desejável		
30.	No caso de cada uma das análises, o sistema deverá empacotar a documentação de modo que nenhum dos documentos já enviados possam ser alterados.	Desejável		
31.	Deve ser notificado o contribuinte (e-mail/mensagem) quando seu projeto mudar de status, sendo analisado, reanalisado, com pendências, indeferido/excluído ou aprovado.	Desejável		
32.	Permitir a configuração de distribuição dos processos aos analistas da Entidade, de forma automatizada ou pelo Responsável pelo Setor.	Obrigatória		
33.	Permitir a inclusão de data inicial e final referente a ausência de determinado analista da Entidade, pelo gestor, evitando o envio automático de processos para ele.	Obrigatória		
34.	Deve permitir ao analista responsável pelo processo na Entidade que caso a documentação esteja de acordo, possa aprová-la e autorizar a emissão do Alvará de Licença ou Habite-se, etc, inserindo texto em campo "observações", caso necessário	Obrigatória		
35.	Deve permitir que o contribuinte visualize e aprove a taxa de ISS para dar segmento ao processo, podendo cancelar o processo de aprovação caso não concorde com os valores de ISS.	Desejável		
36.	Permitir a emissão de documentos oficiais, com assinatura digital (Alvará de Licença, habite-se, entre outros) e Assinatura Manual Digitalizada integrada automaticamente ao documento.	Obrigatória		
37.	Permitir a criação de agendamento das fiscalizações obrigatórias.	Desejável		
38.	Possibilitar o registro fotográfico da vistoria.	Desejável		
39.	Deverá conter um painel de fiscalização específico com agenda de fiscalização e a documentação aprovada relativa ao processo fiscalizado.	Obrigatória		
40.	Deverá permitir que as eventuais notificações, autuações etc. sejam emitidas diretamente no sistema juntamente com as multas que deverão ser emitidas através da integração com sistema de gestão da Prefeitura.	Desejável		
41.	Possibilitar consulta das informações de aprovações e fiscalizações via painéis de indicadores.	Desejável		

Nº 1107 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 938 Ass. GABINETE

42.	Deve permitir na aprovação do processo, geração dos boletos (através de integração com o Sistema de Gestão) para pagamento das outorgas onerosas que dependerem de estoque. (Caso a licitante não possua integração com Sistema similar, poderá criar uma Base de Dados para simulação na Prova de Conceito)	Obrigatória		
43.	Deve possibilitar que o contribuinte seja notificado quando seu projeto está em fase de aprovação.	Desejável		
44.	Deve permitir que o contribuinte efetue aceite digital em caso de existir termo de parcelamento.	Desejável		
45.	Deverá apresentar um painel específico com as últimas versões dos documentos imprescindíveis ao trâmite de aprovação dos projetos.	Obrigatória		
46.	Deverá apresentar um painel específico que centralize todas as pendências que, eventualmente, existam.	Desejável		
47.	Deve contemplar indicadores com as informações relevantes dos andamentos dos projetos de construção: tipos de empreendimentos que estão sendo construídos e regiões mais desenvolvidas da cidade em termos habitacionais, em formato de mapa temático, diretamente em visualizador de Mapa próprio ou integrado a terceiros. (Caso a licitante não possua integração com Sistema similar, poderá criar uma Base de Dados para simulação na Prova de Conceito)	Obrigatória		
48.	Deve possibilitar que, com os projetos anteriores aprovados, o contribuinte possa solicitar a emissão do Alvará de licença para construção dentro do prazo de validade da aprovação do projeto arquitetônico.	Desejável		
49.	Deve sinalizar que o tempo máximo para solicitação do Alvará de licença não seja superior a um prazo estipulado pelo município. Quando estiver próximo do final do prazo, o sistema deverá notificar o contribuinte e o analista da prefeitura de que o prazo está terminando.	Desejável		
50.	Deve permitir parametrizar para que após finalizado o prazo, o processo seja encerrado automaticamente, podendo apenas ser reaberto pelo analista de projetos, mediante justificativa e apresentação de um novo prazo.	Desejável		
51.	Deve possibilitar que um projeto cancelado por não ter o alvará emitido dentro da validade possa ser submetido novamente à aprovação, utilizando o protocolo anterior como modelo, porém, deve ser replicado para um novo processo com novo número de protocolo.	Desejável		

Nº 1108 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. GABINETE
Fls 939
Ass.

52.	Deve permitir que o analista responsável pelo processo de licença de construção na Entidade possa analisar a documentação, bem como visualizar a documentação anterior, relativa ao projeto arquitetônico e hidrossanitário.	Obrigatória		
53.	Deve conter no Alvara de Licença um QR Code ou código de barras para que o fiscal de obras possa realizar a leitura posterior.	Obrigatória		
54.	Deve existir a opção, após emissão de Alvará de Licença, de realizar o agendamento da fiscalização.	Obrigatória		
55.	Deverá dispor de um mecanismo de agendamento, onde o contribuinte escolherá a data e horário que estiver disponível para que o fiscal vá até o local e registre a fiscalização.	Obrigatória		
56.	Deve disponibilizar menu onde o vistoriador receberá sua agenda constantemente atualizada com todos os agendamentos realizados	Obrigatória		
57.	Deve permitir que o vistoriador selecione o processo a ser vistoriado e isso lhe permita visualizar todo o histórico, visualizando os projetos aprovados, alvarás emitidos, fotos, embargos, notificações, intimações, etc.	Obrigatória		
58.	Deve permitir que ao final de uma vistoria o vistoriador possa aprovar, emitir relatório de pendências para regularização ou indeferir a solicitação e finalizar o processo de habite-se, podendo anexar fotos e justificativa.	Desejável		
59.	Deve restringir para que o documento de habite-se só possa ser emitido com aprovação dos dois passos: Vistoria e Documentação.	Obrigatória		
60.	Deve ser prevista a possibilidade de autorização de emissão de habite-se parcial para os casos de obras classificadas como mistas (residencial e comercial).	Desejável		

5.2.4. **PROVA DE CONCEITO**

5.2.4.1. A Prova de Conceito será aplicada exclusivamente aos produtos classificados como Sistema, conforme as tabelas de Características e Funcionalidades descritas no Projeto Básico.

5.2.4.2. Após a abertura dos envelopes com as Propostas e documentos, o Agente de Contratação convocará a empresa que obtiver a maior Nota Final no julgamento das propostas e que tenha cumprido todos os requisitos estabelecidos para apresentar formalmente o Sistema.

5.2.4.3. O prazo para a apresentação do Sistema será de até 4 (quatro) dias após a convocação, com data, hora e local definidos pela Prefeitura. A apresentação terá duração máxima de 6 (seis) horas.

Nº 1709 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 940 Ass. GABINETE

5.2.4.4. Durante a apresentação, a licitante deverá demonstrar que o Sistema atende às funcionalidades e características previstas no Projeto Básico. A licitante que não apresentar a devida demonstração será desclassificada.

5.2.4.5. A demonstração será realizada conforme a sequência da Tabela de Funcionalidades do Sistema. A cada 50 (cinquenta) itens apresentados, os membros da Comissão poderão fazer questionamentos, permitindo também que as demais empresas concorrentes possam questionar. A Comissão se reserva o direito de solicitar nova apresentação para qualquer funcionalidade que considere não atendida e registrar em ata as inconformidades identificadas. O tempo destinado aos questionamentos e respostas não será descontado do tempo total de apresentação de 6 (seis) horas.

5.2.4.6. Esta medida tem o objetivo de assegurar a transparência e integridade do processo licitatório, permitindo que todas as licitantes possam manifestar-se sobre pontos que considerem importantes para o correto desenvolvimento da Prova de Conceito.

5.2.4.7. A avaliação técnica para verificar o atendimento dos requisitos mínimos será conduzida por um corpo técnico designado pela Prefeitura.

5.2.4.8. Caso a empresa com a maior Nota Final não cumpra os requisitos técnicos e mínimos obrigatórios do Sistema, a Comissão convocará a empresa classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que os requisitos mínimos sejam atendidos para prosseguir com o certame.

5.2.4.9. Itens não obrigatórios que não forem apresentados na Prova de Conceito deverão ser desenvolvidos pela licitante em até 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato.

5.2.4.10. A responsabilidade pela disponibilização dos equipamentos necessários à demonstração será da empresa proponente. A prefeitura se responsabiliza em colocar à sua disposição, ponto de acesso à Internet Banda Larga.

5.2.4.11. A licitante será desclassificada nas seguintes situações:

5.2.4.11.1. Apresentação das características e funcionalidades utilizando softwares diferentes do proposto;

5.2.4.11.2. Apresentação das características e funcionalidades com base de dados fracionadas ou distintas;

5.2.4.11.3. Apresentação parcial de itens obrigatórios;

5.2.4.11.4. Apresentação de itens obrigatórios com problemas de execução ou que necessitem de intervenção no Banco de Dados ou código fonte.

5.2.5. **SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E HOSPEDAGEM**

5.2.5.1. Contratada deve disponibilizar os seguintes canais de entradas para as solicitações de suporte:

5.2.5.1.1. Chat web integrado à solução;

5.2.5.1.2. E-mail;

5.2.5.1.3. Telefone 0800.

Nº 1110 CPL
SEMUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 091 Ass.

5.2.5.2. O atendimento remoto será disponibilizado de segunda a sexta-feira, durante o horário comercial, com exceção dos feriados municipais, estaduais ou nacionais.

5.2.5.3. Cada solicitação de suporte será associada a um número de identificação (protocolo), que será enviado ao solicitante por meio de um e-mail automático gerado pela ferramenta de Help Desk. Com esse número de protocolo, a Contratada disponibilizará uma ferramenta para acompanhamento do status da solicitação por parte da Contratante.

5.2.5.4. Após o diagnóstico e a identificação de atendimento dentro do escopo, o analista responsável pelo atendimento deve entrar em contato com o solicitante e informar as soluções encontradas ou auxiliar na resolução do problema por telefone ou e- mail.

5.2.5.5. O suporte técnico, deverá ser estruturado em 03 (três) níveis de atendimento, baseado nas melhores práticas em relação à severidade do cenário causado pelo incidente que gerou o chamado, conforme Quadro 1 - Níveis de severidade para manutenção do SLA abaixo:

SEVERIDADE DE INCIDENTES		
Nível	**Classificação**	**Prazos**
CRÍTICO	Representa um incidente crítico na solução que possa tornar inoperante qualquer serviço atendido pela solução essencial da Prefeitura Municipal	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: 2 (duas) horas para início do atendimento presencial; 24 (vinte e quatro) horas para solução do incidente;
URGENTE	Representa um incidente na solução que está causando ou irá causar uma impossibilidade operacional parcial nos serviços e funcionalidades da solução objeto deste Projeto Básico para a Prefeitura Municipal. Apesar da impossibilidade operacional parcial continuam em operação os serviços essenciais para a manutenção das atividades da Prefeitura Municipal	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: 6 (seis) horas para início do atendimento presencial; 72 (setenta e duas) horas para solução do incidente;

Nº 1111 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 942 Ass. GABINETE

ROTINA	Representam falhas mínimas na solução que não estão afetando o desempenho, serviço ou operação da solução objeto deste Projeto Básico da Prefeitura Municipal, ou ainda a operação/acesso afetada(o) só é usada(o) eventualmente ou temporariamente.	A partir da abertura do chamado técnico, a CONTRATADA terá um prazo de: 48 (quarenta e oito) horas para início do atendimento presencial; 96 (noventa e seis) horas para solução do incidente;

5.2.5.6. A Contratada deverá disponibilizar um mecanismo de acompanhamento do andamento das atividades, utilizando a identificação fornecida.

5.2.5.7. O usuário poderá realizar a abertura de chamados, acompanhá-los ou acessar o histórico por meio do Site Web, utilizando login e senha exclusivos.

5.2.5.8. Os profissionais de atendimento devem estar capacitados para responder às solicitações dos usuários licenciados, esclarecendo dúvidas sobre características e funcionalidades da solução, além de fornecer informações sobre evoluções tecnológicas.

5.2.5.9. Após o diagnóstico, o analista responsável pelo atendimento deverá entrar em contato com o Licenciado para informar a(s) solução(ões) encontradas ou auxiliá-lo na resolução do problema por telefone ou e-mail, desde que a solicitação esteja dentro do escopo de atendimento.

5.2.5.10. O tempo necessário para finalizar o atendimento poderá variar conforme a natureza do problema e as variáveis que precisam ser reproduzidas para simular a situação relatada.

5.2.5.11. Caso a solução exija uma pesquisa mais extensa, resultando em um prazo de atendimento superior aos limites dos 3 níveis de severidade definidos, as partes deverão discutir em conjunto um novo prazo, levando em consideração a razoabilidade do cenário para ambas as partes.

5.2.5.12. O processo de atendimento deverá estar disponível para consulta por parte dos clientes.

5.2.5.13. O processo de atendimento, desde a abertura do chamado até o seu encerramento e a verificação da satisfação dos clientes, deverá estar em conformidade com os padrões de gestão da qualidade.

5.2.5.14. A Contratada deverá fornecer quaisquer atualizações, alterações e/ou correções decorrentes de erros ou falhas detectadas pelo fabricante na versão licenciada, conforme estipulado no contrato e durante o período acordado.

5.2.5.15. Como parte do programa de manutenção da solução, o fabricante deverá oferecer acesso ilimitado a treinamentos virtuais sobre o uso e recursos da solução, disponibilizados em um site específico.

5.2.5.16. O prazo de manutenção e suporte técnico da solução será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação conforme as normas previstas na Lei de Licitações.

Nº 1112 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 943 Ass. GABINETE

5.2.5.17. Com relação às manutenções a serem promovidas pela empresa contratada, serão classificadas em Manutenções Preventivas, Manutenções Corretivas, Manutenções Adaptativas e Manutenções Evolutivas.

5.2.5.18. Caracterizam-se **Manutenções Preventivas**, a realização de reparos no sistema sem custos adicionais, com o objetivo de mitigar ou eliminar defeitos e riscos à integridade das informações.

5.2.5.18.1. A Contratada deverá realizar manutenções periódicas para prevenir ameaças e falhas maiores.

5.2.5.18.2. Caberá à Contratada, ao identificar uma ameaça, comunicar à Prefeitura, informando as medidas corretivas, prazo e impactos, aguardando aprovação dos serviços.

5.2.5.18.3. A empresa analisará o prazo e impactos propostos pela Prefeitura e decidirá se acata ou não, de acordo com os níveis de serviço e penalidades estabelecidas.

5.2.5.18.4. Os chamados de manutenção preventiva podem ser registrados tanto pela Prefeitura quanto pela Contratada.

5.2.5.18.5. A solução de problemas não acarretará custos adicionais para a Prefeitura.

5.2.5.19. As **Manutenções Corretivas** incluem os reparos de defeitos em componentes de software da solução, inclusive em integrações com dados e outros sistemas, sem custos adicionais para a contratante.

5.2.5.19.1. A empresa deverá se comprometer a corrigir erros, falhas ou defeitos que impeçam o pleno funcionamento da solução, sem custos extras para a Prefeitura.

5.2.5.19.2. Os usuários devem acionar o suporte técnico, utilizando a ferramenta de chamados, sempre que identificarem problemas no uso do sistema.

5.2.5.19.3. Após a manutenção ser realizada no ambiente de transferência, ela será homologada e disponibilizada para produção.

5.2.5.20. Constituem exemplos de Manutenções Corretivas os exemplos a seguir:

5.2.5.20.1. Esclarecimento de dúvidas operacionais nos softwares prestados;

5.2.5.20.2. Auxílio da identificação de bugs;

5.2.5.20.3. Indicação de solução de contorno (workaround) para bug, quando possível;

5.2.5.20.4. Indicação do procedimento mais adequado para atendimento da análise requerida pelo solicitante;

5.2.5.20.5. Provimento de informações sobre as funcionalidades;

5.2.5.20.6. Indicação de melhores práticas desenvolvidas para os softwares fornecidos.

5.2.5.21. Os serviços de **Manutenções Adaptativas** consistem na adaptação, parametrização ou desenvolvimento da solução para melhorar a usabilidade ou garantir a conformidade com a legislação Federal, Estadual e Municipal vigente.

Nº 7113 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 944 Ass.

5.2.5.21.1. Quando a Prefeitura identificar a necessidade de uma Manutenção Adaptativa, deverá registrar a solicitação no sistema de chamados da Contratada.

5.2.5.21.2. A Contratada é responsável pela análise e elaboração dos requisitos para atender às legislações federais e estaduais, disponibilizando as atualizações na solução dentro do prazo estabelecido pela norma, independentemente de solicitação da Prefeitura.

5.2.5.21.3. Quando a necessidade de Manutenção Adaptativa estiver relacionada a mudanças na legislação municipal, a Prefeitura será responsável por avaliar e elaborar os Requisitos Funcionais e de Negócios, por meio de documento próprio, que deverá conter a aprovação dos responsáveis pela área requisitante.

5.2.5.21.4. A Prefeitura encaminhará à Contratada os Requisitos de Manutenção Adaptativa. Essa solicitação será registrada no sistema de chamados, e a Contratada emitirá um número de referência, denominado Número de Demanda, para ser utilizado em todas as comunicações sobre a Manutenção Adaptativa.

5.2.5.21.5. Após receber os Requisitos de Manutenção Adaptativa, a Contratada deverá apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias após a abertura do chamado, uma proposta técnica contendo, no mínimo: a quantidade de horas necessárias para o desenvolvimento da Manutenção Adaptativa, o prazo para implementação e os possíveis impactos da implantação.

5.2.5.21.6. A Contratada se compromete a ajustar a solução para atender a atualizações decorrentes de alterações legislativas, dentro do prazo estabelecido pelo legislador, sem custos adicionais para a Prefeitura.

5.2.5.21.7. As Manutenções Adaptativas, exceto aquelas relacionadas a alterações legislativas, deverão ser realizadas conforme os prazos definidos nas propostas de trabalho.

5.2.5.21.8. Após a implementação da manutenção no ambiente de transferência, o serviço será homologado e disponibilizado para uso em produção.

5.2.5.22. As **Manutenções Evolutivas** consistem no atendimento às demandas de melhorias e adequações no Sistema que não se enquadram em Manutenção Adaptativa. Isso inclui funcionalidades não exigidas nos requisitos deste Projeto Básico e seus anexos, com o objetivo de realizar os ajustes necessários para garantir a sustentação da solução.

5.2.5.22.1. Quando a Prefeitura identificar a necessidade de Manutenção Evolutiva, deverá avaliar e elaborar, por meio de documento próprio, os Requisitos Funcionais e de Negócios necessários para a implementação da manutenção, incluindo a aprovação dos responsáveis da área proprietária do negócio em análise.

Nº 7114 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 945 Ass. GABINETE

5.2.5.22.2. A Prefeitura encaminhará à Contratada os Requisitos de Manutenção Evolutiva. Essa solicitação será registrada no sistema de chamados, e a Contratada emitirá um número de referência, denominado Número de Demanda, que deverá ser utilizado em todas as comunicações sobre a Manutenção Evolutiva.

5.2.5.22.3. Após o recebimento dos Requisitos de Manutenção Evolutiva, a Contratada deverá apresentar à Prefeitura, no prazo de até 10 (dez) dias após a abertura do chamado, uma proposta técnica. Essa proposta deverá incluir, no mínimo, a quantidade de horas técnicas necessárias para o desenvolvimento da Manutenção Evolutiva, o prazo para implantação e os possíveis impactos dessa implantação.

5.2.5.22.4. Após receber a proposta, a empresa contratada, em conjunto com a área proprietária do negócio, homologará a proposta e emitirá uma Ordem de Serviço, autorizando o início da Manutenção Evolutiva. O prazo de entrega será contado a partir do primeiro dia útil após o registro no chamado.

5.2.5.22.5. Após a conclusão da Manutenção Evolutiva, os requisitos propostos serão homologados, de acordo com o que foi previsto na Ordem de Serviço.

5.2.5.22.6. Para cada solicitação de desenvolvimento, deverá haver uma proposta detalhada da contratada, incluindo, no mínimo, o escopo do desenvolvimento, a quantidade de horas técnicas e o prazo de execução. Essa proposta deverá ser previamente aprovada pela Prefeitura.

5.2.5.22.7. O dimensionamento das demandas de Manutenção Adaptativa e Evolutiva será medido em horas técnicas, e essas horas sempre deverão ser previamente aprovadas pela Prefeitura.

5.2.5.22.8. Para entregar uma versão da solução contendo o desenvolvimento solicitado, a Contratada deverá disponibilizar a versão na área de transferência definida pela Prefeitura. A partir deste momento, cessará a contagem do prazo de entrega, conforme estipulado na respectiva Ordem de Serviço.

5.2.5.23. A proponente deverá ainda promover **Atualizações Tecnológicas** de caráter legal dos sistemas fornecidos e possíveis releases, de forma que o objeto do edital atenda a legislação federal, estadual, municipal vigente e das normas e procedimentos do Tribunal de Contas do Estado, sem custo adicional para a contratante.

5.2.5.24. Com relação aos **Dados** tratados pela solução proposta, caberá à Contratada fornecer uma cópia da base de dados, incluindo todas as tabelas de dados de interesse da Prefeitura, sempre que solicitado.

Nº 1115 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 946 Ass. GABINETE

5.2.5.24.1. A entrega dos dados será realizada mediante processo formal de solicitação por parte da Prefeitura.

5.2.5.24.2. A responsabilidade sobre o uso da base de dados fornecida será exclusivamente da Prefeitura, não cabendo à Contratada qualquer responsabilidade por uso indevido dos dados ou eventuais vazamentos, exceto nos casos em que se prove inequivocamente que a origem do evento foi devido à Contratada.

5.2.5.24.3. Os dados deverão ser entregues em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da recepção formal da solicitação pela Contratada.

5.2.5.25. Quanto às questões de **Hospedagem em Nuvem**, o Sistema deverá ser instalado em um Data Center com estrutura adequada para suportar as instalações e configurações necessárias à operação da solução.

5.2.5.26. A solução deverá ser implantada em Data Centers que atendam ao padrão TIER 2 ou 3, com disponibilidade superior a 95%. Esses Data Centers devem oferecer um ambiente seguro e controlado, com gerenciamento conforme as normas ISO/IEC 27001:2013, ABNT/ISO 37001:2017, e proteção de dados especiais, incluindo backup diário, semanal, mensal e anual.

5.2.5.27. Durante a vigência do contrato, a Contratada deverá garantir os recursos e serviços necessários para a operação do sistema, conforme as seguintes condições:

5.2.5.27.1. Garantir recursos suficientes para armazenar a solução e o banco de dados, permitindo o crescimento e expansão conforme necessário;

5.2.5.27.2. Providenciar atualizações e a aplicação de patches nos softwares instalados, sempre com comunicação prévia à equipe técnica da Prefeitura e mediante sua aprovação, quando necessário ou recomendado pelos fabricantes.

5.2.5.27.3. O Data Center deverá possuir alta performance e balanceamento de carga, com disponibilidade 24 horas por dia, 7 dias por semana. Deve atender a critérios reconhecidos de segurança física, incluindo proteção contra incêndio, sistema de refrigeração, fornecimento ininterrupto de energia, proteção contra água e furtos, além de segurança tecnológica, como detecção de invasões.

5.2.5.27.4. O Data Center também deve contar com redundância física e lógica em pontos geograficamente distintos.

5.2.5.27.5. Os servidores de internet, aplicativos e banco de dados deverão ser configurados com componentes redundantes, oferecendo alta disponibilidade e proteção contra vírus, spywares e outras ameaças virtuais. Além disso, deverão gerar cópias de segurança para garantir o armazenamento seguro dos dados, e o tráfego para o servidor de backup não deverá competir com o tráfego externo.

Nº 1116 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 947 Ass. GABINETE

5.2.5.27.6. Serão disponibilizados links de comunicação de alto desempenho, com banda compatível com a demanda dos usuários, garantindo alta disponibilidade e desempenho. As conexões devem ser seguras, com certificação e criptografia no transporte das informações (https).

5.2.5.28. Com relação ao Ambiente do Data Center, deverá conter:

5.2.5.28.1. Sistema de combate a incêndio;

5.2.5.28.2. Proteção contra água;

5.2.5.28.3. Segurança física – CFTV com cobertura total das facilidades;

5.2.5.28.4. Sistema de refrigeração;

5.2.5.28.5. Sistema de fornecimento ininterrupto de energia com grupos de geradores;

5.2.5.28.6. Sala cofre.

5.2.5.29. Com relação à Infraestrutura e Tecnologia, a empresa deverá garantir:

5.2.5.29.1. Firewall compartilhado e redundante da área de hospedagem;

5.2.5.29.2. Servidores web com redundância de fonte de alimentação, interface de rede e discos;

5.2.5.29.3. Servidores de banco de dados com redundância de fonte de alimentação, interface de rede e discos;

5.2.5.29.4. Servidores devidamente licenciados para as respectivas aplicações de Sistema, Banco de Dados, e Backup;

5.2.5.29.5. Reserva mínima de 1 TB em disco para uso do sistema;

5.2.5.29.6. Rede de dados exclusiva para backup e monitoração dos serviços;

5.2.5.29.7. Links de comunicação de alto desempenho com Banda compatível com a demanda e com garantia de Alta Disponibilidade, capazes de disponibilizar acesso via WEB;

5.2.5.29.8. Softwares para segurança da informação que forneçam o sigilo e a proteção contra "roubo de informações" que possam ocorrem através de ataques realizados por pessoas de fora do ambiente e também de dentro do próprio ambiente disponibilizado;

5.2.5.29.9. Softwares de gerenciamento para acompanhamento, medição e monitoramento da performance dos equipamentos de infraestrutura, operando de forma proativa para situações eventuais de instabilidade, proporcionando qualidade e segurança para a infraestrutura fornecida;

5.2.5.29.10. Ambiente de homologação nas mesmas condições do ambiente de produção, atendendo os mesmos requisitos, com os sistemas integrados para customizações, implementações e testes, que se façam necessários para atender às peculiaridades da legislação.

5.2.6. **CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) PARA INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA TRIBUTÁRIO EXISTENTE NA PREFEITURA.**

Nº 1117 CPL
S. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 948 Ass. GABINETE

5.2.6.1. O sistema deverá disponibilizar documentação completa em português, detalhando os métodos de integração e indicando os métodos e dados acessíveis para consulta e inserção.

5.2.6.2. Para garantir a integridade e consistência dos dados, todas as ações de inserção ou alteração nos dados cadastrais de imóveis, logradouros, bairros, distritos, setores e quadras deverão ser realizadas diretamente no Sistema de Geoprocessamento, conforme definido pela Administração Municipal.

5.2.6.3. As informações do contribuinte, transferência de imóveis (ITBI), dados de lançamento de IPTU (valor lançado, valor pago ou parcelado, datas de pagamento), bem como dados sobre a dívida ativa, serão disponibilizadas pelo Sistema de Gestão Tributária para uso nos sistemas mencionados neste Projeto Básico.

5.2.6.4. Em nenhuma hipótese poderá haver inconsistência entre as bases de dados do Sistema de Geoprocessamento corporativo e o Sistema de Gestão Tributária utilizado pela Prefeitura Municipal.

5.2.6.5. A integração entre os sistemas deverá ser preferencialmente realizada por meio de webservice.

5.2.6.6. A Contratada deverá fornecer o modelo de integração, preferencialmente via webservice, para viabilizar a conexão com o atual Sistema de Gestão Tributária da Prefeitura Municipal.

5.2.7. **MAPEAMENTO DOS FLUXOS DE PROCESSOS PARA IMPLANTAÇÃO NO SISTEMA DIGITAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS.**

5.2.7.1. A Contratada deverá disponibilizar, no ambiente de homologação, os seguintes 4 (quatro) fluxos de ponta a ponta, já presentes na solução proposta:

5.2.7.1.1. Alvará de Licença para Execução de Obras Particulares (Unifamiliar, Multifamiliar, Misto e Comércio);

5.2.7.1.2. Habite-se;

5.2.7.1.3. Regularização;

5.2.7.1.4. Ampliação.

5.2.7.2. A Prefeitura indicará, por meio de ofício, um responsável para supervisionar todos os processos internos relacionados, acompanhar a implementação da solução e, após a conclusão, gerenciá-la continuamente. Este responsável será denominado Gestor do Contrato.

5.2.7.3. A Contratada deverá garantir o acesso ao ambiente de homologação, incluindo a criação de ao menos um usuário com perfil de Gestor, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço.

5.2.7.4. Após a liberação, a equipe técnica da Prefeitura, juntamente com um técnico da Contratada, dará início ao processo de homologação. Dentro de um prazo de até 15 (quinze) dias úteis, qualquer modificação necessária nos 4 (quatro) fluxos deverão ser comunicada.

Nº 1118 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 949 Ass. GABINETE

5.2.7.5. A Contratada deverá atender às solicitações de alteração de qualquer fluxo ou parte dele em até 10 (dez) dias úteis, sem impactar o prazo de homologação mencionado anteriormente.

5.2.7.6. Após o período de 15 (quinze) dias úteis para revisão, caso os fluxos sejam ajustados ou permaneçam conforme a proposta da Contratada, a solução será considerada como Homologada e Implantada, com a apresentação do respectivo relatório de implantação.

5.2.7.7. Uma vez homologada a solução, se a Prefeitura requisitar alterações nos fluxos homologados, essas modificações serão cobradas com base em horas técnicas sob demanda, conforme estabelecido no Cronograma de Execução. A Contratada deverá fornecer uma estimativa de horas para que a Prefeitura aprove previamente.

5.2.7.8. Caso a Prefeitura tenha interesse em outros fluxos, a Contratada deverá disponibilizar, em formato de fluxograma, todas as etapas do novo processo, detalhando os modelos de documentos necessários, exigências de emissão e outros requisitos relevantes.

5.2.7.9. Após a solicitação formal da Prefeitura, a Contratada terá um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para propor o Cronograma de execução do novo fluxo, com o objetivo de estabelecer, em comum acordo, as condições de entrega com a Prefeitura.

5.2.7.10. No caso da necessidade de confecção de novos fluxogramas, essa atividade será cobrada com base em horas técnicas sob demanda, conforme o Cronograma de Execução. A Contratada deverá fornecer um canal de comunicação com um técnico especialista para análise e desenvolvimento dos novos fluxos.

5.2.7.11. A Contratada deverá informar ao gestor da Prefeitura, responsável pelo acompanhamento da implementação da solução, a conclusão de cada fluxo implementado.

5.2.7.12. Os fluxos deverão ser adaptados ao fluxo de trabalho da Secretaria responsável, observando as Leis urbanísticas Municipais, Estaduais e Federais. O processo será completamente digital, desde o protocolo até a análise, encaminhamento, correções e emissão de documentos, todos realizados de forma online.

5.3. **LEVANTAMENTO CADASTRAL (150.000 unidades imobiliárias)**

5.3.1. **DE MAPEAMENTO MÓVEL 360º, CAPTURANDO IMAGENS FRONTAIS DE TODOS OS IMÓVEIS E LOGRADOUROS DA ÁREA URBANA, BEM COMO IDENTIFICAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, SINALIZAÇÃO VERTICAL, POSTEAMENTO E BURACOS EXISTENTES, UTILIZANDO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.**

5.3.1.1. A etapa de mapeamento móvel terrestre será realizada com o auxílio de uma câmera 360° montada em um veículo de varredura contínua no local.

Nº 1219 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. GABINETE
Fls 190
Ass.

5.3.1.2. Devem ser coletadas imagens 360° dos logradouros do município, de forma que seja possível obter informações detalhadas sobre as características dos imóveis, incluindo representações das fachadas frontais e laterais nos casos de esquinas.

5.3.1.3. A coleta das imagens utilizará técnicas de mapeamento móvel, empregando um conjunto de sensores integrados que assegurem precisão no posicionamento das imagens.

5.3.1.4. As imagens coletadas deverão estar georreferenciadas ao Sistema de Referência SIRGAS 2000 e dispostas na Projeção Cartográfica Universal Transversa de Mercator (UTM).

5.3.1.5. Os arquivos de imagem terão uma dimensão de 8.000 x 4.000 pixels e serão salvos no formato JPG.

5.3.1.6. A acuracidade posicional das imagens deverá ser de, no mínimo, 1 metro, e a precisão do azimute deverá ser inferior a 5°.

5.3.1.7. O intervalo entre as capturas das imagens não poderá ultrapassar 5 metros.

5.3.1.8. As imagens deverão permitir a visualização de características como o tipo e número de pavimentos, a existência de guias, sarjetas, calçadas e a numeração de fachada dos imóveis, quando visíveis ao nível do logradouro.

5.3.1.9. O processo de geocodificação das imagens será realizado por meio de análise de proximidade.

5.3.1.10. O posicionamento das imagens será realizado com o uso de um sistema de Antena GNSS L1/L2.

5.3.1.11. A resolução mínima total das imagens será de 5 megapixels, utilizando 6 câmeras independentes, resultando em uma resolução total de 30 megapixels.

5.3.1.12. A velocidade de captura das imagens será de 9 FPS (frames por segundo).

5.3.1.13. O equipamento denominado DMI (Distance Measurement Instrument) deverá, obrigatoriamente, ser integrado ao processo de coleta das imagens.

5.3.1.14. A base de apoio utilizada no pós-processamento dos dados não poderá estar a mais de 25 km de distância da estação de coleta das imagens 360°.

5.3.1.15. As imagens coletadas no mapeamento móvel deverão ser analisadas com Inteligência Artificial da contratada, com o objetivo de planejar a manutenção, reduzir custos com antecipação de ocorrências e prevenir acidentes. A IA deverá identificar, classificar e gerar relatórios sobre as seguintes entidades:

5.3.1.15.1. Classificação do tipo de superfície (asfalto, paralelepípedo, lajota e sem pavimentação).

5.3.1.15.2. Detecção de buracos, rachaduras e craquelados;

5.3.1.15.3. Detecção de caçambas de entulho;

5.3.1.15.4. Detecção de sinalização horizontal;

5.3.1.15.5. Detecção de sinalização vertical.

5.3.1.16. As imagens obtidas do mapeamento móvel terrestre 360º deverão ser integradas ao Sistema de Informações Geográficas (SIG), sendo de responsabilidade da contratada realizar as atividades de integração,

Nº 7120 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. GABINETE
Fls 951
Ass.

parametrização, modelagem e conversão necessárias para a carga das imagens no sistema.

5.4. **VETORIZAÇÃO, GEOCODIFICAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS SEM ALTERAÇÃO CADASTRAL**

5.4.1. Esta etapa compreende a vetorização cartográfica e a geocodificação de aproximadamente 150.000 unidades previstas cujo levantamento não evidencie divergência significativa entre a área total construída registrada nas edificações existentes no lote e a área constante na Base de Dados do Sistema Tributário Municipal.

5.4.2. Para fins desta contratação, será considerada sem divergência a unidade cuja diferença entre a área construída levantada e a área registrada na Base Tributária seja igual ou inferior a 20 m² (vinte metros quadrados).

5.4.3. Serão consideradas unidades imobiliárias os seguintes tipos: apartamento, box de garagem, casa, edícula, galpão, garagem, sala/loja e o Terreno Baldio.

5.4.4. A Contratada deverá calcular a área construída total dos imóveis com mais de um pavimento, utilizando a metodologia técnica que considerar mais adequada, desde que assegure a precisão necessária.

5.4.5. As feições vetoriais deverão ser produzidas em conformidade com os padrões técnicos de geoprocessamento, garantindo:

5.4.5.1. precisão geométrica compatível com a escala cartográfica estabelecida;

5.4.5.2. associação única de cada unidade imobiliária ao respectivo código geográfico (geocodificação);

5.4.5.3. compatibilidade com a estrutura do Cadastro Técnico Multifinalitário e com o Sistema de Gestão Tributária.

5.4.6. Todos os elementos cartográficos deverão ser representados e identificados com códigos geográficos (geocodificação), conforme a seguinte regra:

CAMADA	TIPO DE ENTIDADE	GEOCODIFICAÇÃO
Bairro	Polígono	Código do Bairro
Distrito	Polígono	Código do Distrito
Setor	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor
Edificação/ Unidade	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote + Número da Edificação + Número da Unidade
Lote	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote
Loteamento	Polígono	Código do Loteamento
Piscina	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote + Número da Piscina
Quadra	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra

Nº 7121 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. GABINETE
Fls 152
Ass.

Seção/ Segmento de Logradouro	Polilinha	Código do Logradouro + Código da Seção/ Segmento

5.5. **VETORIZAÇÃO, GEOCODIFICAÇÃO E CADASTRAMENTO DAS NOVAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS OU IMÓVEIS COM AMPLIAÇÃO DE ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DETECTADA.**

5.5.1. Esta etapa compreende a vetorização cartográfica e a geocodificação de aproximadamente 50.000 unidades imobiliárias em que for detectado acréscimo de área construída superior a 20 m² (vinte metros quadrados) em relação à área registrada na Base de Dados Tributária atualmente em uso.

5.5.2. Serão consideradas unidades imobiliárias os seguintes tipos: apartamento, box de garagem, casa, edícula, galpão, garagem, sala/loja e o Terreno Baldio.

5.5.3. A Contratada deverá identificar e calcular a área total das edificações com mais de um pavimento, utilizando a metodologia técnica que considerar mais adequada, desde que assegure a precisão necessária.

5.5.4. Após a vetorização, será necessário proceder ao desconto da área correspondente aos beirais das edificações, aplicando a seguinte fórmula:

5.5.4.1. Área Desconto = Perímetro da Edificação X 0,80 metros (onde o valor de 0,80 m corresponde à medida média do beiral).

5.5.5. Todos os elementos cartográficos deverão ser representados e identificados com códigos geográficos (geocodificação), conforme a seguinte regra:

CAMADA	TIPO DE ENTIDADE	GEOCODIFICAÇÃO
Bairro	Polígono	Código do Bairro
Distrito	Polígono	Código do Distrito
Setor	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor
Edificação/ Unidade	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote + Número da Edificação + Número da Unidade
Lote	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote
Loteamento	Polígono	Código do Loteamento
Piscina	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote + Número da Piscina
Quadra	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra
Seção/ Segmento de Logradouro	Polilinha	Código do Logradouro + Código da Seção/ Segmento

5.6. **RELATÓRIO DE DISCREPÂNCIAS E GERAÇÃO DAS NOTIFICAÇÕES.**

Nº 1122 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 953 Ass. GABINETE

5.6.1. Na sequência que os Bairros/ Setores forem sendo levantados e processados, deverão ser preparados pela Contratada os arquivos contendo as Cartas de Notificação aos contribuintes dos imóveis que apresentarem alteração em dados cadastrais detectada, mediante texto e critérios estabelecidos pela Prefeitura.

5.6.2. A Contratada deverá realizar a geração de relatórios de discrepâncias cadastrais, identificando e listando as unidades imobiliárias cujas informações no cadastro da Prefeitura Municipal apresentem inconsistências ou divergências.

5.6.3. A licitante deverá fornecer ainda, um mapa temático, preferencialmente disponível no Sistema, para que seja discutido em conjunto com os gestores municipais o planejamento do envio das notificações.

5.6.4. Após a elaboração do relatório de discrepâncias, a Contratada deverá preparar e gerar as notificações a serem enviadas aos proprietários dos imóveis com dados inconsistentes.

5.6.5. Caberá à licitante propor um modelo de notificação dos imóveis cuja área foi acrescida, com no mínimo as seguintes informações:

5.6.5.1. Nome de Proprietário;

5.6.5.2. Endereço completo;

5.6.5.3. Inscrição imobiliária;

5.6.5.4. Divergências constatadas;

5.6.5.5. Imagem de fachada;

5.6.5.6. Croqui de localização;

5.6.5.7. Procedimentos para contestação das informações.

5.6.6. O modelo proposto deverá ser validado pelos técnicos municipais, permitindo que a Contratada proceda com a geração dos arquivos necessários para impressão e envio das notificações.

5.6.7. A Prefeitura será responsável pela impressão das notificações e pelo envio aos contribuintes, conforme o modelo validado.

5.7. DISPONIBILIZAÇÃO DE CENTRAL DE ATENDIMENTO.

5.7.1. A Prefeitura disponibilizará o local para a instalação da central de atendimento aos contribuintes, com toda a infraestrutura física necessária, incluindo mesas, cadeiras, conexão com internet, fornecimento de energia elétrica e linha telefônica.

5.7.2. A Contratada será responsável por fornecer a infraestrutura tecnológica para o atendimento, incluindo computadores, periféricos e softwares necessários para o correto funcionamento da central de atendimento.

5.7.3. A central de atendimento contará com o suporte de 4 (quatro) técnicos fornecidos pela licitante, que serão responsáveis por prestar o atendimento aos contribuintes durante o período de funcionamento da central.

5.7.4. Para atendimentos que exigirem visita in loco, a licitante fornecerá uma equipe adicional composta por 2 técnicos, que serão encarregados de realizar os atendimentos nos imóveis que demandarem levantamento adicional de informações.

Nº 7723 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 952 Ass. GABINETE

5.7.5. O deslocamento da equipe da licitante, incluindo os técnicos que realizarão os atendimentos in loco, será de responsabilidade da própria licitante, que deverá garantir o transporte adequado de seus colaboradores.

5.7.6. Em resumo a Prefeitura garantirá o fornecimento da infraestrutura física necessária para o bom funcionamento da central de atendimento, enquanto a licitante ficará encarregada da infraestrutura tecnológica e da equipe técnica responsável pelos atendimentos.

5.8. **CONFERÊNCIA DE TITULARIDADE.**

5.8.1. A conferência de titularidade será realizada em 30.000 Lotes/Terrenos que não possuem informações de titularidade atualizadas na Base de Dados Tributária.

5.8.2. A contratada deverá encaminhar equipe técnica para realizar a visita presencial a cada um do 30.000 Lotes, com o objetivo de coletar informações sobre os titulares e dados correlatos.

5.8.3. A Contratada deverá disponibilizar um escritório local no município com a infraestrutura necessária para realizar os trabalhos de campo/ in loco.

5.8.4. Todo o pessoal de campo da Contratada deverá estar devidamente uniformizado e identificado por crachá impresso com o nome do colaborador, identificação da empresa e números de contato da Prefeitura, permitindo o fácil acesso dos contribuintes/moradores em caso de dúvidas ou necessidade de consulta.

5.8.5. Durante a visita, os técnicos da contratada deverão identificar o responsável legal pelo imóvel, verificando a documentação que comprove a titularidade, como escrituras, contratos ou outros documentos oficiais.

5.8.6. A contratada deverá registrar todos os dados obtidos durante a visita, incluindo a identificação completa do titular, dados de contato, e qualquer outra informação relevante sobre o imóvel e seu proprietário.

5.8.7. Caso seja identificado que o titular não reside no imóvel ou que a documentação fornecida está incompleta, os técnicos da empresa deverão tomar as medidas necessárias para a coleta de informações complementares, podendo incluir entrevistas com vizinhos ou outros meios de verificação.

5.8.8. Para imóveis com mais de um titular, a Contratada deverá coletar todos os dados de cada um, como nome, CPF/CNPJ, endereço e outras informações exigidas pela Prefeitura Municipal.

5.8.9. Após a coleta das informações, os técnicos da contratada deverão encaminhar os dados à central de processamento, onde as informações serão verificadas e inseridas na base de dados da Prefeitura Municipal, atualizando o cadastro de titularidade.

5.8.10. A contratada deverá garantir que todas as visitas sejam documentadas adequadamente, incluindo registros fotográficos e anotações detalhadas das informações coletadas, a fim de assegurar a rastreabilidade e transparência do processo.

Nº 7724 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 955 Assª GERENTE

5.8.11. Caso sejam encontradas discrepâncias ou pendências durante a conferência de titularidade, a contratada deverá informar à Prefeitura Municipal para que as devidas correções sejam realizadas.

5.8.12. Ao final do processo de conferência, a contratada deverá fornecer à Prefeitura Municipal um relatório completo, detalhando as unidades imobiliárias visitadas, as informações coletadas, e as alterações realizadas no cadastro de titularidade.

5.9. **ELABORAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PVG)**

5.9.1. A CONTRATADA deverá realizar o levantamento, diagnóstico e organização dos cadastros referenciais necessários a realização dos trabalhos relativos à Planta Genérica de Valores (PGV), e deverá realizar os estudos com base nas normas do IBAPE e ABNT NBR 14653.

5.9.2. Toda a área abrangida pelas unidades imobiliárias deverá ser avaliada, contando com o auxílio das plantas de loteamento, zoneamento, ortofotos e mapa digital, com a finalidade de definir os polígonos que representem regiões de homogeneidade (zonas homogêneas) quanto ao uso e ocupação do solo, padrão construtivo, dimensões dos lotes, equipamentos urbanos e densidade de ocupação.

5.9.3. Desta forma, ao término desta análise física e definição das zonas homogêneas de avaliação pelas normas vigentes, deverão ser estabelecidas dimensões típicas de lotes para um determinado aproveitamento econômico, definindo para cada zona a respectiva situação paradigma abrangendo, testada de referência para os lotes, profundidade mínimas e máximas, topografia e solo, melhoramentos públicos e sistema de transporte.

5.9.4. Realização de Pesquisa de Elementos Comparativos, exigindo um grande número de amostras colhidas no mercado imobiliário. Deverão ser coletados os dados mais recentes possíveis, por motivo de escassez em algumas regiões poderá ser necessário utilização de dados mais antigos. Havendo escassez de terrenos poderá ser necessário a utilização de amostras com benfeitorias, devendo ser descontados, do valor total do imóvel, a parte referente à construção e o fator da comercialização, obtendo-se assim o valor do terreno como valor residual. Os dados coletados deverão ser informados em planilhas contendo: Fonte de informação, Data da pesquisa, Tipo pesquisa- oferta-transação-opinião, Localização do imóvel, Área e dimensões, Formato, Situação na quadra, Topografia, Pedologia, Melhoramentos públicos e foto de fachada do imóvel.

5.9.5. No Cálculo do Valor Unitário Básico, por mais homogênea que seja a zona, nem todos os elementos comparativos coletados poderão ter as características físicas idênticas às da situação paradigma estabelecida para aquela zona. As ofertas de comercialização às vezes não são recentes, não coincidindo com a data fixada para a planta de valores genéricos. As formas e condições de pagamento também poderão apresentar diferenças: à vista, em pagamentos iguais ou parcelas diferentes.

5.9.6. Sendo assim, será necessário efetuar a homogeneização das pesquisas para que se possa compará-las. Deverá realizar-se a transformação de preços a prazo em preços à

Nº 7725 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 956 Ass. GABINETE

vista, a atualização desses valores para a data base da planta, considerar a elasticidade natural de ofertas, a correção quanto as características geométricas e situação e a ponderação quanto a topografia, pedologia, melhoramentos públicos e serviços de condução e transporte. Obtidos os valores unitários homogeneizados, será necessário analisá-los dentro do contexto das zonas homogêneas físicas definidas na setorização.

5.9.7. Tendo como base a planta com a localização das pesquisas espacializadas sobre o mapa digital, deverão ser redefinidas as zonas homogêneas definitivas.

5.9.8. Compilação dos Valores de Terrenos e Edificações, sendo que os valores das construções constantes da tabela base para lançamento do IPTU deverá ser atualizados mediante utilização de publicações especializadas do ramo e/ou orçamentos específicos, de tal forma que retratem o valor atual das construções para cada tipo/categoria.

5.9.9. Os valores de terreno por face de quadra deverão levar em consideração: o valor unitário básico de cada zona corrigido pelo fator de ponderação; ajuste dos valores nas faces contíguas de zonas por intermédio de interpolação de valores e análises de amostras; correção em virtude de polos de valorização principal e secundários com aplicação de interpolação, fatores estatísticos, fatores locais e análise de amostras que não entrarão no cálculo do valor unitário básico da zona.

5.9.10. A CONTRATADA deverá fazer acompanhamento da inserção dos novos valores de metro quadrado de terreno e de metro quadrado de área construída no sistema que processa os dados de IPTU e Taxas da Prefeitura.

5.9.11. A CONTRATADA deverá executar a inserção dos valores de metro quadrado de terreno e de metro quadrado de área construída compilados na etapa anterior no sistema existente na Prefeitura e realizar as simulações de cálculo dos impostos.

5.9.12. Todos os conceitos utilizados no trabalho deverão estar consubstanciados no Laudo Genérico Básico.

5.9.13. Deverão ser observados também os preceitos estabelecidos na legislação tributária do Município.

5.9.14. A CONTRATADA apresentará relatório técnico final, constando todos os elementos contidos neste item, desde a juntada da fase de planejamento, bem como estarão contidas as evidências dos estudos realizados e do laudo genérico básico, obedecidos os critérios de gestão adotados pela CONTRATADA, apresentado as proposições do estudo e as fórmulas matemáticas, obtidas a partir de estatística inferencial.

5.9.15. A CONTRATADA deverá apresentar proposta de Minuta do Projeto de Lei contemplando o Modelo de Avaliação Imobiliária para apuração do cálculo do valor venal para terrenos e edificações com as respectivas tabelas de fatores, Zonas de Valorização, índices de pontos por características de construção por tipo, valor do metro quadrado de terrenos e edificação por tipo.

5.9.16. Deste modo, no PRODUTO deverá ser realizado um detalhamento, que consiste em:

5.9.16.1. Planta Genérica de Valores;

5.9.16.2. Aplicativo para simulação e acompanhamento;

Nº 7726 CPL
SEC. MUN. FAZ. GEST. ORÇAMENT.
Fls 957
Ass.
GABINETE

5.9.16.3. Formulários de Pesquisa de Valores Imobiliários devidamente preenchidos;
5.9.16.4. Planilha de Cálculo dos Valores Homogeneizados;
5.9.16.5. Tabela de Preços de Construção por Tipo / Categoria TPC;
5.9.16.6. Minuta de Projeto de Lei instituindo a nova PGV;
5.9.16.7. Atas das reuniões de discussão com a equipe técnica; e
5.9.16.8. Atas das reuniões de discussão com a comissão;

5.10. CAPACITAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS

5.10.1. TREINAMENTO NO SISTEMA.

5.10.1.1. A empresa contratada deverá fornecer treinamento em nível gerencial aos técnicos da Prefeitura, garantindo a capacitação adequada para a execução das funções estabelecidas.

5.10.1.2. Será de responsabilidade da empresa fornecedora do serviço, arcar com todos os encargos trabalhistas relacionados aos profissionais que ministrarão os treinamentos.

5.10.1.3. A empresa contratada se encarregará de fornecer manuais, apostilas e outros materiais de apoio aos participantes, assegurando o material necessário para o bom aprendizado.

5.10.1.4. A contratada deverá garantir a montagem de um ambiente tecnológico adequado, que propicie condições ideais para a realização dos treinamentos.

5.10.1.5. A contratada emitirá certificados de participação para os treinandos que cumprirem ao menos 90% da carga horária total do curso.

5.10.1.6. Todo o material didático, tanto impresso quanto digital, deverá ser disponibilizado em formato eletrônico, garantindo o acesso contínuo ao conteúdo de treinamento.

5.10.1.7. A Prefeitura será responsável por disponibilizar o espaço físico necessário para a realização dos treinamentos, com a infraestrutura adequada para o bom andamento das atividades.

5.10.1.8. Os treinamentos deverão ser realizados dentro dos limites do município, conforme a decisão da Prefeitura, a fim de facilitar o acesso e a participação dos técnicos municipais.

5.11. SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS (QUANDO SOLICITADO).

5.11.1. Os serviços técnicos especializados, referem-se à atividades específicas, que não fazem parte do escopo original do projeto, tem caráter técnico e devem ser executadas pela empresa contratada, conforme as demandas apresentadas pela Prefeitura, visando a manutenção, adequação e evolução dos sistemas e dados cadastrados.

5.11.2. Serão considerados serviços técnicos especializados, entre outros, aqueles relacionados à conversão e adequação de dados cartográficos, importação de bancos de dados, reestabelecimento de backups e personalização de sistemas, sempre que demandados pela Prefeitura para garantir a continuidade e a melhoria das operações municipais.

Nº 1127 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT.
Fls 958
Ass.
GABINETE

5.11.3. A metodologia para a execução dos serviços técnicos especializados se inicia com a formalização da demanda pela Prefeitura, seguida de uma análise detalhada pela empresa contratada para avaliar a viabilidade e o escopo do serviço requerido. Em seguida, a contratada fornecerá um cronograma de execução com prazos definidos para a conclusão do serviço, que deverá ser aprovado pela Prefeitura. Após a aprovação, a empresa contratada dará início à execução dos serviços, assegurando que todas as atividades sejam realizadas de acordo com as especificações acordadas, dentro dos prazos estabelecidos e com a qualidade necessária para o atendimento às necessidades municipais.

5.11.4. A contabilização dos serviços prestados será realizada com base nas horas efetivamente executadas pela empresa contratada.

5.11.5. Para cada solicitação de serviço técnico especializado, será registrado o tempo de execução conforme o cronograma acordado entre as partes.

5.11.6. A contratada deverá fornecer relatórios detalhados que especifiquem as horas trabalhadas, permitindo a verificação e validação da Prefeitura sobre o tempo dedicado a cada tarefa.

5.11.7. A cobrança será efetuada com base no total de horas efetivas de execução, conforme estabelecido no contrato, garantindo transparência e precisão no processo de faturamento.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos e operacionais mínimos, indispensáveis à execução adequada do objeto:

6.1.1. Capacidade técnica comprovada para execução de **levantamento geoespacial, aerofotogrametria, perfilamento a laser (LiDAR), mapeamento móvel 360º e elaboração de Planta Genérica de Valores (PGV)**, conforme padrões cartográficos oficiais (IBGE, DSG e CONCAR).

6.1.2. Disponibilidade de **equipe técnica multidisciplinar**, composta, no mínimo, por profissionais das áreas de Engenharia Cartográfica ou de Agrimensura, Geografia, Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, ou áreas correlatas, todos com registro ativo no respectivo conselho de classe (CREA/CAU).

6.1.3. Utilização de **metodologia e tecnologia compatíveis com os parâmetros de acurácia cartográfica da Classe A do Padrão de Exatidão Cartográfica (PEC-PCD)**, assegurando precisão horizontal ≤ 0,5m e vertical ≤ 1,0m.

6.1.4. Apresentação de **cronograma detalhado de execução**, com prazos e etapas que garantam a atualização cadastral e a elaboração da nova PGV dentro do período de vigência contratual.

6.1.5. Implantação de **Sistema de Informações Geográficas (SIG)** em modelo SaaS (Software as a Service), que permita gestão integrada dos dados cadastrais, geoespaciais e tributários.

6.1.6. Comprometimento com a **entrega de base de dados geoespacial estruturada e documentada**, em formatos abertos e interoperáveis, conforme normas do IBGE e da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).

Nº 7728 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 958 Ass.

6.1.7. Garantia de **treinamento completo da equipe municipal** responsável pela gestão e fiscalização da plataforma, com carga horária mínima de 20 horas, incluindo manuais e material didático.

6.1.8. Cumprimento integral das normas de **proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD)** e das exigências ambientais aplicáveis.

6.1.9. Execução conforme o regime de **empreitada por preço global**, com fornecimento integral dos produtos e serviços previstos.

6.1.10. Atendimento aos requisitos de **precisão, qualidade, integridade e rastreabilidade dos dados** produzidos, mediante comprovação técnica em relatório de controle de qualidade.

7. DAS AMOSTRAS

7.1. Para a presente contratação não será obrigatória a apresentação de amostras por parte da licitante vencedora.

8. DA GARANTIA DE PROPOSTA

8.1. Juntamente com a proposta de preços, o Licitante deverá anexar Garantia de Proposta, como requisito de pré-habilitação, no montante de 1,0% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do artigo 58, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Os licitantes deverão apresentar Garantia da proposta, observado o seguinte:

8.2.1. O Termo de Recebimento de Garantia de Proposta será emitido pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA, após a comprovação do recolhimento ou entrega da garantia em uma das seguintes modalidades, nos termos do art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021:

a) Título da Dívida Pública: emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, avaliado pelo seu valor econômico conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) Caução em dinheiro: mediante depósito nas seguintes contas da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA — Banco do Brasil: Agência 0554-1, Conta Corrente 50.735-0;

c) Seguro-garantia: mediante entrega da apólice original, emitida por entidade regularmente habilitada no País, em nome da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA, cobrindo o risco de descumprimento das condições da proposta, com prazo de validade de no mínimo 120 (cento e vinte) dias a contar da data de abertura da sessão pública;

d) Fiança bancária: mediante entrega da carta de fiança original, emitida por instituição financeira em funcionamento no País, em nome da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA, com prazo de validade de no mínimo 120 (cento e vinte) dias a contar da data de abertura da sessão pública;

e) Título de capitalização: mediante entrega do título original, emitido por sociedade autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em nome da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA, com prazo de resgate compatível com a vigência da garantia exigida e valor de resgate não inferior ao montante garantido.

Nº 7729 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT.
Fls 960
Ass.

8.3. A garantia prestada será liberada após a decisão que inabilitar ou desclassificar a licitante, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação; e, no caso das licitantes habilitadas e classificadas, após a adjudicação e homologação do objeto. A garantia da licitante vencedora será devolvida somente após a assinatura do contrato, podendo ser retida e reforçada como garantia de execução contratual.

8.4. A garantia de proposta visa assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela licitante no certame, respondendo especialmente nas seguintes hipóteses:

8.5. Quando, uma vez convocada, a licitante não apresentar sua proposta readequada ou qualquer documento solicitado em diligência;

8.6. Quando, devidamente convocada, a licitante recusar-se a assinar o instrumento contratual, de forma expressa ou tácita;

8.7. Quando a licitante não apresentar a documentação necessária para a formalização da contratação.

8.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens anteriores, observada a legislação que rege a matéria.

9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. Nos termos do art. 96, caput e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a licitante vencedora deverá apresentar **garantia de execução contratual**, como condição para assinatura do contrato, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total da contratação.

9.2. A garantia deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

a) **Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública:** emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, avaliados pelos seus valores econômicos conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) **Seguro-garantia**, mediante entrega da apólice original, emitida por entidade regularmente habilitada no País, em nome da Prefeitura Municipal de Imperatriz – MA, cobrindo os riscos de inexecução contratual, com prazo de validade compatível com a vigência do contrato.

c) **Fiança bancária**, mediante apresentação do instrumento original, emitido por instituição financeira em funcionamento no País, em nome da Prefeitura Municipal de Imperatriz – MA, com prazo de validade compatível com a vigência do contrato.

d) Título de capitalização: mediante entrega do título original, emitido por sociedade autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em nome da Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA, com valor de resgate não inferior ao montante da garantia exigida e prazo de resgate compatível com a vigência contratual, nos termos do art. 96, §1º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Caso a opção da contratada seja pela modalidade **caução em dinheiro**, o depósito deverá ser efetuado em qualquer uma das seguintes contas bancárias da Prefeitura Municipal de Imperatriz – MA: Banco do Brasil – Agência: 0554-1, Conta Corrente: 50.735-0.

9.4. A garantia deverá permanecer válida e eficaz durante **toda a vigência contratual**, somente podendo ser liberada após a comprovação do adimplemento integral das obrigações assumidas pela contratada.

9.5. A Administração poderá reter a garantia, no todo ou em parte, nas seguintes hipóteses:

9.6. Inexecução parcial ou total do contrato;

9.7. Ocorrência de falhas graves nos serviços que causem prejuízo ao Município;

9.8. Descumprimento das obrigações contratuais pela contratada.

Nº 1130 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT.
Fls 961
Ass.
GABINETE

9.9. A não apresentação da garantia de execução contratual no prazo estipulado pela Administração será considerada descumprimento contratual, sujeitando a contratada à rescisão do contrato e à aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. É vedada a subcontratação **total** do objeto contratual, sendo permitida a **subcontratação parcial**, desde que previamente autorizada pela Administração e prevista neste instrumento, conforme art. 122 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.2. A empresa contratada permanecerá **integralmente responsável** pela execução e qualidade dos serviços, ainda que haja subcontratação parcial autorizada.

11. DA VEDAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE CONSORCIOS

11.1 É vedada a participação de empresas em consórcio no presente certame, nos termos do art. 15, §1º, da Lei nº 14.133/2021. A vedação justifica-se pela interdependência técnica entre os componentes do objeto, que demandam padronização de sistemas de referência, modelos de dados, critérios de validação e integração de bases geoespaciais executados por um único responsável técnico. A fragmentação dessas atividades entre empresas consorciadas aumenta o risco de inconsistências técnicas, dificulta a responsabilização por eventuais falhas nos produtos entregues e compromete a coerência e a confiabilidade da base geoespacial a ser produzida, especialmente para fins de atualização da Planta Genérica de Valores e do cadastro imobiliário municipal.

11.2 O mercado de georreferenciamento urbano conta com empresas de médio e grande porte com capacidade técnica e operacional para executar o objeto individualmente, não se verificando restrição à competitividade do certame decorrente da presente vedação.

12. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

12.1. Em observância ao artigo 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, considerando que não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, no presente procedimento **não aplicado os benefícios do art. 48 da Lei Complementar 123/2006.**

13. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual, na forma do artigo 105 e 111 da Lei n° 14.133, de 2021.

13.2. Havendo necessidade o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. O instrumento contratual oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

14. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

14.1. O julgamento das propostas será realizado pela **modalidade Concorrência Pública**, do **tipo Técnica e Preço**, conforme o disposto no **art. 28, inciso II**, e **art. 36, §1º**, da **Lei nº 14.133/2021**, em razão da natureza intelectual e da complexidade do objeto — elaboração da nova **Planta Genérica de**

Nº 1731 CPL
SEC. MUN. FAZ. GEST. ORÇAMENT.
Fls 962
Ass.
GABINETE

Valores (PGV) e execução dos serviços técnicos de **georreferenciamento e mapeamento geoespacial**.

14.2. A adoção do tipo **Técnica e Preço** visa assegurar a **seleção da proposta mais vantajosa para a Administração**, com base na combinação equilibrada entre **qualidade técnica da solução ofertada** e **proposta econômica apresentada**, observando-se o interesse público e os princípios da eficiência e economicidade.

14.3. Os **pesos atribuídos às propostas técnica e de preço** serão definidos no edital, conforme a relevância técnica do serviço e a necessidade de garantir a precisão e confiabilidade dos resultados.

14.4. A **metodologia de avaliação** das propostas técnicas considerará, entre outros aspectos:

a) a experiência prévia da empresa licitante em projetos de natureza e complexidade semelhantes, comprovada por atestados de capacidade técnica;
b) a qualificação e composição da equipe técnica indicada, com comprovação das formações e registros profissionais pertinentes;
c) a adequação, robustez e coerência da metodologia proposta para execução dos serviços de levantamento geoespacial, modelagem cartográfica e elaboração da PGV;
d) a demonstração de capacidade tecnológica e operacional para entrega dos produtos exigidos, incluindo recursos de geoprocessamento e sistemas em ambiente SaaS;
e) a observância aos prazos e marcos de execução previstos no cronograma físico-financeiro estimativo deste Projeto Básico.

14.5. A **metodologia de pontuação** e os **critérios objetivos de atribuição de notas** às propostas técnica e de preço, bem como a **fórmula para cálculo da nota final**, serão definidos no edital e detalhados em anexo específico, conforme determina o **art. 37 da Lei nº 14.133/2021**.

Forma de execução

14.6. A execução do objeto será de forma parcelada e continuada, observando o cronograma abaixo:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO													
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	UNID.	QTD.	PRAZO DE EXECUÇÃO (MESES)									
				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	IMAGEAMENTO AÉREO														
1.1	COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA PARA OBTENÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS VERTICAIS COLORIDAS DA ÁREA URBANA, NA ESCALA DE 1:5.000.	Km^2	215												
1.2	GERAÇÃO DE ORTOFOTOCARTAS DIGITAIS COLORIDAS DA ÁREA URBANA NA ESCALA 1:1.000 (GSD DE 5 CM OU MELHOR PRECISÃO).	Km^2	215												
1.3	PERFILAMENTO A LASER AEROTRANSPORTADO DA ÁREA URBANA,	Km^2	215												

Nº 1732
CPI
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN.
Fls 963
Ass.
GABINETE

	PARA GERAÇÃO DE MDT, MDS E CURVAS-DE-NÍVEL A CADA 50 CM.			
2	**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**			
2.1	ADEQUAÇÃO E CONVERSÃO DA BASE DE DADOS EXISTENTE.	Hora	600	
2.2	SOLUÇÃO SAAS PARA GESTÃO TERRITORIAL E MONITORAMENTO DE ALTERAÇÕES URBANAS, COM HOSPEDAGEM EM NUVEM, SERVIÇO DE HELP-DESK, SUPORTE E MANUTENÇÃO.	Mês	12	
2.3	CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) PARA INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA TRIBUTÁRIO EXISTENTE NA PREFEITURA.	Hora	400	
2.4	MAPEAMENTO DOS FLUXOS DE PROCESSOS PARA IMPLANTAÇÃO NO SISTEMA DIGITAL DE APROVAÇÃO DE ALVARÁS E HABITE-SE.	Hora	400	
3	**LEVANTAMENTO CADASTRAL**			
3.1	EXECUÇÃO DE MAPEAMENTO MÓVEL 360º, CAPTURANDO IMAGENS FRONTAIS DE TODOS OS IMÓVEIS E LOGRADOUROS DA ÁREA URBANA, BEM COMO IDENTIFICAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, SINALIZAÇÃO VERTICAL, POSTEAMENTO E BURACOS EXISTENTES, UTILIZANDO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.	Km linear	1.350	
3.2	VETORIZAÇÃO, GEOCODIFICAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS **SEM** ALTERAÇÃO CADASTRAL	Unidade Imobiliária	150.000	
3.3	VETORIZAÇÃO, GEOCODIFICAÇÃO E CADASTRAMENTO DAS **NOVAS** UNIDADES IMOBILIÁRIAS OU IMÓVEIS **COM** AMPLIAÇÃO DE ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DETECTADA	Unidade Imobiliária	50.000	

Nº 1733 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. GABINETE
Fls 964
Ass.

3.4	CONFERÊNCIA DE TITULARIDADE	Lote/ Terreno	30.000	
3.5	IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS PASSÍVEIS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL.	Serviço	1	
3.6	RELATÓRIO DE DISCREPÂNCIAS E GERAÇÃO DAS NOTIFICAÇÕES.	Serviço	1	
3.7	DISPONIBILIZAÇÃO DE CENTRAL DE ATENDIMENTO	Mês	2	
4	**PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV)**			
4.1	ELABORAÇÃO DA NOVA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV).	Serviço	1	
5	**CAPACITAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS**			
5.1	TREINAMENTO NO SISTEMA.	Hora	80	
5.2	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS (QUANDO SOLICITADO).	Hora	200	Sob demanda

14.3. Considerar-se-á concluída cada etapa apenas após a aprovação formal pela Administração, mediante recebimento provisório e posterior recebimento definitivo, na forma prevista neste Projeto Básico.

15. PROPOSTA DE PREÇOS

14.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, na execução do objeto a ser contratado;

14.2. A proposta de preço deverá conter a discriminação detalhada dos produtos ofertados, marca, modelo e fabricante, quando for o caso, quantidade solicitada, o valor unitário (numérico), valor total (numérico e por extenso), prazo de validade da proposta de no mínimo 120 (cento e vinte) dias e prazo de entrega dos produtos.

14.3. A proposta de preços deverá ser apresentada em Carta Proposta, contendo:

14.3.1. Razão social da licitante;

14.3.2. CNPJ/MF;

14.3.3. Endereço comercial e eletrônico;

14.3.4. Telefone de contato;

14.3.5. Nome e CPF do responsável legal;

14.3.6. Assinatura do representante habilitado.

14.4. A proposta deve vir acompanhada do **Quadro de Quantidades e Preços Unitários e Totais**, refletindo fielmente os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, encargos trabalhistas,

Nº 7234 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 965 Ass.

previdenciários, materiais, equipamentos e demais despesas necessárias à execução completa dos serviços.

14.5. Os preços devem ser **expressos com duas casas decimais**, em **reais (R$)**, e permanecer **fixos e irreajustáveis** pelo prazo mínimo de **120 (cento e vinte) dias** contados da data de abertura da sessão pública.

14.6. À proposta de preço apresentada será atribuída **Pontuação Preço**, conforme fórmula abaixo:

$$Pontuação\ Preço = \left(\frac{Menor\ preço\ entre\ as\ proponentes}{Preço\ da\ proponente\ em\ análise}\right) X\ 100$$

14.7. A proposta implica **pleno conhecimento e aceitação** das condições deste Projeto Básico e do futuro edital, obrigando a licitante à execução integral dos serviços, observados os padrões de qualidade, prazos e metodologia exigidos.

15. PROPOSTA TÉCNICA

15.1. A Proposta Técnica deverá ser apresentada em conformidade com as diretrizes deste Projeto Básico e conter, no mínimo, os seguintes elementos:

15.1.1. **Carta de Apresentação da Proposta Técnica**, com dados de identificação da licitante e assinatura do representante legal;

15.1.2. **Descrição detalhada da metodologia de execução dos serviços,** contemplando as etapas de aerolevantamento fotogramétrico, perfilamento a laser (LiDAR), mapeamento móvel 360°, atualização cadastral imobiliária, elaboração da PGV e implantação do SIG, demonstrando a integração entre as atividades;

15.1.3. **Plano de execução dos serviços, com cronograma físico compatível com o cronograma de execução** previsto neste Projeto Básico;

15.1.4. **Descrição da solução tecnológica proposta, incluindo arquitetura do Sistema de Informações Geográficas (SIG) em ambiente SaaS, interoperabilidade, segurança da informação e capacidade de integração com sistemas municipais;**

15.1.5. **Indicação da equipe técnica principal, com apresentação dos currículos resumidos do coordenador técnico e dos responsáveis pelas áreas-chave do projeto;**

15.1.6. Descrição dos procedimentos adotados pela licitante para **assegurar a qualidade técnica dos produtos a serem entregues**, incluindo mecanismos de controle de acurácia, validação dos dados geoespaciais, rastreabilidade das informações produzidas e medidas de mitigação de riscos técnicos, **compatíveis com a complexidade do objeto e com as normas técnicas aplicáveis**, sem exigência de certificações específicas.

15.2. A avaliação da Proposta Técnica considerará exclusivamente os critérios definidos no **Quadro 1 – Critérios de Avaliação da Proposta Técnica**, observando-se parâmetros objetivos, previamente estabelecidos e diretamente relacionados à qualidade da solução ofertada.

15.3. **Quadro 1 – Critérios de Avaliação Técnica : Esclarece-se que os critérios constantes do Quadro 1 destinam-se exclusivamente à avaliação da qualidade da Proposta Técnica apresentada para a execução do objeto**, sendo que os requisitos mínimos de habilitação técnica, incluindo a comprovação de experiências anteriores da empresa, serão analisados em fase própria, não gerando pontuação técnica.

CRITÉRIO 1 – ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA (até 40 pontos)			
SUBITEM	ATIVIDADE	PONTUAÇÃO	PONT. MAX

Nº 7135 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 966 Ass. GABINETE

1.1	Atestado de execução de serviços de Cadastro Técnico Multifinalitário ou Levantamento Cadastral Imobiliário, abrangendo no mínimo 30.000 (trinta mil) unidades imobiliárias	10 pontos por atestado	20
1.2	Atestado de execução de Mapeamento Móvel 360º em vias urbanas para captura de imagens georreferenciadas de imóveis e logradouros, abrangendo no mínimo 500 (quinhentos) km lineares	10 pontos por atestado	20

15.3.1 A comprovação deverá ser feita mediante atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhados dos respectivos Registros de Acervo Técnico (ART ou RRT), quando couber. Cada atestado será pontuado uma única vez, ainda que abranja mais de uma das atividades listadas.

CRITÉRIO 2 – METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO (até 25 pontos)		
SUBITEM	**PARÂMETRO AVALIADO**	**PONTUAÇÃO**
2.1	Descrição detalhada das etapas de execução, com sequenciamento lógico e compatível com o cronograma físico-financeiro do Projeto Básico	0, 5 ou 10 pontos
2.2	Apresentação de metodologia específica para elaboração da PGV, com indicação das fontes de dados de mercado imobiliário, método de avaliação em massa e critérios de validação dos resultados	0, 5 ou 10 pontos
2.3	Descrição do processo de controle de qualidade dos dados geoespaciais coletados, com indicação de parâmetros de precisão e mecanismos de verificação de conformidade com o PEC-PCD	0, 5 ou 10 pontos

15.3.2 Quanto aos parâmetros de graduação estes serão: 10 pontos: item abordado de forma completa, detalhada e diretamente vinculada às especificações do Projeto Básico, sem lacunas relevantes; 5 pontos: item abordado de forma parcial, com lacunas ou generalidades que não comprometem a compreensão da metodologia proposta; ou 0 pontos: quando item ausente, genérico ou incompatível com as especificações do objeto.

CRITÉRIO 3 – QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA (até 20 pontos)		
SUBITEM	**PARÂMETRO AVALIADO**	**PONTUAÇÃO**
3.1	Responsável Técnico com formação em Engenharia Cartográfica, Agrimensura, Engenharia Civil ou área correlata, com registro ativo no CREA	5 pontos
3.2	Profissional com formação em Tecnologia da Informação, Ciência da Computação ou área correlata, com experiência comprovada em implantação de SIG em ambiente SaaS	5 pontos
3.3	Profissional com experiência comprovada em elaboração de Planta Genérica de Valores (PGV) ou avaliação em massa de imóveis para fins tributários	5 pontos
3.4	Profissional com experiência comprovada em operação de aeronaves ou sensores LiDAR aerotransportados para levantamento geoespacial	5 pontos

Nº 7736 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 967 Ass. GABINETE

15.3.4 A pontuação de cada subitem é integral (5 pontos) ou zero, conforme a comprovação documental apresentada;
15.3.5 A comprovação será feita mediante currículo acompanhado de diploma, registro profissional e, quando aplicável, atestado ou declaração do empregador ou contratante;
15.3.6 Os profissionais indicados deverão integrar o quadro permanente da empresa ou estar a ela vinculados mediante contrato, na data da apresentação da proposta.

CRITÉRIO 4 – CAPACIDADE TECNOLÓGICA E OPERACIONAL (até 15 pontos)		
SUBITEM	**PARÂMETRO AVALIADO**	**PONTUAÇÃO**
4.1	Comprovação de disponibilidade de aeronave própria ou contratada, com documentação de aeronavegabilidade válida, apta à execução de aerolevantamento fotogramétrico e perfilamento LiDAR	5 pontos
4.2	Comprovação de disponibilidade de sensor LiDAR aerotransportado com densidade mínima de 4 pulsos/m², próprio ou contratado, mediante declaração do fabricante ou contrato de locação	5 pontos
4.3	Comprovação de plataforma SaaS de Gestão Territorial própria ou licenciada, com demonstração de ambiente em operação, mediante apresentação de link de acesso, contrato de licença ou declaração do desenvolvedor	5 pontos

15.3.7 A pontuação de cada subitem é integral (5 pontos) ou zero, conforme a comprovação documental apresentada;
15.3.8 Equipamentos e sistemas contratados ou licenciados de terceiros são admitidos, desde que acompanhados de instrumento contratual ou declaração de disponibilidade com vigência compatível com o prazo de execução do objeto.

15.4. A comprovação das experiências deverá ser feita mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, devidamente registrados no CREA/CAU, quando couber, acompanhados dos respectivos registros de acervo técnico (ART ou RRT).

15.5. A pontuação total obtida será combinada à Pontuação Preço conforme a fórmula de cálculo da Nota Final estabelecida neste Projeto Básico

16. DA NOTA FINAL

16.1. A Pontuação Técnica (PT) de cada licitante corresponderá à soma dos pontos obtidos nos quatro critérios, observado o máximo de 100 (cem) pontos. A Nota Final (NF) será calculada pela seguinte fórmula:

$$NF = (Pontuação\ Técnica \times 0{,}7) + (Pontuação\ Preço \times 0{,}3)$$

16.2. Será considerada vencedora a licitante que obtiver a maior Nota Final, observado o atendimento a todos os requisitos de habilitação e conformidade técnica previstos neste Projeto Básico e no instrumento convocatório.

17. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

17.1. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

17.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Nº 2737 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 968 Ass. GABINETE

17.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

17.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

17.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

17.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

17.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

17.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

17.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

17.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

17.2. A **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

17.2.1. **Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, independente se a fase de habilitação irá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances.**

17.2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

17.2.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.

17.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

17.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos

Nº 1728 CPL
S. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 968 Ass. GABINETE

e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

17.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

17.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

17.2.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

17.2.7. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

17.2.8. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3° da Lei Nº 12.440/2011);

17.2.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

17.2.10. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.

17.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA,** que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

17.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

17.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.

17.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Nº 7739 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. GABINETE
Fls 970
Ass.

17.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

17.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.

17.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

17.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):

$$LG = \frac{Ativo\ Circulante + Realizável\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Passivo\ Não\ Circulante}$$

Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):

$$LC = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante}$$

Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):

$$SG = \frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Circulante + Passivo\ Não\ Circulante}$$

17.3.4. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

17.3.5. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

17.3.6. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará

Nº 7140 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 991

dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

17.4. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

17.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

17.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.

17.5. **QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICAS/TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO**:

17.5.1. Certidão de registro e regularidade da empresa e do(s) responsável(eis) técnico(s), expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Urbanismo e Arquitetura – CAU ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT). No caso de a empresa ser vencedora da licitação, as Certidões expedidas por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja do Estado do Maranhão, deverão receber o visto/ registro, no momento da contratação, do respectivo Conselho sediado neste Estado.

17.5.2. Cópia da inscrição no Ministério da Defesa – MD na categoria "A" em nome da licitante, nos termos do artigo 6° do nos termos do artigo 67° inciso IV da lei 14.133/21, válida na data de apresentação das propostas.

17.5.3. Comprovação da Capacidade Operacional, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes (CREA, CAU ou CFT), no qual se indique a comprovação de que a empresa executou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação, para no mínimo de 50% do quantitativo para cada uma das parcelas de maior relevância, descritas abaixo, com as seguintes quantidades mínimas:

17.5.3.1. Experiência em serviços de Cadastro Técnico Multifinalitário ou Levantamento Cadastral Imobiliário ou equivalente, de pelo menos 75.000 (setenta e cinco mil) unidades imobiliárias;

17.5.3.2. Realização de Mapeamento Móvel 360º, para um total mínimo de 675 Km (seis centos e setenta e cinco) quilômetros lineares;

17.5.3.3. Experiência mínima de 24 (vinte e quatro) meses (ininterruptos ou não) no fornecimento de Locação da licença de uso de Sistema de Geoprocessamento ou Sistema de Informações Geográficas (SIG) na modalidade SaaS.

17.6. **DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (Lei nº 14.133/2021, art. 63)**:

17.6.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

17.6.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);

Nº 7741 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 972 Ass. GABINETE

17.6.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

17.6.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.

18. PLANO DE EXECUÇÃO E CRONOGRAMAS

18.1. A execução contratual dar-se-á sob o **regime de empreitada por preço global**, abrangendo todas as etapas e entregas previstas neste Projeto Básico e no contrato, conforme o disposto no **art. 92, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**.

18.2. O prazo total de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica e autorização da autoridade competente, nos termos do **art. 107 da Lei nº 14.133/2021**.

18.3. As entregas e marcos contratuais deverão obedecer ao **Cronograma de Execução (Anexo I)**, que estabelece a sequência lógica e temporal das atividades a serem realizadas, bem como ao **Cronograma Físico-Financeiro Estimativo (Anexo II)**, que define os percentuais e valores correspondentes a cada fase da execução.

18.4. **Etapas de Execução e Entregas Mínimas:** As entregas deverão ocorrer conforme **cronograma físico-financeiro** a ser apresentado pela contratada e aprovado pela Administração, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas:

18.4.1. Planejamento e mobilização da equipe técnica;

18.4.2. Aerolevantamento fotogramétrico e coleta de dados por tecnologia **LiDAR** e mapeamento móvel 360°;

18.4.3. Processamento dos dados, geração de **ortofotos**, modelos digitais de terreno e de superfície;

18.4.4. Atualização do **cadastro imobiliário municipal** e integração com a base tributária existente;

18.4.5. Elaboração da nova **Planta Genérica de Valores (PGV)**;

18.4.6. Implantação de **Sistema de Informações Geográficas (SIG)** em ambiente **SaaS**;

18.4.7. Treinamento dos servidores municipais designados;

18.4.8. Entrega dos relatórios técnicos finais, banco de dados geoespacial completo e documentação correlata.

18.5. **O Cronograma Físico-Financeiro Estimativo (Anexo II)** estabelece os percentuais de desembolso vinculados a cada mês de execução, de modo a assegurar correlação entre a evolução física e o pagamento dos serviços

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	PRAZO ESTIMADO (MESES)	PERCENTUAL FINANCEIRO ESTIMADO
I	Planejamento, mobilização e aprovação da metodologia executiva	1	10 %
II	Aerolevantamento fotogramétrico, LiDAR e mapeamento móvel 360º	2	15 %
III	Processamento dos dados, geração de ortofotos e modelos digitais	3	20 %

Nº 7142 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 973 Ass. GABINETE

IV	Atualização cadastral imobiliária e integração com a base tributária	3	25 %
V	Elaboração da nova Planta Genérica de Valores (PGV)	2	15 %
VI	Implantação do Sistema SIG (SaaS)	0,5	5 %
VII	Treinamento e entrega dos produtos finais	0,5	10 %
EXECUÇÃO INTEGRAL DO OBJETO		**12 meses**	**100 %**

18.6. O cronograma poderá ser ajustado mediante justificativa técnica e autorização formal da fiscalização contratual, observando-se o limite de prazo global definido neste Projeto Básico.

18.7. **Condições de Entrega e Penalidades:**

18.7.1. As etapas previstas deverão ser cumpridas dentro dos prazos estabelecidos. O **descumprimento de prazos intermediários ou finais** sujeitará a contratada às penalidades cabíveis previstas neste Projeto Básico, no edital e no contrato.

18.7.2. Em casos de **força maior ou caso fortuito**, devidamente comprovados, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de **5 (cinco) dias úteis**, para análise e eventual autorização de prorrogação de prazo, conforme § 2º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

18.8. **Garantia, Manutenção e Assistência Técnica:**

18.8.1. A contratada deverá garantir o pleno funcionamento do Sistema de Informações Geográficas (SIG) disponibilizado em ambiente SaaS, assegurando acesso contínuo, estável e seguro durante todo o período contratual.

18.8.2. Deverá disponibilizar **suporte técnico remoto e presencial**, conforme segue:

18.8.2.1. Canal exclusivo de atendimento (telefone, e-mail ou plataforma online);

18.8.2.2. Tempo máximo de resposta a chamados críticos de **24 horas**;

18.8.2.3. Correção de falhas em até **72 horas**;

18.8.2.4. Registro e controle de chamados abertos e solucionados, disponibilizado ao fiscal do contrato.

18.8.3. Estão incluídas **manutenção corretiva, preventiva e evolutiva** do sistema, abrangendo ajustes, correções de falhas, melhorias de performance e segurança da informação, bem como a disponibilização de atualizações e novas versões sem custos adicionais durante a vigência contratual.

18.8.4. Quando necessário, deverá ser garantido **atendimento presencial mediante agendamento prévio** e autorização da Administração.

18.8.5. O descumprimento das obrigações de suporte e manutenção ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Projeto Básico.

19. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

19.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

Nº 7193
CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN.
Fls 974
GABINETE

19.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme endereço eletrônico informado pela contratada na sua proposta comercial.

19.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

19.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

19.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

19.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração

19.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).

19.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

19.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

19.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

19.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

19.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

19.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

7744
CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 93 Ass. GABINETE

19.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

19.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

19.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstam o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

19.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

19.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

19.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

19.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Imperatriz deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Código: 02.02.00.022.1252.04.129 – Implantação e Manutenção do Sistema de Georreferenciamento, Cadastro Imobiliário e Planta Genérica de Valores de Logradouro
Natureza: 3.3.90.39.00 – outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica
Ficha: 018
Fonte: 1.500

20.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

21.1. O objeto contratual será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização designado(a) pela Administração, no ato da apresentação dos relatórios, bases de dados e demais entregas previstas no cronograma físico-financeiro.

21.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando verificado o descumprimento das especificações constantes neste Projeto Básico, no edital ou na proposta vencedora, devendo a

Nº 1145 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 976 Ass. GABINETE

contratada proceder, às suas expensas, às correções necessárias, no prazo estabelecido pela fiscalização.

21.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade e qualidade dos serviços executados, mediante termo circunstanciado lavrado pela Administração, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável de forma justificada.

21.4. O recebimento definitivo dar-se-á por etapas ou entregas, conforme previsto no cronograma físico-financeiro, sendo cada parcela liquidada somente após a aceitação formal da respectiva etapa.

21.5. No caso de controvérsia sobre a execução dos serviços, a Administração poderá liquidar e pagar apenas a parcela incontroversa, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, permanecendo a contratada responsável pela regularização da parte questionada.

21.6. O prazo para solução de inconsistências técnicas ou saneamento de documentos fiscais apresentados pela contratada não será computado para efeito de recebimento definitivo.

21.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade técnica e profissional da contratada, nem a obrigação de assegurar a integridade, qualidade e exatidão dos dados, informações e sistemas entregues.

22. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

22.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma da seção anterior, prorrogáveis por igual período.

22.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 22.2.1. o prazo de validade;
- 22.2.2. a data da emissão;
- 22.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 22.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 22.2.5. o valor a pagar; e
- 22.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

22.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

22.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das certidões de regularidade junto à Receita Federal do Brasil/Previdência, Trabalhistas, FGTS, Estado (dívida ativa e tributos), Município (dívida ativa e tributos), nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.5. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

22.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

22.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Nº 7746 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 917 Ass. GABINETE

22.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

22.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.

22.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

22.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

22.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

22.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

22.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

23. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

23.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

23.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico.

23.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

23.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

23.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico.

23.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

23.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

23.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

23.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

23.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

23.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

23.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

24. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

Nº 1747 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENT. Fls 978 Ass. GABINETE

24.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Projeto Básico, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

24.2. Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

24.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

24.4. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

24.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

24.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

24.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

24.8. A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

24.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

24.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

24.11. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

24.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

24.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

24.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

24.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

24.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

Nº 7248 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 070 Ass. GABINETE

24.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

24.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

24.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

24.20. Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

25. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

25.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

25.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Projeto Básico, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

Nº 7749 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMEN. Fls 980 Ass. GABINETE

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

25.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

25.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

25.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

25.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

25.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

25.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

25.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

25.10. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

25.11. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

25.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Nº 1150 CPL
SEC. MUN. FAZ. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA FIS. Ass. GABINETE

25.13. Os débitos do CONTRATADO para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

26. DO REAJUSTE E CRITÉRIOS DE REAJUSTES

26.1. O preço contratado será fixo e irreajustável durante todo o período de execução do contrato, considerando que a conclusão dos serviços ocorrerá no prazo máximo de 12 (doze) meses, conforme cronograma físico-financeiro estabelecido.

26.2. Excepcionalmente, poderá haver revisão dos valores contratados, desde que observados cumulativamente os seguintes requisitos:

I – Ocorrência de situação imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, caracterizando caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da Administração, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

II – Demonstração formal, mediante documentos técnicos e financeiros, da variação efetiva dos custos, de forma a comprovar a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III – Autorização expressa da autoridade competente, precedida de manifestação jurídica favorável;

IV – Formalização por meio de termo aditivo específico, com indicação do percentual e da nova base de cálculo, mantendo o equilíbrio inicial do contrato.

26.3. Fica expressamente vedado qualquer reajustamento baseado em índices setoriais ou gerais (IGP-M, IPCA ou outros), considerando que a contratação possui prazo de execução total de 12 (doze) meses.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. O presente Projeto Básico foi elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar – ETP do objeto em questão e integra o processo administrativo de contratação.

27.2. Este Projeto Básico é composto pelos seguintes anexos, que passam a fazer parte integrante e indissociável do instrumento:

Anexo I – Cronograma de Execução
Anexo II – Cronograma Físico-Financeiro Estimativo
Anexo III – Nota Técnica nº 01/2025 – LC/SEFAZGO

Imperatriz - MA, 06 de março de 2026.

ISRAELA CRISTINA MENDES CARVALHO AGUIAR
Membro da Equipe de Planejamento
Matrícula nº 85.493-2

AUTORIZO NA FORMA DA LEI

06 / 03 / 2026

RAFAEL SILVA LUCENA
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Orçamentária

Nº 7751 CPL

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA Nº ____/____
PROCESSO ADINISTRATIVO Nº 02.02.00.345/2025 – SEFAZGO

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V.Sas. a nossa **Proposta de Preços**, referente à licitação em epígrafe, nos termos do **Edital de Concorrência nº ____/____** e de seus anexos, declarando que tomamos pleno conhecimento de todas as condições estabelecidas e que assumimos inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua elaboração.

1. PROPOSTA DE PREÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	UNID.	QTD.	VALOR (R$)	
				UNIT.	TOTAL DA ETAPA
1	**IMAGEAMENTO AÉREO**				
1.1	COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA PARA OBTENÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS VERTICAIS COLORIDAS DA ÁREA URBANA, NA ESCALA DE 1:5.000.	Km²	215	R$ ____, __	R$ ____, __
1.2	GERAÇÃO DE ORTOFOTOCARTAS DIGITAIS COLORIDAS DA ÁREA URBANA NA ESCALA 1:1.000 (GSD DE 5 CM OU MELHOR PRECISÃO).	Km²	215	R$ ____, __	R$ ____, __
1.3	PERFILAMENTO A LASER AEROTRANSPORTADO DA ÁREA URBANA, PARA GERAÇÃO DE MDT, MDS E CURVAS-DE-NÍVEL A CADA 50 CM.	Km²	215	R$ ____, __	R$ ____, __
2	**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**				
2.1	ADEQUAÇÃO E CONVERSÃO DA BASE DE DADOS EXISTENTE.	Hora	600	R$ ____, __	R$ ____, __
2.2	SOLUÇÃO SAAS PARA GESTÃO TERRITORIAL E MONITORAMENTO DE ALTERAÇÕES URBANAS, COM HOSPEDAGEM EM NUVEM, SERVIÇO DE HELP-DESK, SUPORTE E MANUTENÇÃO.	Mês	12	R$ ____, __	R$ ____, __
2.3	CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) PARA INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA TRIBUTÁRIO EXISTENTE NA PREFEITURA.	Hora	400	R$ ____, __	R$ ____, __

Nº 7752 CPL

2.4	MAPEAMENTO DOS FLUXOS DE PROCESSOS PARA IMPLANTAÇÃO NO SISTEMA DIGITAL DE APROVAÇÃO DE ALVARÁS E HABITE-SE.	Hora	400	R$ ____, __	R$ ____, __
3	**LEVANTAMENTO CADASTRAL**				
3.1	EXECUÇÃO DE MAPEAMENTO MÓVEL 360º, CAPTURANDO IMAGENS FRONTAIS DE TODOS OS IMÓVEIS E LOGRADOUROS DA ÁREA URBANA, BEM COMO IDENTIFICAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, SINALIZAÇÃO VERTICAL, POSTEAMENTO E BURACOS EXISTENTES, UTILIZANDO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.	Km linear	1.350	R$ ____, __	R$ ____, __
3.2	VETORIZAÇÃO, GEOCODIFICAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS **SEM** ALTERAÇÃO CADASTRAL	Unidade Imobiliária	150.000	R$ ____, __	R$ ____, __
3.3	VETORIZAÇÃO, GEOCODIFICAÇÃO E CADASTRAMENTO DAS **NOVAS** UNIDADES IMOBILIÁRIAS OU IMÓVEIS **COM** AMPLIAÇÃO DE ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DETECTADA	Unidade Imobiliária	50.000	R$ ____, __	R$ ____, __
3.4	CONFERÊNCIA DE TITULARIDADE	Lote/ Terreno	30.000	R$ ____, __	R$ ____, __
3.5	IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS PASSÍVEIS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL.	Serviço	1	R$ ____, __	R$ ____, __
3.6	RELATÓRIO DE DISCREPÂNCIAS E GERAÇÃO DAS NOTIFICAÇÕES.	Serviço	1	R$ ____, __	R$ ____, __
3.7	DISPONIBILIZAÇÃO DE CENTRAL DE ATENDIMENTO	Mês	2	R$ ____, __	R$ ____, __
4	**PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV)**				
4.1	ELABORAÇÃO DA NOVA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV).	Serviço	1	R$ ____, __	R$ ____, __
5	**CAPACITAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS**				
5.1	TREINAMENTO NO SISTEMA.	Hora	80	R$ ____, __	R$ ____, __
5.2	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS (QUANDO SOLICITADO).	Hora	200	R$ ____, __	R$ ____, __
VALOR TOTAL GERAL (R$)					**R$ ____, __**

2. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL: ...

Nº 1153 CPL

CNPJ: ...
ENDEREÇO: ...
TELEFONE: ...
FAX: ...
E-MAIL: ...

3. REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO

NOME: ...
CPF: ...
RG: ...
NACIONALIDADE: ...
ESTADO CIVIL: ...
PROFISSÃO: ...
ENDEREÇO COMPLETO: ...

4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 120 (cento e vinte) dias

5. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: ...

Declaramos que estamos ciente e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Local e data
Nome e assinatura do representante legal da empresa
(Nº da identidade do declarante)

Nº 1754 CPL

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/_____

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS – LEI 14.133/2021

PROCESSO DE ORIGEM
CONCORRÊNCIA nº _____/_____
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 02.02.00.345/2025 - SEFAZGO

OBJETO CONTRATUAL
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços consistentes na realização de georreferenciamento urbano e atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) do Município de Imperatriz/MA, incluindo atualização do cadastro imobiliário municipal, mapeamento urbano por aerolevantamento fotogramétrico, perfilamento a laser (LiDAR) e mapeamento móvel 360°, bem como fornecimento de Sistemas, Suporte Técnico e Manutenção, conforme as normas técnicas vigentes, legislação aplicável e as necessidades identificadas pela Administração Pública Municipal

VALOR CONTRATUAL
R$ ..... (.....)

VIGÊNCIAS CONTRATUAL
INICIAL: ____/____/____
FINAL: ____/____/____

DADOS DO CONTRATANTE
RAZÃO SOCIAL CONTRATANTE, CNPJ nº __.___.___/____-__
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contrante....., CPF nº ___.___.___-__

DADOS DA CONTRATADA
RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº __.___.___/____-__
Logradouro...., Número...., Bairro...., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contratado....., CPF nº ___.___.___-__

FISCAL DO CONTRATO
Nome Fiscal Contrato.....

PREÂMBULO

Aos ____ de _____ de _____, a Razão Social Contratante.... – UF.., através da Unidade Adminsitrativa Contratante ....., inscrita no CNPJ nº __.___.___/____-__, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE**

Nº 7155 CPL

CONTRATO, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços consistentes na realização de georreferenciamento urbano e atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) do Município de Imperatriz/MA, incluindo atualização do cadastro imobiliário municipal, mapeamento urbano por aerolevantamento fotogramétrico, perfilamento a laser (LiDAR) e mapeamento móvel 360°, bem como fornecimento de Sistemas, Suporte Técnico e Manutenção, conforme as normas técnicas vigentes, legislação aplicável e as necessidades identificadas pela Administração Pública Municipal** de acordo com as especificações e condições definidas no **Projeto Básico** e em conformidade com a **proposta técnica e de preço apresentada pela CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R$ ..... (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
1						
2						
3						
Valor Total						**R$ .....**

2.2 – O valor acima está incluso todas as despesas ordinárias, diretas e indiretas, decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxa de administração, frete, seguro, deslocamento, hospedagem, alimentação, materiais, ferramentas, bem como quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Projeto Básico que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – O **Edital da Concorrência Eletrônica nº ___/___** e seus anexos;

2.3.3 – A Proposta Técnica e Comercial da Contratada;

2.3.4 – Eventuais **anexos complementares**, inclusive **cronogramas físico-financeiros** e **planilhas de pontuação técnica**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com início em ___/___/____ e término em ___/___/____, contados a partir da data de sua assinatura, abrangendo o período necessário à execução integral do objeto.

3.2 - O **prazo de execução dos serviços** observará o **cronograma físico-financeiro** apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela Administração, podendo ser prorrogado **mediante termo aditivo**, por razões devidamente justificadas e aceitas pela Administração, nos termos do art. 105, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

3.3 – A prorrogação será admitida somente em casos excepcionais, tais como:

Nº 1156 CPL

a) necessidade de adequação técnica ou ajustes do cronograma de execução;
b) atraso justificado e comprovado pela contratada, sem culpa da Administração;
c) fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que impactem a execução contratual.

3.4 – A CONTRATADA **não possui direito subjetivo à prorrogação contratual**, cabendo à Administração decidir sobre sua conveniência e oportunidade.

3.5 – O contrato **não poderá ser prorrogado** se a contratada estiver penalizada com sanções impeditivas de contratar ou licitar com a Administração Pública, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, bem como os prazos e condições de conclusão, entrega, verificação, observação e recebimento do objeto, constam detalhadamente no **Projeto Básico** que integra o presente Contrato como anexo, parte indissociável deste instrumento.

4.2 – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração especialmente designado, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

4.3 – A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pela fiscalização, bem como facilitar o pleno acesso aos documentos, sistemas e locais de execução dos serviços.

4.4 – O prazo de execução dos serviços será aquele definido no **Cronograma de Execução** apresentado pela contratada e aprovado pela Administração, o qual integra este Contrato como **Anexo I**, parte integrante e indissociável deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – As condições de pagamento, incluindo prazos, forma, documentos comprobatórios e eventuais critérios de atualização monetária, observarão o disposto no **item 22 do Projeto Básico**, que integra este Contrato como parte indissociável.

5.2 – O pagamento será efetuado mediante apresentação da nota fiscal/fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – O preço contratado é **fixo e irreajustável** durante todo o período de execução do contrato, considerando que a conclusão dos serviços ocorrerá no prazo máximo de 12 (doze) meses, conforme **Anexo I – Cronograma de Execução** e **Anexo II – Cronograma Físico-Financeiro**.

6.2 – Poderá haver **revisão extraordinária** dos valores contratados **exclusivamente** para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que observados, **cumulativamente**, os seguintes requisitos:

I – ocorrência de situação imprevisível, ou previsível porém de consequências incalculáveis, caracterizando caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da Administração, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
II – demonstração formal, mediante documentos técnicos e financeiros idôneos, da variação efetiva dos custos, comprovando a necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;
III – autorização expressa da autoridade competente, precedida de manifestação jurídica favorável; e
IV – formalização por meio de **termo aditivo específico**, com indicação do percentual ajustado e da nova base de cálculo.

6.3 – Fica expressamente vedado qualquer reajustamento baseado em índices setoriais, gerais ou fórmulas paramétricas (como IGP-M, IPCA ou equivalentes), considerando que a contratação possui **prazo determinado e caráter não continuado**.

Nº 1757 CPL

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pela **CONTRATADA**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – A **CONTRATADA** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo A **CONTRATADA** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – A **CONTRATADA** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Imperatriz deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE: 02.02.00.022.1252.04.129 – Implantação e Manutenção do Sistema de Georreferenciamento, Cadastro Imobiliário e Planta Genérica de Valores de Logradouro **NATUREZA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica** **FICHA: 018** **FONTE: 1.500**

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Nº 1758 CPL

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Projeto Básico** e demais documentos integrantes deste documento.

9.3 – Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

9.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, nos prazos, formas e condições estabelecidos neste Contrato e no **Projeto Básico**.

9.6 – Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e deste instrumento.

9.7 – Comunicar à Procuradoria-Geral do Município acerca de descumprimentos contratuais, para adoção das medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Analisar e responder eventuais pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro formulados pela CONTRATADA no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Projeto Básico, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

Nº 7159 CPL

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.
10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas na legislação aplicável, inclusive as constantes em acordos, convenções e dissídios coletivos de trabalho, **não cabendo ao CONTRATANTE qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária**.;
10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução contratual, as disposições legais relativas à **reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes**, conforme previsto no art. 116 da Lei nº 14.133/2021;
10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
10.15 – Manter sigilo sobre todas as informações, dados e documentos a que tiver acesso em razão da execução contratual, sob pena de responsabilização administrativa e civil;
10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
10.22 – Observar estritamente a legislação trabalhista, **vedando a utilização de mão de obra de menores de 16 (dezesseis) anos**, exceto na condição de aprendiz para maiores de 14 (quatorze) anos, e **proibindo o trabalho noturno, perigoso ou insalubre de menores de 18 (dezoito) anos**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe a **CONTRATADA** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

Nº 7160 CPL

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da **CONTRATADA**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção contratual não impede o reconhecimento de eventual **desequilíbrio econômico-financeiro** superveniente, hipótese em que será concedida indenização mediante **Termo Indenizatório**, conforme art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021.

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que a **CONTRATADA** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.7 - Após a conclusão do objeto e a aprovação definitiva pela fiscalização técnica, será lavrado **Termo de Recebimento Definitivo e Encerramento**, que caracterizará a extinção regular do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Nº 7161
CPL

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, A CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Projeto Básico, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº

Nº 1162 CPL

14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos da **CONTRATADA** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Projeto Básico, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de Termo Aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Nº 1163 CPL

14.5 – A realização de alterações contratuais deverá preservar as condições de **vantajosidade e manutenção da solução técnica originalmente aprovada**, sendo vedadas modificações que descaracterizem o objeto licitado ou impliquem nova contratação

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Projeto Básico, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz- MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Imperatriz – MA, ___ de _____de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE | **PELA CONTRATADA**

_____ _____

TESTEMUNHAS

_____ _____

NOME: NOME:

Nº 1764
CPL

ANEXO I -

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO														
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	UNID.	QTD.	PRAZO DE EXECUÇÃO (MESES)										
				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	**IMAGEAMENTO AÉREO**														
1.1	COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA PARA OBTENÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS VERTICAIS COLORIDAS DA ÁREA URBANA, NA ESCALA DE 1:5.000.	Km²	215												
1.2	GERAÇÃO DE ORTOFOTOCARTAS DIGITAIS COLORIDAS DA ÁREA URBANA NA ESCALA 1:1.000 (GSD DE 5 CM OU MELHOR PRECISÃO).	Km²	215												
1.3	PERFILAMENTO A LASER AEROTRANSPORTADO DA ÁREA URBANA, PARA GERAÇÃO DE MDT, MDS E CURVAS-DE-NÍVEL A CADA 50 CM.	Km²	215												
2	**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**														
2.1	ADEQUAÇÃO E CONVERSÃO DA BASE DE DADOS EXISTENTE.	Hora	600												
2.2	SOLUÇÃO SAAS PARA GESTÃO TERRITORIAL E MONITORAMENTO DE ALTERAÇÕES URBANAS, COM HOSPEDAGEM EM NUVEM, SERVIÇO DE HELP-DESK, SUPORTE E MANUTENÇÃO.	Mês	12												
2.3	CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) PARA INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA TRIBUTÁRIO EXISTENTE NA PREFEITURA.	Hora	400												
2.4	MAPEAMENTO DOS FLUXOS DE PROCESSOS PARA IMPLANTAÇÃO NO SISTEMA DIGITAL DE APROVAÇÃO DE ALVARÁS E HABITE-SE.	Hora	400												

Nº 7765
CPL

3	**LEVANTAMENTO CADASTRAL**			
3.1	EXECUÇÃO DE MAPEAMENTO MÓVEL 360º, CAPTURANDO IMAGENS FRONTAIS DE TODOS OS IMÓVEIS E LOGRADOUROS DA ÁREA URBANA, BEM COMO IDENTIFICAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, SINALIZAÇÃO VERTICAL, POSTEAMENTO E BURACOS EXISTENTES, UTILIZANDO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.	Km linear	1.350	
3.2	VETORIZAÇÃO, GEOCODIFICAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS **SEM** ALTERAÇÃO CADASTRAL	Unidade Imobiliária	150.000	
3.3	VETORIZAÇÃO, GEOCODIFICAÇÃO E CADASTRAMENTO DAS **NOVAS** UNIDADES IMOBILIÁRIAS OU IMÓVEIS **COM** AMPLIAÇÃO DE ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DETECTADA	Unidade Imobiliária	50.000	
3.4	CONFERÊNCIA DE TITULARIDADE	Lote/ Terreno	30.000	
3.5	IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS PASSÍVEIS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL.	Serviço	1	
3.6	RELATÓRIO DE DISCREPÂNCIAS E GERAÇÃO DAS NOTIFICAÇÕES.	Serviço	1	
3.7	DISPONIBILIZAÇÃO DE CENTRAL DE ATENDIMENTO	Mês	2	
4	**PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV)**			
4.1	ELABORAÇÃO DA NOVA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV).	Serviço	1	
5	**CAPACITAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS**			
5.1	TREINAMENTO NO SISTEMA.	Hora	80	
5.2	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS (QUANDO SOLICITADO).	Hora	200	Sob demanda

Nº 1166
CPL

ANEXO II

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ESTIMATIVO

O presente anexo apresenta a distribuição estimada dos percentuais financeiros correspondentes às etapas e meses de execução dos serviços, conforme estabelecido no Projeto Básico.

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	MÊS DE EXECUÇÃO (REFERÊNCIA)	PERCENTUAL FINANCEIRO ESTIMADO
I	Planejamento e mobilização da equipe técnica	Mês 1	10%
II	Aerolevantamento fotogramétrico, LiDAR e mapeamento móvel 360º	Mês 2 e Mês 3	12%
III	Processamento de dados e geração de ortofotos e modelos digitais	Mês 4 e Mês 5	18%
IV	Atualização cadastral e integração com a base tributária	Mês 6 a Mês 8	23%
V	Elaboração da nova PGV	Mês 9 e Mês 10	12%
VI	Implantação do SIG (SaaS)	Mês 11	15%
VII	Treinamento e entrega final	Mês 12	10%
Total Geral			**100%**